

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

DANIEL ARONI ALVES

**BONS E MAUS SELVAGENS: OS OLHARES DO PORTUGUÊS GABRIEL
SOARES DE SOUSA SOBRE OS INDÍGENAS BRASILEIROS DO SÉCULO**

XVI

Alfenas/MG
2019

DANIEL ARONI ALVES

**BONS E MAUS SELVAGENS: OS OLHARES DO PORTUGUÊS GABRIEL
SOARES DE SOUSA SOBRE OS INDÍGENAS BRASILEIROS DO SÉCULO**

XVI

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História Ibérica pelo Programa de Pós-Graduação em História Ibérica (Mestrado Profissional), da Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Ensino e Pesquisa de História Ibérica. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Aparecida Maria Nunes.

Alfenas/MG
2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas

Alves, Daniel Aroni.
A474b Bons e maus selvagens: os olhares do português Gabriel Soares de Sousa sobre os indígenas brasileiros do século XVI -- Alfenas/MG, 2019.
150f. : il. --
Orientadora: Aparecida Maria Nunes.
Dissertação (Mestrado em História Ibérica) - Universidade Federal de Alfenas, 2019.
Bibliografia.

1. Sousa, Gabriel Soares de, ca. 1540-ca. 1591. 2. Índios – Primeiros contatos com europeus – Século XVI. 3. Multimídia interativa. 4. História - Estudo e ensino - Minas Gerais. I. Nunes, Aparecida Maria. II. Título.

CDD-981

DANIEL ARONI ALVES

**BONS E MAUS SELVAGENS: OS OLHARES DO PORTUGUÊS GABRIEL
SOARES DE SOUSA SOBRE OS INDÍGENAS BRASILEIROS DO SÉCULO XVI**

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Dissertação apresentada como parte dos
requisitos para a obtenção do título de Mestre em
História Ibérica pela Universidade Federal de
Alfenas. Área de concentração: Ensino e
Pesquisa de História Ibérica

Aprovado em: 30/09/2019

Profa. Dra. Aparecida Maria Nunes
Instituição: Universidade Federal de Alfenas
UNIFAL-MG

Assinatura: 

Profa. Dra. Priscila Pereira
Instituição: Instituto Federal Sul de Minas –
IFSULDEMINAS-MG

Assinatura: 

Prof. Dr. Adailson José Rui
Instituição: Universidade Federal de Alfenas
UNIFAL-MG

Assinatura: 

Dedico aos meus pais, Silvio e Vailda
Alves, meus grandes exemplos de vida,
por todo o amor, incentivo e carinho.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), especialmente ao Programa de Pós-Graduação em História Ibérica (PPGHI), pela oportunidade ofertada.

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Aparecida Maria Nunes que, além de se tornar uma grande amiga, soube me orientar da melhor maneira possível através de sua sabedoria, talento e compreensão.

À coordenação do Mestrado Profissional em História Ibérica, na pessoa do Prof. Dr. Adailson José Rui, pela dedicação e empenho junto ao curso e, aos professores do PPGHI, pelos preciosos ensinamentos.

Ao Prof. Dr. Carlos Tadeu Siepierski, pela importante orientação durante o meu ingresso e primeiro semestre no mestrado.

Ao Prof. Dr. Luiz Eduardo da Silva e à ex-estagiária do Centro de Educação Aberta e a Distância da UNIFAL (CEAD) e colega de mestrado, Gabrielly Araujo, pelo suporte necessário para a construção do objeto de aprendizagem.

Aos professores Dr. Paulo Romualdo Hernandez, Dr. Adailson José Rui e Dr.^a Priscila Pereira, membros das minhas bancas de qualificação e de defesa, pelas contribuições essenciais ao meu trabalho.

Ao apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), especialmente ao Campus Poços de Caldas e à Comissão Interna de Supervisão (CIS), pela concessão de meu afastamento para dedicação aos estudos.

Às minhas amigas e colegas de IFSULDEMINAS, Maria Aparecida Avelino e Heliese Pereira, por tanto cuidado, amparo e incentivo.

A todos os meus colegas do mestrado, de modo especial às turmas de 2016 e 2017, pela amizade, parcerias e bons momentos compartilhados.

Aos meus amados pais, Silvio e Vailda Alves; aos meus irmãos, Cesar e Ramon Alves; às minhas cunhadas, Patrícia Passos e Fabiana Picinato; aos meus sobrinhos queridos, Murilo e Isabela Alves; ao meu namorado, Diego Prezia, e à dona Eliane Prezia; pelo amor, motivação e carinho.

E a todos os meus familiares e amigos que, de alguma forma, participaram da trajetória dessa conquista.

Não é possível ver senão através do olhar (físico, corpóreo, é óbvio), mas também através de um olhar (com ausência de intenção, ou, então, com assumida intencionalidade, por exemplo, crítica, irônica, satírica, moralista).

(CORREIA, 2003)

RESUMO

No século XVI, como registro das aventuras dos viajantes portugueses por “mares nunca de antes navegados”, ganham espaço as chamadas narrativas de viagens, sendo o *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares de Sousa (década de 1540 - 1591), um de seus expoentes. Na obra, o colono português, que se fixou e foi senhor de engenho na Bahia durante o período da União Ibérica, escreveu à corte de Filipe II de Espanha (I de Portugal) sobre as riquezas, a fauna, a flora e as populações indígenas da Bahia e da costa brasileira. Nas escolas públicas de ensino médio de Minas Gerais, a leitura e a análise dos relatos dos cronistas e viajantes do século XVI fazem parte do Conteúdo Básico Comum (CBC) de História. As diretrizes apontam que os estudantes precisam entrar em contato com os mitos e as visões dos europeus sobre o Novo Mundo, no sentido de identificarem como se deram esse encontro das diferenças e a construção da imagem do *Outro*. Isto posto, este trabalho busca mostrar como os indígenas brasileiros do século XVI foram enfocados por Gabriel Soares em seu *Tratado Descritivo* e como um objeto de aprendizagem produzido através do software *eXeLearning* pode ser uma ferramenta eficiente e atrativa na disponibilização dessa temática para os adolescentes do ensino médio. Para tanto, a dissertação traz informações sobre o imaginário e o contexto histórico de Soares de Sousa, que podem ter impactado seus olhares sobre as etnias indígenas brasileiras. Por sua vez, o objeto de aprendizagem desenvolvido através do *eXeLearning* apresenta trechos do *Tratado* e desta dissertação, entrevistas em vídeo com especialistas e gravuras existentes em produções de outros cronistas do século XVI, além de exercícios interativos, como questões de escolha múltipla, que servirão como desafiadores elementos de autoavaliação para os educandos. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS).

Palavras-chave: Gabriel Soares de Sousa. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Indígenas brasileiros do século XVI. Software *eXeLearning*. Ensino de História em Minas Gerais.

ABSTRACT

In the 16th century, as a record of the adventures of Portuguese travelers through “seas never sailed before”, the so-called travel narratives gain ground, being Gabriel Soares de Sousa's *Descriptive Treaty of Brazil in 1587* one of its exponents. In the work, the Portuguese settler, who settled and was master of sugar mill in Bahia during the period of the Iberian Union, wrote to the court of Philip II of Spain (I of Portugal) about the riches, fauna, flora and indigenous populations from Bahia and the Brazilian coast. In Minas Gerais public high schools, reading and analyzing the reports of chroniclers and travelers of the 16th century are part of the Common Basic Content (CBC) of History. The guidelines point out that students need to get in touch with European myths and visions of the New World in order to identify how this meeting of differences took place and the image of the *Other*. That said, this paper aims to show how the 16th century Brazilian indigenous ethnic groups were described by Gabriel Soares in his *Descriptive Treaty* and how a learning object produced through *eXeLearning* software can be an efficient and attractive tool in making this theme available to adolescents in high schools. To this end, the dissertation brings information about the imagination and historical context of Soares de Sousa, which may have impacted his views on Brazilian indigenous ethnic groups. In turn, the learning object developed through *eXeLearning* presents excerpts from the *Treaty* and this dissertation, video interviews with specialists and engravings from other 16th century chroniclers' productions, as well as interactive exercises, such as multiple choice questions, which will serve as challenging elements of self-assessment for learners. This study was financed in part by the *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)* - Finance Code 001, by the *Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG)* and by the *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS)*.

Keywords: Gabriel Soares de Sousa. *Descriptive Treaty of Brazil in 1587*. 16th century Brazilian indigenous ethnic groups. *eXeLearning* software. History teaching in Minas Gerais.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	O MARAVILHOSO NOVO MUNDO DO SÉCULO XVI E SEUS HABITANTES BÁRBAROS E SELVAGENS.....	16
2.1	O pensamento político-religioso português.....	20
2.2	Os relatos de viagens.....	24
2.3	Arquétipos, mitos e os heróis de Gabriel Soares de Sousa.....	28
2.4	Os gentios e o canibalismo.....	32
3	GABRIEL SOARES DE SOUSA: A VIDA E A OBRA DO PORTUGUÊS QUE SE TORNOU COLONO E A BAHIA DO SÉCULO XVI.....	38
3.1	A Bahia de Gabriel Soares de Sousa: contexto histórico.....	41
3.2	O Tratado Descritivo.....	47
4	BONS E MAUS SELVAGENS: OS OLHARES DE GABRIEL SOARES DE SOUSA SOBRE OS INDÍGENAS BRASILEIROS DO SÉCULO XVI.....	58
4.1	Os olhares do colono.....	59
4.2	Os olhares do viajante.....	69
4.2.1	<i>Animais, bárbaros e selvagens.....</i>	72
4.2.2	<i>Nudez e sexualidade: poligamia, incesto e sodomia.....</i>	74
4.2.3	<i>O olhar sobre os canibais e as guerras intertribais.....</i>	75
4.2.4	<i>Demonização e o olhar sobre as crenças indígenas.....</i>	78
4.2.5	<i>O olhar sobre a cultura e a sabedoria indígenas.....</i>	79
4.3	Olhares refletidos.....	82
5	FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ENSINO DE HISTÓRIA: A COMPLEXIDADE DA EDUCAÇÃO E UMA PROPOSTA CONSTRUTIVISTA DE OBJETO DE APRENDIZAGEM SOBRE OS OLHARES DO PORTUGUÊS GABRIEL SOARES DE SOUSA ACERCA DOS INDÍGENAS BRASILEIROS DO SÉCULO XVI.....	84
5.1	Pedagogia, educação e sociedade.....	85
5.2	O processo de ensino e aprendizagem e sua relação com o objeto de aprendizagem.....	88
5.3	O <i>eXeLearning</i> como ferramenta para a elaboração do objeto de	

	aprendizagem.....	92
5.3.1	<i>Imagens ilustrativas do objeto de aprendizagem.....</i>	97
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
	REFERÊNCIAS.....	108
	APÊNDICES.....	115

1 INTRODUÇÃO

No século XVI, como registro das aventuras dos viajantes portugueses por “mares nunca de antes navegados”, ganham espaço as chamadas narrativas de viagens, sendo o *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares de Sousa (década de 1540 - 1591), um de seus expoentes. Na obra, tem-se a história de parte do primeiro século de colonização do Brasil, contada a partir dos olhares de um português com características diversas: europeu, viajante cronista, colono e conquistador.

Por volta do ano de 1569, o português Gabriel Soares se dirigia para Moçambique (África) quando a nau em que se encontrava aportou na Bahia. E, por lá, Soares de Sousa acabou se estabelecendo: na região de Salvador, se tornou senhor de engenho, dono de terrenos e casas, além de proprietário de escravos e gado. Chegou a ser vereador da câmara da cidade. Entre os anos de 1584 e 1587, parte do período de união das coroas portuguesa e espanhola, Gabriel esteve em Madri com o intuito de pedir ao rei Filipe II (I de Portugal) concessões régias, as chamadas mercês, para a exploração de possíveis riquezas minerais do Rio São Francisco, no Brasil. Foi durante essa fase na Europa que Sousa teria escrito os seus dois livros que compõem o *Tratado Descritivo do Brasil*, sendo eles: o *Roteiro geral com largas informações de toda a costa do Brasil* e o *Memorial e declaração das grandezas da Bahia de Todos os Santos, de sua fertilidade e das notáveis partes que tem*¹. As obras de Gabriel tiveram, portanto, como destinatário o rei Filipe. O objetivo de Soares de Sousa foi mostrar conhecimento sobre a colônia e ganhar a confiança real para merecer a mercê de *Capitão-mor e Governador da conquista e descobrimento do Rio São Francisco*. Os esforços de Gabriel junto ao rei espanhol surtiram o efeito esperado, levando o colono a conseguir, no ano de 1590, várias permissões régias, entre elas, a mercê que ele tanto almejava (FERNANDES, 2013).

Além de descrever as riquezas, a fauna e a flora brasileiras e fornecer informações estratégicas sobre a colônia ao rei, o *Tratado Descritivo* serviu como espaço para Soares de Sousa exaltar, mitificar e heroizar os colonizadores e seus feitos. Mas o foco deste trabalho está no encontro do autor português com as populações indígenas brasileiras. Mesmo narrado em terceira pessoa, com poucos e discretos trechos em primeira pessoa, o livro permite ao leitor perceber que Gabriel guiou-se basicamente por seus conhecimentos, lembranças, experiências, interesses e desafios pessoais, enquanto um dos colonos do Novo Mundo, para contar a sua versão sobre as histórias, as realidades e as etnias indígenas brasileiras. Além disso, ao descrever o Brasil, seus

¹ Em 1851, o historiador brasileiro Francisco Adolpho de Varnhagen foi quem conferiu às obras a autoria do colono Gabriel Soares de Sousa, agrupando e publicando-as, pela primeira vez, sob o título de *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* (FERNANDES, 2013).

recursos, heróis e suas gentes, Sousa acionou seu imaginário influenciado por arquétipos e mitos de seu tempo e de tempos passados.

No *Tratado*, os heróis de Gabriel Soares são os colonizadores do Novo Mundo, os donatários das capitanias, os primeiros governadores-gerais da colônia e os próprios colonos. Para o autor, os heróis colonizadores do Brasil eram aqueles que montavam navios e seguiam para o Novo Mundo, desbravando o território brasileiro, mandando povoar e lutando contra todo tipo de intempéries e ameaças, entre elas, o ataque de corsários franceses e de seres maravilhosos, como índios canibais, cobras gigantes e os upupiaras (homens marinhos que viviam em rios de água doce da Bahia). Eram responsáveis por grandes feitos: construíam engenhos de açúcar, exploravam o pau-brasil, davam ordens para fortificar as capitanias e, além de fornecerem segurança às famílias que por aqui vieram morar, também conseguiam alimentos e munições. Foram os principiaidores de tudo na colônia, aqueles que arriscavam as próprias vidas e, em alguns casos, a integridade das próprias famílias, em prol do coletivo e do desenvolvimento econômico do Brasil e das coroas ibéricas. Eram comandantes e tomadores de decisões, nobres e valentes assistentes dos reis, que faziam jus às mercês e títulos reais que recebiam, investindo tempo e recursos em terras brasílicas (SOUSA, 2013 [1587]).

Por outro lado, os indígenas brasileiros, em sua maioria, são os vilões da obra, descritos por Gabriel como inimigos da colonização e dos interesses dos colonos. Ao longo da leitura do relato, é comum notar o autor se reportando aos indígenas como “brutos”, “selvagens”, “bárbaros”, “pragas” e “alarves”, causadores de muitas guerras, danos e destruição aos engenhos e fazendas das capitanias. Algumas etnias brasileiras também são caracterizadas como “traidoras”, devido à aliança com os franceses, e outras como “assassinas” e “canibais”, uma ameaça à segurança e ao desenvolvimento do império. Os poucos elogios tecidos aos nativos da colônia são para fazer referências aos grupos indígenas que se mostravam mais “domésticos”, “quietos”, “fiéis e verdadeiros aos portugueses”, “pouco belicosos e fácil de contentar”, características vistas por Sousa como positivas para os intuitos da conquista e colonização (SOUSA, 2013 [1587]).

O objetivo geral deste trabalho é mostrar como os indígenas brasileiros do século XVI foram retratados por Gabriel Soares em sua obra e como, ao falar dos nativos, o autor acabou falando de si mesmo e dos colonizadores de seu tempo. Concomitantemente, a pesquisa buscou revelar quais elementos do imaginário europeu do século XVI e do contexto histórico experimentado por Sousa na Bahia podem ter impactado na maneira como o colono português retratou as etnias indígenas brasileiras. Portanto, durante todo o processo de produção da dissertação, procuramos respostas para as seguintes perguntas: no *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, quais são os olhares de Gabriel Soares de Sousa sobre os indígenas brasileiros do século XVI? Quais características do

imaginário português quinhentista e do contexto histórico vivenciado por Sousa na Bahia de Todos os Santos podem ter influenciado os olhares do colono sobre os nativos brasileiros? Utilizando as tecnologias da informação e comunicação (TICs), como a discussão sobre os olhares de Soares de Sousa sobre as etnias indígenas brasileiras pode contribuir para a produção de um objeto de aprendizagem (O. A.) em História, capaz de auxiliar alunos e professores do ensino médio?

Falar sobre *O Tratado Descritivo do Brasil* também é falar sobre a expansão marítima portuguesa, o início da colonização do Brasil, o encontro com os indígenas, o imaginário e as narrativas dos viajantes do século XVI e todas as demais características do contexto histórico efervescente vivenciado pelo Brasil e pelas coroas ibéricas do princípio da Idade Moderna. A análise dos olhares de Gabriel Soares de Sousa sobre os indígenas brasileiros é uma forma diferente de abordar e vincular todos esses conteúdos, de modo a desenvolver um estudo e um objeto de aprendizagem que possam agregar para a formação em História de professores e alunos do ensino médio, trazendo ganhos para os processos de ensino e aprendizagem desses conteúdos. A pesquisa aqui apresentada se torna pertinente uma vez que, nas escolas de ensino médio de Minas Gerais, a leitura e a análise dos relatos dos cronistas e viajantes do século XVI fazem parte do Conteúdo Básico Comum (CBC) de História (MINAS GERAIS, 2007). Nessa mesma direção, a lei federal Nº 11.645/08 institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura afro-brasileira e indígena nas escolas brasileiras públicas e privadas de ensino fundamental e de ensino médio (BRASIL, 2008).

Justificamos esta dissertação também pelo fato de que poucos são os estudos que analisam o encontro entre indígenas e portugueses presente no *Tratado Descritivo do Brasil*, havendo, portanto, a necessidade de ampliar a reflexão sobre o assunto. Em pesquisa ao Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (conforme Quadro 1 no Apêndice “A” desta dissertação), foram encontrados 24 trabalhos (publicados entre os anos de 2003 e 2018), que contêm as expressões “Gabriel Soares de Sousa” e/ou “Tratado Descritivo do Brasil em 1587”, sendo cinco teses de doutorado e 19 dissertações de mestrado. Quatorze (14) pesquisas são na área de História; as demais são na área de Letras e Linguística (dois trabalhos), Literatura Brasileira (dois), Filologia e Língua Portuguesa (um), Artes (dois), Geografia (um), Memória (um) e Educação Escolar (um). Contudo, apenas os títulos de três trabalhos fazem referência direta ao *Tratado* ou a Gabriel (dois desses trabalhos são a dissertação e a tese de uma mesma autora). Outro fator limitante é que esses três trabalhos apresentam um exercício mais historiográfico por parte de suas autoras, não indo diretamente ao encontro do objetivo geral da dissertação aqui defendida, que pretende mostrar como os indígenas brasileiros do século XVI foram retratados por Gabriel Soares de Sousa. Por meio da análise do conteúdo das demais 21 pesquisas levantadas no portal da CAPES, concluiu-se que, nesses casos, o *Tratado* foi

consultado apenas como uma das fontes primárias, ao lado de outros autores. De Minas Gerais, só foi encontrado um trabalho, da própria Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) e, da Bahia, estado onde viveu Gabriel, também só foi localizada uma única pesquisa.

Além das teses e dissertações, também realizamos, como pode ser visto no Quadro 2 do Apêndice “A”, uma busca por artigos que contivessem as expressões “Gabriel Soares de Sousa” e/ou “Tratado Descritivo do Brasil em 1587”. A princípio, para a pesquisa dos artigos, utilizamos o Portal de Periódicos CAPES/MEC e a base de dados *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*. Ao todo, foram encontrados 21 trabalhos (publicados entre 1990 e 2016), sendo que apenas três fazem menção em seus títulos a Soares de Sousa. No entanto, o objetivo de apenas um artigo coincide com o desta dissertação. Analisando os demais 18 artigos, é possível perceber que eles também utilizaram a obra de Sousa apenas como uma das fontes primárias, paralelamente com outras narrativas quinhentistas. De acordo com esse primeiro levantamento, a Bahia não possui periódicos que publicaram sobre o autor e Minas Gerais só está representada por um único artigo.

Como o número de artigos encontrados no Portal de Periódicos CAPES/MEC e na base de dados SciELO foi insuficiente para a proposta desta pesquisa, também optou-se pela busca de artigos através do site de busca *Google Acadêmico*. Nesse site, foram identificados 45 trabalhos (publicados entre 1987 e 2018), conforme consta no Quadro 3 do Apêndice “A”. Dos 45 artigos, apenas oito tratam especificamente de Soares de Sousa e sua obra, mencionando o autor em seus títulos. Todavia, um único artigo se encaixa bem na proposta aqui desenvolvida. Contudo, vale destacar que todas as teses, dissertações e artigos levantados foram estudados e considerados para esta dissertação. As análises quantitativa e qualitativa desses trabalhos podem ser encontradas, de maneira completa, no Apêndice “A”.

Este estudo insere-se na linha de pesquisa *Cultura, Poder e Religião* do Programa de Pós-Graduação em História Ibérica da Universidade Federal de Alfenas, uma vez que permite analisar como um produto cultural, no caso o *Tratado Descritivo*, é capaz de mostrar as tensões religiosas e de poder do período em que foi concebido. Para esta pesquisa, o método utilizado foi o de revisão bibliográfica e análise qualitativa da obra. Além de teses, dissertações, artigos, documentos digitais e livros, consultamos as versões originais da primeira e da segunda edições do *Tratado*, organizadas e publicadas respectivamente em 1851 e 1879 pelo historiador brasileiro Francisco Adolpho de Varnhagen, que foram digitalizadas e encontram-se disponíveis no site da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, da Universidade de São Paulo (USP). Contudo, devido às condições ruins dos documentos digitalizados, além dos termos e grafia diferentes dos atuais, que dificultam a leitura e compreensão da obra, também consideramos a versão publicada em 2013 pela Fundação Darcy Ribeiro, vinculada ao projeto editorial Coleção Biblioteca Básica Brasileira (BBB), da Universidade

de Brasília (UnB). Esta última versão da obra, além de também encontrar-se disponível para *download* gratuito na internet, possui uma estética mais contemporânea e atrativa para professores e alunos do ensino médio.

No intuito de analisarmos o *Tratado*, acionamos os conceitos de imaginário e olhar. A proposta foi localizar todos os trechos do livro que retratam a relação de Gabriel com os nativos brasileiros e observar como se deram os olhares do colono português sobre esses povos indígenas. Vale ressaltar que não foi objetivo desta pesquisa realizar um percurso historiográfico, no sentido de mostrar, ou colocar à prova, o esforço investigativo de Varnhagen para vincular a autoria da obra ao português Gabriel Soares. Esta pesquisa parte do pressuposto de que o livro foi, de fato, escrito por Gabriel, da maneira como se encontra nas primeiras edições organizadas por Varnhagen e na edição contemporânea da Fundação Darcy Ribeiro, aqui analisadas. Portanto, para a obtenção dos resultados, não foram considerados aspectos como o contexto histórico das primeiras edições (1851 e 1879), nem informações sobre a vida e a obra de Varnhagen. Para ter acesso ao provável trajeto historiográfico percorrido pelo historiador até a publicação da primeira e da segunda edições do *Tratado*, confira a dissertação e a tese da pesquisadora Gabriela Soares de Azevedo, cujos *links* para *download* ou acesso *on-line* foram disponibilizados no Quadro 1 do Apêndice “A” desta dissertação.

Assim como a *Annales d’Histoire Économique et Sociale*, revista fundada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre, esta dissertação também considera a literatura e os relatos de viagens quinhentistas como fontes históricas. Grecco (2014, p. 03) comenta que "Bloch e Febvre investiram seus esforços no sentido de construir uma história que fosse mais ampla, a qual incluiria todas as atividades humanas, atingindo outras áreas como a Literatura, a Linguística, a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia", representando um marco na ampliação das perspectivas da historiografia. O perfil metodológico da dissertação pode ser enquadrado na base do que a historiografia mundial conhece como História Cultural. A História Cultural ganhou força nas décadas de 1980 e 1990. De acordo com Burke (2008), os historiadores culturais buscaram na antropologia histórica conceitos e metodologias capazes de explicar o viés cultural de seus objetos de estudo. Para os estudiosos da História Cultural, o termo “cultura”, com o tempo, abrangeu desde a alta cultura até “a cultura cotidiana, ou seja, costumes, valores e modo de vida” (BURKE, 2008, p. 44-48).

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro apresenta um debate sobre o imaginário do homem europeu do século XVI, no sentido de mostrar como a abordagem sobre os encontros entre europeus e ameríndios pelas narrativas de viagens quinhentistas esteve atrelada a mitos e a uma concepção de mundo ainda medievais. O intuito foi traçar as características do

Gabriel Soares português, viajante e cronista. Para tanto, foram utilizados autores e teorias que abordam o pensamento religioso das décadas de 1500, as peculiaridades dos relatos de viagens do século XVI, a formação de arquétipos e heróis pelas sociedades ibéricas dos princípios da Idade Moderna e a maneira como o *Outro* indígena do Novo Mundo foi recebido e interpretado pelo Velho Mundo.

No segundo capítulo, o destaque é para o Gabriel colono, sua vida e sua obra, com passagens pela Bahia da segunda metade do século XVI e pela relação, por vezes, conflituosa entre colonizadores e indígenas. O capítulo frisa ainda o trabalho de Varnhagen para, em meados do século XIX, conferir a autoria do colono português à obra quinhentista aqui analisada. Com esses dois capítulos iniciais, a meta foi traçar as diversas facetas de Sousa, ao mesmo tempo com características próprias de um viajante português cronista e de um colono que criou raízes no Novo Mundo, abraçando as causas e interesses da colônia e das coroas para as quais servia. Por sua vez, o terceiro capítulo buscou constatar como essas características identitárias de Gabriel reverberam no enfoque que ele deu ao *Outro* indígena brasileiro. A proposta foi localizar os trechos do *Tratado* sobre os nativos e observar como foram os olhares do autor sobre essas populações indígenas do século XVI. Em outras palavras, objetivamos identificar como as etnias indígenas brasileiras foram descritas pelo português e qual a interseção entre essa descrição e o imaginário e o contexto histórico do colono.

O quarto e último capítulo traz a aplicação das temáticas desta dissertação em uma proposta tecnológica de objeto de aprendizagem (O. A.), que pode ser utilizada por professores nos processos de ensino e aprendizagem em História de alunos do ensino médio. À luz de teóricos do construtivismo, como Teresa Mauri, Javier Onrubia e Antoni Zabala, o capítulo discute ainda a relação entre pedagogia, educação e sociedade, o processo de ensino e aprendizagem e sua conexão com o O. A.. Por fim, como ferramenta para a elaboração do objeto de aprendizagem, apresentamos a plataforma *eXeLearning*, software gratuito para a criação de páginas web, por meio da inserção de textos, vídeos e imagens.

2 O MARAVILHOSO NOVO MUNDO DO SÉCULO XVI E SEUS HABITANTES BÁRBAROS E SELVAGENS

[...] os quais fantasmas ou homens marinhos mataram por vezes cinco índios meus; e já aconteceu tomar um monstro destes dois índios pescadores [...].
(SOUSA, 2013 [1587])

Nos séculos XV e XVI, Portugal viveu um intenso período de mudanças. Época do despertar da Idade Moderna, da expulsão dos mouros da Península Ibérica, do Renascimento, da necessidade de consolidação do império português e do lançamento às grandes navegações "por mares nunca de antes navegados" (CAMÕES, 2000 [1572], I, 1). Esse contato com o novo, proporcionado pelas grandes empreitadas marítimas, trouxe à tona reflexões para o velho continente. Em questão, não estavam apenas as novidades materiais trazidas pela exploração dessas águas e terras longínquas, mas também a intensificação da proximidade com o *Outro*, traduzido em outros povos e culturas, entre elas, as etnias indígenas do Brasil colonial.

Durante o expansionismo marítimo europeu, a Europa autointitula-se civilizadora e dominadora do mundo e o cristianismo torna-se base para a conquista e a colonização das novas terras. Nesse contexto eurocêntrico, surgiram bulas papais que deram legitimidade ao imperialismo português. Segundo o historiador britânico Charles Boxer (2014), as três bulas papais mais significativas para os intentos de Portugal foram a *Dum diversas* (1452), a *Romanus Pontifex* (1455) e a *Inter caetera* (1456). Na primeira, o rei de Portugal recebeu a autorização do papa para atacar e subjugar sarracenos, pagãos e quaisquer outros contrários a Cristo. Os portugueses também tinham a permissão para escravizar e apoderarem-se dos territórios e bens desses inimigos. Dessa maneira, a *Dum diversas* abriu as portas para as campanhas portuguesas contra os habitantes do Marrocos, litoral sariano e contra os negros de Senegâmbia. Considerada a carta régia do imperialismo lusitano, a bula *Romanus Pontifex*, de 1455, permitia que o príncipe português dominasse e convertesse pagãos, fossem eles muçulmanos ou não, entre o Marrocos e as Índias. Nesse documento, o papa Nicolau V também garantiu a Portugal o monopólio da navegação e exploração econômica, não apenas de Ceuta e das outras terras conquistadas, mas de quaisquer outros territórios que viesse a descobrir, ao sul dos cabos Bojador e Não até à Índia. Os representantes da realeza lusa também poderiam construir igrejas e mosteiros nesses lugares. Já através da bula *Inter caetera*, de 1456, o papa Calisto III concedeu à Ordem de Cristo, que era administrada pelo Infante

D. Henrique, a jurisdição espiritual, a nomeação de membros dos cleros secular e regular, além da imposição de censuras e outras penas eclesiásticas, em todos esses territórios dominados ou ainda por serem conquistados pelos portugueses nessas regiões. Mais do que conferirem poderes a Portugal, as bulas também agradavam a Igreja católica, uma vez que serviam aos desejos de Deus e da cristandade. Para Boxer (2014, p. 40), “o efeito cumulativo destas bulas papais foi dar aos portugueses – e, na devida altura, aos outros europeus que os seguiram – um beneplácito religioso à atitude de domínio idêntico para todas as raças que estivessem fora do seio da cristandade”. Concedendo ainda mais propriedade aos portugueses para apoderarem-se das terras que lhe eram vistas como de direito, em 1494, é assinado o Tratado de Tordesilhas, dividindo o mundo conquistável entre Espanha e Portugal. Com a conquista da América, amparado pelas bulas papais, “o projeto de converter e de submeter os indígenas foi pensado com base em práticas instituídas e nas concepções prévias dos navegadores a respeito do não europeu: não sendo cristãos, eles perdiam o direito à soberania, à liberdade e à propriedade” (FUJIMOTO, 2016, p. 106).

A descoberta do continente americano pelos europeus trouxe dúvidas ao Texto Sagrado, até então, visto como infalível e incontestável. Sobre esse assunto, Adone Agnolin (2005) esclarece que:

O fato de o continente [americano] não ser contíguo a nenhuma parte da Ásia, da Europa ou da África, de ser povoado por homens diferentes, nos costumes, dos até então conhecidos e de ser constituído por uma flora e uma fauna tão novas, deu “novo vigor às teses sacrílegas que advogavam a eternidade do mundo e a ideia de a vida originar-se da matéria” (AGNOLIN, 2005, p. 83).

O homem europeu, portanto, conseguiu transpor não apenas os Pilares de Hércules, mas também os limites da Terra, que não eram mais os da *Ecumene*, termo de origem grega que atravessou todo o período medieval e que explicava o mundo cristão como uma enorme ilha ou Aldeia de Deus, dividida em apenas três partes: Europa, Ásia e África, onde estariam os únicos e verdadeiros filhos de Noé. Dessa maneira, foi necessário lidar, conviver e dividir essa nova realidade com o *Outro*, que consistia naqueles que viviam além das fronteiras do conhecimento humano ocidental e que, até então, eram apenas mitos e especulações da época (ZIEBELL, 2002).

Ampliando a discussão, Ziebell (2002, p. 21-22) comenta que o viajante quinhentista, ao se deparar com a América, utilizou-se de “padrões e modelos de descrição e avaliação que lhe são familiares” e tradicionais, ou seja, que foram herdados e que impregnam sua visão de mundo: “o século XVI, portanto, não logra transcender a imagem tradicional do mundo”. E faziam parte dessa mentalidade do período a presença de monstros e outros seres mitológicos em territórios desconhecidos e a busca pelo paraíso perdido na Terra, que vinham de relatos de viagens e de

histórias contadas sobre o Oriente e a recém-descoberta América. O termo “visão de mundo” defendido por Ziebell tem associação direta com o entendimento de Jacques Le Goff (2013) sobre o conceito de “imaginário”, entendimento este que é utilizado nesta dissertação. Para o historiador francês, o imaginário agrupa um conjunto de representações, abrangendo ainda toda transposição mental da percepção de uma realidade exterior:

O imaginário transborda o território da representação e é levado adiante pela fantasia, no sentido forte da palavra. O imaginário constrói e alimenta lendas e mitos. Podemos defini-lo como o sistema de quimeras de uma sociedade, de uma civilização que transforma a realidade em visões ardentes do intelecto. [...] O termo “imaginário” sem dúvida remete-nos à imaginação, mas a história do imaginário não é uma história da imaginação no sentido tradicional, trata-se de uma história da criação e do uso das imagens que fazem uma sociedade agir e pensar, visto que resultam da mentalidade, da sensibilidade e da cultura que as impregnam e animam (LE GOFF, 2013, p. 09-10).

No imaginário dos viajantes e cronistas das décadas de 1500, viajar significava entrar em contato com o desconhecido, ao mesmo tempo, maravilhoso e assustador. Sobre esse aspecto, Guillermo Giucci (1992, p. 71-72) aponta que, entre as aberrações localizadas além-mar, mas muito presentes dentro do imaginário medieval, estavam pigmeus, gigantes, grifos ferocíssimos, antropófagos horríveis, amazonas descendentes de Hércules, hipópodes e dragões: “essa visão do remoto, materializada textualmente como espaço do prodígio, da monstruosidade, da barbárie, da desmesura e do extraordinário, [...] foi se impondo, apesar da oposição das vozes discordantes e de interpretações alternativas, no imaginário do ocidente medieval”. No entanto, o maravilhoso mostrava mais sobre as ideologias de quem o fabricava do que sobre a realidade reproduzida. Era uma fusão entre a realidade e o mito, transformando-se em uma maneira de absorver e narrar imagens que, por conta dos muitos excessos, gerou “uma imagem empobrecedora da alteridade” (GIUCCI, 1992, p. 14-16).

O português Gabriel Soares de Sousa, por exemplo, em seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, extravasou seu imaginário e lançou seu olhar de espanto sobre os seres maravilhosos do Brasil. Segundo o colono, os moradores dos recôncavos da Bahia tinham suas vidas ameaçadas por homens marinhos, conhecidos como upupiaras:

Não há dúvida senão que se encontram na Bahia e nos recôncavos dela muitos homens marinhos, a que os índios chamam pela sua língua upupiaras, os quais andam pelo rio de água doce pelo tempo do verão, onde fazem muito dano aos índios pescadores e mariscadores que andam em jangada, onde os tomam, e aos que andam pela borda da água, metidos nela; a uns e outros apanham, e metem-nos debaixo da água, onde os afogam; os quais saem à terra com a maré vazia afogados e mordidos na boca, narizes e na sua natura; e dizem outros índios pescadores que viram tomar estes mortos que viram sobre água uma cabeça de homem lançar um braço fora dela e levar o morto; e os que isso viram se recolheram fugindo à terra assombrados, do que ficaram tão

atemorizados que não quiseram tornar a pescar daí a muitos dias (SOUSA, 2013 [1587], p. 287).

Gabriel também não hesitou em falar sobre as amazonas que, segundo o colono, formavam um grande exército de mulheres guerreiras que viviam às margens do maior rio de água doce da colônia: “mulheres, que dizem ter uma só teta, que pelejam com arco e flecha, e se governam e regem sem maridos” (SOUSA, 2013 [1587], p. 357). Sousa comentou sobre as amazonas por três vezes. Em outro trecho, mencionou que tais guerreiras representaram um perigo para o capitão Francisco de Orellana que, durante sua jornada pelo rio onde elas viviam, teria tido “muitos encontros de guerra” com elas (p. 15). Outras histórias maravilhosas narradas por Sousa traziam ainda peixes gigantes, como o encontrado em 1584 na costa baiana, que “não tinha escama, mas couro muito grosso e gordo como toucinho, de cor verdeonga; o qual peixe era tão alto e grosso que tolhia a vista do mar, a quem se punha detrás dele; cuja cabeça era grandíssima, e tinha por natureza um só olho no meio da frontaria do rosto” (p. 286). As cobras engolidoras de gente também ganharam notoriedade na obra do português. Gabriel ficou espantado com o enorme tamanho e grossura do corpo desses répteis, com a letalidade do veneno de algumas espécies e com a forma como essas serpentes monstruosas matavam e ingeriam grandes animais, indígenas, negros e colonos:

Boiúna é outra casta de cobras, que se criam na água, nos rios do sertão, as quais são descompassadas de grandes e grossas, cheias de escamas pretas, e têm tamanha garganta que engolem um negro sem o tomarem, entanto que quando o engolem ou alguma alimária, se metem na água para o afogarem dentro, e não saem da água senão para remeterem a uma pessoa ou caça, que anda junto ao rio; e se com a pressa com que engolem a presa se embaraça e peja, com o que não pode tornar para a água de onde saiu, morre em terra, e sai-se a pessoa ou alimária de dentro viva; e afirmam os índios que houve índios que estas cobras engoliram, que estando dentro da sua barriga tiveram acordo de as matar com a faca que levavam dependurada ao pescoço, como costumam (SOUSA, 2013 [1587], p. 267).

Nesse Novo Mundo cheio de seres maravilhosos, os portugueses, como o colono Soares de Sousa, também se depararam com povos, segundo eles, desconhecidos das letras F, L e R e, portanto, “sem Fé, sem Lei e sem Rei”. Povos tidos como selvagens, bárbaros, canibais, sem história, não-civilizados e que não compreendiam a “revelação da verdadeira Igreja, nem a justiça da racionalidade hierárquica do Império, nem o governo da monarquia cristã” (HANSEN, 1998, p. 352-353). Aos olhos dos europeus, eram tribos com costumes abomináveis, fortemente marcadas pela ação do Diabo. Tendo em vista que Gabriel Soares foi um dos europeus que se aventuraram pelo Novo Mundo e que escreveram sobre ele, este capítulo da dissertação tem como objetivo traçar as prováveis características do imaginário do autor, que podem ter influenciado os olhares que ele lançou sobre os indígenas brasileiros. Para tanto, enfocaremos as peculiaridades do pensamento

político-religioso português, dos relatos de viagens quinhentistas, dos arquétipos e mitos presentes na obra de Gabriel e das interpretações europeias sobre os povos ameríndios e seus costumes.

2.1 O pensamento político-religioso português

O imaginário do viajante e colono Gabriel Soares perpassa pelo pensamento religioso português do século XVI. Mas antes de refletirmos sobre as bases desse pensamento, se faz necessário explicar que o conceito de religioso aqui utilizado é o entendimento de Alain Caillé (2014). Para o autor, o conceito de religioso está arraigado ao de político, existindo, na realidade, o político-religioso:

O político-religioso concerne à capacidade de instituir a sociedade enquanto tal, nos seus limites, em relação com uma exterioridade e uma alteridade – os inimigos, seu passado, seu futuro, o que ela poderia ou teria podido ser. Ele confere a uma sociedade sua identidade em relação com uma alteridade determinada e com uma alteridade indeterminada (CAILLÉ, 2014, p. 301).

Para este trabalho, recorreremos também ao conceito de fenômeno religioso proposto pelo teólogo Valter Kuchenbecker (2004, p. 15-16), que diz que é “esta busca e necessidade de relacionar-se com o Ser Superior, o Eterno e o Divino [...] faz parte da história da humanidade, desde os tempos mais remotos até a modernidade. É um fenômeno universal, individual, cultural e social”. Conceitos definidos, vale comentar que, no século XVI, não havia liberdade religiosa na Europa: em Portugal, Espanha e em outros territórios da igreja, só se podia ser cristão, de preferência, católico. Quem se guiasse pelo contrário sofreria os castigos da Inquisição. Nesse contexto, segundo Lucien Febvre (2009), os reis eram vistos como representantes de Deus e boa parte das instituições de ensino era gerida por religiosos.

No caso de Portugal, a propagação da santa fé católica tornou-se uma das principais bandeiras defendidas durante as grandes navegações e a conquista do Novo Mundo. Roberta Ferraz (2007, p. 136) explica que o século XVI tornou-se mítico aos portugueses, pois foi o “século dos descobrimentos a serviço da ‘dilatação’ da fé católica e de nascimento do império esperado e vaticinado pelo imaginário luso”. De acordo com a pesquisadora, Portugal das décadas de 1500 era um país em formação e portador da missão de cristianizar os mundos.

Apesar de não mais haver cruzadas no século XVI, em meio a um contexto de expansionismo marítimo e de disseminação do cristianismo pelos portugueses, veio à tona “um

ideal cruzadístico presente na mentalidade dos homens do Portugal de quinhentos” (COSTA, 2013, p. 06). Em defesa dos princípios cristãos, a guerra contra os ditos infiéis do Novo Mundo tornou-se justa, assim como ocorria nas cruzadas comandadas pelos reis portugueses no Norte da África. A esse respeito, Hansen (1998) elucida que o rei de Portugal possuía o título de *Grão-Mestre da Ordem de Cristo* e a missão de expandir o império e a fé contra os infiéis. Em nome de Deus, portanto, Portugal subjuguou diversos territórios além-mar: “Deus é o fundamento metafísico do direito, da política e da ética que regulam a invasão e a conquista das novas terras” (HANSEN, 1998, p. 348).

Ao se abordar o ideal cruzadístico dos portugueses quinhentistas, é possível utilizar ainda as proposições de Tyerman (2007) sobre a cruzada como recurso político e a sua utilização como estratégia de expansão política por meio do militarismo e da conquista do *Outro*. Também nesta mesma direção, Agnolin (2005, p. 69) frisa que “no século XVI, a conquista se configura como conquista (tradução) da alteridade, isto é, um aprisionamento do diferente, enquanto a conversão se constitui como um processo de fagocitose para tornar igual o diferente”. Assim como veremos no terceiro capítulo desta dissertação, é justamente o *Outro* indígena que é conquistado no *Tratado Descritivo do Brasil*, na medida em que é inferiorizado por Gabriel Soares, já que era este mesmo o tratamento dado no Ocidente aos não-cristãos e aos cristãos desviantes. Tal tratamento se encontra presente na obra de Gabriel que é possível notar como o colono faz uso, de maneira recorrente, do termo “gentio” para se referir aos indígenas brasileiros, seja qual fosse a etnia. Conforme explica Ana Maria de Azevedo (2002), “gentio” era uma palavra muito mencionada por viajantes e cronistas para designarem os povos que não eram cristãos, nem sarracenos ou turcos. Era utilizada, portanto, para se referirem aos tradicionais infiéis, contra quem os seguidores de Cristo lutaram para expandir a sua fé.

Depois que os europeus já haviam iniciado o processo de conquista do continente americano, guerreado contra os nativos hostis e antropófagos e escravizado milhares deles, iniciaram-se na Europa discussões sobre a legitimidade dessa dominação. Neste período, as ideias de Aristóteles (384-322 a.C.) sobre a servidão natural foram muito retomadas pelos apoiadores das ações imperialistas europeias, favoráveis às guerras contra os autóctones americanos e à escravização dos mesmos. Para Aristóteles, na natureza humana, existem os homens que nasceram para comandar e aqueles outros que nasceram para servir e sujeitar-se a um senhor. Esse escravo natural, em sua condição próxima aos animais irracionais, só poderia ser virtuoso, portanto, se tivesse um senhor para quem servir. O filósofo grego dizia que “quando destituído de qualidades morais o homem é o mais impiedoso e selvagem dos animais” (ARISTÓTELES, 1997, p. 16. apud FUJIMOTO, 2016, p. 134). Inspirados pelo pensamento aristotélico, os apoiadores dos interesses

imperialistas europeus acreditavam que, por conta de costumes “bárbaros” como a belicosidade, a poligamia e a antropofagia, os povos ameríndios comprovavam sua condição de servos por natureza e sua incapacidade de diferenciar o bem do mal. Portanto, seria “justo” que perdessem suas liberdades e seus territórios para os seus senhores europeus, que se enxergavam como responsáveis pela instalação da lei e da razão no Novo Mundo (FUJIMOTO, 2016).

As releituras de Aristóteles feitas por Santo Agostinho (354-430 d.C.) e Ptolomeu de Lucca (1236-1327) também foram utilizadas para legitimar a conquista e a escravização dos povos ameríndios. Para Santo Agostinho, a escravidão era um castigo de Deus aos homens pecadores. Seria um ato ao encontro da justiça divina, pois permitiria aos pecadores conquistarem a salvação de suas almas. Para o dominicano De Lucca, o poder tirânico também seria um sinal da justiça divina nos lugares onde os habitantes não seguem a lei natural da presença de Deus na vida das pessoas. Por outro lado, o pensamento teológico do espanhol Francisco de Vitoria (1483-1546) serviu de bandeira para os contrários à escravização e às guerras sobre os povos ameríndios. Além disso, em um primeiro momento, as reflexões de Vitoria ajudaram a embasar e incentivar o trabalho das missões no Brasil. Vitoria se referiu à antropofagia como uma prova de que os indígenas possuíam uma razão que necessitava ser educada através da palavra e dos ensinamentos de Deus e da cristandade. Para o teólogo, o cristianismo tinha, portanto, papel fundamental na obra de colonização da América (FUJIMOTO, 2016). Outro influenciador dos trabalhos jesuítas no Brasil foi São Tomás de Aquino (1225-1274). Pelo menos no início das missões em terras brasileiras, inspirados pela interpretação tomista do paganismo, os jesuítas acreditavam que os indígenas eram povos pagãos, pois, por conta de um defeito da razão, pecavam por não terem fé. Ao contrário dos povos hereges, que deveriam ser castigados por rejeitarem ativamente a religião de Cristo, os indígenas deveriam ser, apenas através da persuasão, convertidos pelos padres ao cristianismo (EISENBERG, 2000).

Com o passar dos anos, as perspectivas de Vitoria e de Tomás de Aquino adotadas pelos padres jesuítas em solos brasileiros foram, aos poucos, tomando outras nuances. Assim como explica Eisenberg (2000), por conta da resistência indígena à evangelização e pelo não abandono da antropofagia e das guerras intertribais, os jesuítas entenderam que apenas a instrução não seria capaz de anular a influência demoníaca entre os nativos, influência esta que seria a responsável por motivar esses comportamentos vistos pelos religiosos como bárbaros. Para tanto, o medo e o trabalho passaram a ser utilizados como táticas de conversão. Por meio de dois textos publicados na segunda metade da década de 1550, a saber o *Diálogo Sobre a Conversão do Gentio* (1556-1557) e o documento conhecido como *Plano Civilizador* (1558), o Padre Manuel da Nóbrega instaurou uma mudança conceitual reformadora no trabalho das missões no Brasil. Por meio das obras, Nóbrega

desenvolveu uma “teoria do consentimento gerado pelo medo como fundação legítima do poder político (*dominium*)” (EISENBERG, 2000, p. 21). A teoria defendia que o medo foi criado por Deus para livrar os homens do pecado e religá-los à sua fé. Com a reformulação no trabalho evangelizador, os jesuítas criaram o sistema de aldeias, que abrigaram um enorme número de nativos que legitimamente consentiram, através do medo, em serem governados e protegidos pelos padres. Nesse sistema, os indígenas que se negassem a participar das aldeias ou a deixar os “velhos maus costumes” de lado, não aceitando abrir mão das guerras “injustas” e da antropofagia e não desejando o batismo e a fé católica, poderiam ser escravizados pelos colonos por meio de uma guerra “justa” promovida pelo governador-geral e demais autoridades coloniais (EISENBERG, 2000).

No entanto, guardadas as devidas proporções, no Brasil quinhentista, com o encontro entre jesuítas e indígenas, instalou-se um processo de aculturação de ambos os lados. Conforme Vainfas (2005, p. 110), “no contexto da catequese, não resta dúvida de que os nativos assimilaram mensagens e símbolos religiosos cristãos, sobretudo por meio das imagens, mas é também certo que os jesuítas foram forçados a moldar sua doutrina e sacramentos conforme as tradições tupis”. Como estratégia de evangelização, o padre jesuíta português Manuel da Nóbrega, por exemplo, falava aos indígenas que “a ‘verdadeira santidade’ era a dos padres, e não a dos caraíbas, e que o ‘verdadeiro pajé-açu’ era o bispo da Bahia” (VAINFAS, 2005, p.110).

Sobre os tupis-guaranis do Brasil, a primeira impressão que os europeus tiveram foi a de que eles não tinham religião alguma. De acordo com Agnolin (2005), os nativos eram vistos como ignorantes e, por esse motivo, necessitavam da obra de conversão. Os jesuítas atribuíram alma aos autóctones brasileiros, encarando-os como um próximo que deveria ser amado. Contudo, para os padres católicos, os indígenas eram “um próximo metafísica e politicamente muito distanciado da lei eterna de Deus, pois de alma boçal, embaçada e corrompida pela bestialidade dos pecados” (HANSEN, 1998, p. 349). Por isso, na visão desses religiosos, era necessário praticar a caridade para com os povos do Novo Mundo, salvando-os do mal, ao mesmo tempo em que oprimiam as culturas indígenas e as destruíam:

Na “política católica”, as táticas e as estratégias adotadas na redução dos selvagens e bárbaros são definidas como um direito e um dever, pois a subordinação ou a extinção deles significa caridade para com os indivíduos e amor do bem comum. Na *propaganda fidei* jesuítica, a alma do índio deve ser salva do inferno por meio da conversão; pode-se mesmo obrigá-lo a ser salvo, pois é preferível que seja cativo e tenha a alma salva a que viva a liberdade natural do mato com ela condenada ao inferno (HANSEN, 1998, p. 352).

As guerras por vingança, a antropofagia, a poligamia, a sensualidade, a luxúria, e a falta de adoração a Deus ou, por outro lado, a adoração de vários deuses, ídolos e demônios eram algumas das atitudes indígenas reprováveis pelas leis cristãs. Para os portugueses colonizadores, essas práticas dos nativos representavam uma infração aos dez mandamentos e uma quebra da “lei natural da Graça inata, que é a presença de Deus na alma e no mundo” (HANSEN, 1998, p. 353-354). Hansen (1998) constata que, mesmo com a bula papal *Sublimis Dei*, de 1537, que reconheceu e defendeu a alma dos nativos brasileiros e a sua não escravização, era recorrente entre os coloniais o pensamento de que os indígenas eram animais, inferiores e bárbaros e, por isso, escravos por natureza. O Concílio de Trento (1550), de iniciativa do Papa Paulo III, também buscou combater a tese sobre a servidão natural dos indígenas. Assim como será apresentado nos próximos capítulos desta dissertação, o próprio Gabriel Soares foi um desses colonos que, mesmo sendo fiel à santa fé católica, demonstrou ser um grande partidário da escravização indígena.

2.2 Os relatos de viagens

Assim como a religião, os relatos de viagens também influenciaram o imaginário do homem ocidental. As narrativas dos fins da Idade Média misturavam testemunho e lenda. Obras famosas como *Milione*, do veneziano Marco Polo, e *Viagens*, do inglês sir John of Mandeville, mesclavam personagens reais e míticos, observações pessoais e fábulas: “a inexistência de um método crítico que questionasse a produção do conhecimento histórico-científico apagava as fronteiras que hoje separam a história da ficção” (GIUCCI, 1992, p. 87). Giucci (1992) esclarece que o principal motivo para essa combinação do testemunho com o lendário estava no público leitor desse tipo de obra, que ansiava por aventuras e se realizava através das experiências maravilhosas dos viajantes protagonistas. Dessa forma, o público visava “a apagar sua realidade imediata, a tornar exequível o inalcançável e a compensar suas frustrações cotidianas” (p. 87-88).

Já na última década do século XV, Cristóvão Colombo, por meio de seus relatos sobre a América, é um dos primeiros a traçar características para os povos ameríndios, trazendo duas descrições díspares. Conforme Fujimoto (2016), de um lado, estavam aqueles nativos gentis e receptivos para com os viajantes espanhóis, que sabiam negociar e fornecer informações aos exploradores, que não portavam armas e que eram oprimidos e abatidos por seus vizinhos canibais. De outro lado, estavam os próprios canibais, muito belicosos e ferozes, que matavam e comiam seus

adversários e que eram sempre hostis nos contatos com os viajantes, derrubando qualquer possibilidade de aliança:

Com base nessa visão dicotômica, Colombo traça as primeiras linhas das políticas europeias para os “índios”: aos aliados oferece a possibilidade de servirem ao europeu que, em troca trabalhará, por meio da atividade evangelizadora, para a sua conversão e civilização (leia-se sua integração aos quadros da cristandade), e aos inimigos, os opressores canibais, o destino de serem escravos dos europeus (FUJIMOTO, 2016, p. 111).

Esse discurso sobre os ameríndios se repetirá, com poucas diferenças, nos relatos de Pero Vaz de Caminha e Américo Vespúcio. As obras atribuídas a Vespúcio foram as mais divulgadas entre as produções referentes ao descobrimento da América pelos europeus, obtendo várias reedições ainda na primeira década de 1500. Justamente com os textos de Colombo, as narrativas de Vespúcio estão entre as primeiras a abordarem os hábitos de vida dos povos americanos, inspirando os relatos posteriores de outros viajantes, colonos e missionários europeus. A partir da publicação dos textos de Vespúcio, a guerra indígena e a antropofagia existentes entre etnias brasileiras passaram a ser explicadas pelos cronistas, respectivamente, como uma prática de vingança e um hábito alimentar. Além disso, sobre os supostos costumes dos indígenas brasileiros, Vespúcio não deixou de falar sobre a nudez, a luxúria, a poligamia, a ausência de instituições políticas e religiosas, os comportamentos bárbaros, elevando os nativos a uma categoria distante e oposta dos europeus, mas muito próxima dos animais selvagens e irracionais. Em seus textos, também fica clara a ideia de guerra justa sobre os indígenas hostis e antropófagos, bem como a escravização dos mesmos, da mesma maneira como vinha acontecendo com os povos resistentes nos territórios conquistados pelos portugueses na África (FUJIMOTO, 2016).

Por sua vez, outros textos do século XVI, como os dos padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta e os do colono português Gabriel Soares de Sousa, possuíam características semelhantes, imitando gêneros antigos, como as épicas romana e grega: “referem atos virtuosos de tipos heroicos; refazem genealogias exemplares [...]; fazem extensas descrições dos hábitos selvagens, curiosidades e coisas fantásticas da terra” (HANSEN, 1998, p. 353). Em seus textos, esses autores quinhentistas colocaram apenas suas próprias perspectivas, enquanto europeus desbravadores do Novo Mundo. Assim como explica Tzvetan Todorov (2006, p. 242), os relatos de viagens dessa época tinham como autores “soldados conquistadores, mercadores, missionários, isto é, os representantes de três formas de colonialismo, militar, comercial, espiritual; ou então se trata de exploradores que se colocam a serviço de uma ou outra dessas três categorias”. Os povos ameríndios e suas culturas, portanto, aparecem nessas produções traduzidos pelos olhares desses

viajantes. De acordo com Agnolin (2005, p. 73), esses relatos se configuraram em recortes ocidentalizados da “realidade do *Outro* segundo as próprias categorias [...], a estrutura da narração, a escolha dos eventos, que se dão através da obra do narrador (e de sua sociedade)”.

Nesse contexto, para narrar as experiências proporcionadas pela expansão do império, surge a chamada Literatura Portuguesa de Viagens. Nas palavras de João Rocha Pinto (1944, p. 606 apud SOUZA, 2004, p. 968), essas produções literárias lusitanas “solidarizam o real e o imaginário, casam gesta e fábula com fatos reais, não deixando, no entanto, de apresentar uma visão coerente do mundo, cheio de maravilhas e singularidades de par com dados observados em primeira mão”. Na segunda metade do século XVI, além de Soares de Sousa, outros dois autores portugueses escreveram seus relatos sobre o Brasil: o gramático Pero Magalhães Gandavo (*História da província de Santa Cruz*) e o padre jesuíta Fernão Cardim (*Tratados da terra e gente do Brasil*). No entanto, segundo Azevedo (2015), apenas Gandavo teve sua obra impressa ainda no século XVI.

No caso brasileiro, as descrições dos que estiveram na colônia durante seu primeiro século de colonização portuguesa se ativeram a frisar três características principais das novas terras: seu aspecto insular, a possibilidade de se encontrar ouro e outros metais e pedras preciosas e a nudez de seus povos. O deslumbramento pelas características de ilha das novas terras teria relação com o imaginário desses homens do século XVI, que estava povoado com mitos, como os das Ilhas Afortunadas, Ilha de São Brandão, Ilha das Sete Cidades e Ilha Brazil. A crença era a de que, nessas ilhas, a vida humana não saberia o que é o sofrimento. Nelas, o clima é ameno e agradável, a primavera dura para sempre, as árvores frutíferas são abundantes, bem como os pássaros, flores, mel e outras inúmeras riquezas (ZIEBELL, 2002). Por detrás desse imaginário europeu ávido pelo encontro de uma terra de abundâncias, poderia estar o mito da Cocanha. Assim como sublinha Palazzo (2002), tal mito era muito difundido na Europa durante a Idade Média e século XVI:

O século XVI trazia, sem dúvida, em seu bojo uma forte herança da mentalidade medieval, que acreditava ser possível, algum dia, encontrar o País da Cocanha, do qual a principal característica era justamente a fartura da alimentação, obtida sem esforço, na total ociosidade. [...] O País da Cocanha, no entanto, se alcançado, não faria distinção entre aqueles que nele entrassem, bastando estender a mão para desfrutar da abundância (PALAZZO, 2002, p. 64).

No *Tratado* de Gabriel Soares, por exemplo, a segunda parte da obra já traz em seu título (*Memorial e declaração das grandezas da Bahia de Todos os Santos, de sua fertilidade e das notáveis partes que tem*) uma expectativa, que depois irá se confirmar, sobre as abundantes riquezas brasílicas, especialmente as da Bahia. Em uma das passagens, Gabriel salientou que “esta baía é grande e de bons ares, mui delgados e sadios, de muito frescas e delgadas águas, e mui abastada de

mantimentos naturais da terra, de muita caça, e muitos e mui saborosos pescados e frutas” (SOUSA, 2013 [1587], p. 129). Mas os trechos que exaltam as grandezas brasileiras ou que realçam como tudo que se planta, ou se cria na colônia, é capaz de prosperar podem ser encontrados por todo o livro. Só para citar um deles, sobre a cidade de Rio de Janeiro, Sousa mencionou:

Neste Rio de Janeiro se podem fazer muitos engenhos por ter terras e águas para isso, no qual se dão as vacas muito bem, e todo o gado de Espanha; onde se dá trigo, cevada, vinho, marmelos, romãs, figos e todas as frutas de espinho; e muito farto de pescado e marisco, e de todos os mantimentos que se dão na costa do Brasil; onde há muito pau do Brasil, e muito bom (SOUSA, 2013 [1587], p. 92).

A busca pelo ouro era um dos principais projetos e expectativas dos que estiveram à frente da conquista da América. Além de estar atrelada a intenções de enriquecimento por parte dos conquistadores, a procura de tal metal precioso também estava tomada por elementos simbólicos. Conforme Ziebell (2002), o ouro remetia à modernidade e a tudo que era celestial e divino. E, por conta da teoria da distribuição dos metais preciosos na Terra, acreditava-se que, na América, havia muito ouro e outros metais e pedras valiosas e, quem sabe, lá estaria o Eldorado, o país imaginado pelos portugueses, que era atravessado por um rio de ouro. A autora explica ainda que muitos desses mitos antes eram vinculados ao Oriente. Contudo, com o descobrimento da América, tais mitos que povoavam a mente dos europeus foram deslocados para o Novo Mundo, juntamente com os navegantes, colonizadores e suas naus. Giucci (1992, p. 13) também é partidário dessa ideia, afirmando que “no Novo Mundo, prolongou-se [...] esta tradição milenar de projeções deslumbrantes que depositava tesouros inconcebíveis nos espaços inexplorados e ou semiexplorados que se consideravam afastados do eixo referencial dos europeus”.

A ambição pelo ouro e demais preciosidades do Rio São Francisco na Bahia foi um dos maiores motivos, senão o maior, que levaram Gabriel Soares a escrever os livros que compõem o seu *Tratado Descritivo* e a entregá-los ao rei Filipe II, com o intuito de pedir a autorização régia para a exploração de tais riquezas em terras brasílicas. Para chamar a atenção do rei, no sentido de pedir-lhe esforços e investimentos para a exploração do ouro e da prata na comarca da Bahia, Sousa (2013 [1587], p. 373) frisa que há tanta quantidade de tais metais preciosos que “podem vir à Espanha cada ano maiores carregações do que nunca vieram das Índias Ocidentais”. Em outro trecho, chega a referir-se à possível existência de “serras de ouro e prata” encontradas por indígenas (p. 40).

Contudo, é a nudez dos povos autóctones uma das características do Novo Mundo que mais chamaram a atenção dos europeus quinhentistas, ganhando destaque entre as novidades espalhadas pelos relatos de viagens sobre as terras recém-descobertas. Ziebell (2002) afirma que, por conta da

religião cristã, o europeu das décadas de 1500, em determinados casos, interpretou positivamente a nudez dos ameríndios, vinculando-a a aspectos de bondade, edênicos e paradisíacos. A nudez também esteve atrelada à inexistência de armas, à vulnerabilidade e à incapacidade de ações ofensivas. Por outro lado, o nu ainda esteve ligado a características como bestialidade, inferioridade, a uma falta de civilidade e ao erotismo: “para um europeu quinhentista, a nudez representa a quebra de um código de comportamento social. A vestimenta na época tinha a função de espelho referencial de classe, de posição social” (ZIEBELL, 2002, p. 55-56). Como cristãos, os conquistadores da América também olhavam para a nudez dos indígenas de maneira muito influenciada pelas ideias de Santo Agostinho. Para o Santo, a nudez evidenciava a negação da culpa do pecado original, já que são os órgãos sexuais “a parte maldita que transmite o pecado no ato da geração” (HANSEN, 1998, p. 354). No terceiro capítulo desta dissertação, retornaremos à questão da nudez, com destaque para os olhares do português Gabriel Soares sobre os indígenas brasileiros do século XVI.

2.3 Arquétipos, mitos e os heróis de Gabriel Soares de Sousa

Conforme já mencionado, ao escrever o *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, Sousa revelou parte de seu imaginário influenciado por mitos herdados de seu tempo ou de tempos anteriores. Em especial, um desses mitos traz o arquétipo do herói personificado nos colonizadores do Novo Mundo. Este item do capítulo tem como objetivo apontar algumas características desse perfil modelar de homem e as possíveis ligações dessa idealização projetada por Gabriel com os personagens heroicos das novelas de cavalaria, que eram muito difundidas na Europa entre os séculos XV e XVI. Para tanto, primeiramente buscamos explicar o que são arquétipos. Carl Gustav Jung (2008) sustenta que arquétipos são os modelos (de homem, de bem, de mal...) presentes em nossa sociedade, com o poder de dirigir o inconsciente das pessoas e criar filosofias, religiões e mitos que caracterizam e influenciam épocas e nações inteiras:

É preciso que eu esclareça, aqui, a relação entre instinto e arquétipo. Chamamos instinto aos impulsos fisiológicos percebidos pelos sentidos. Mas, ao mesmo tempo, estes instintos podem também manifestar-se como fantasias e revelar, muitas vezes, a sua presença apenas através de imagens simbólicas. São a estas manifestações que chamo arquétipos. A sua origem não é conhecida; e eles se repetem em qualquer época e em qualquer lugar do mundo² (JUNG, 2008, p. 69).

2 Grifo nosso.

O mito do herói é um desses arquétipos que existem há muito tempo, sendo o mais recorrente e o que mais se tem conhecimento em todo o mundo. Jung (2008, p. 79) elucida que esses mitos podem até variar nos detalhes, mas que mantêm uma forma universal, manifestando-se com a mesma estrutura em povos que nunca tiveram nenhum contato: “o mito universal do herói, por exemplo, refere-se sempre a um homem ou um homem-deus poderoso e possante que vence o mal, apresentado na forma de dragões, serpentes, monstros, demônios, etc. e que sempre livra seu povo da destruição e da morte”.

Na mesma linha de raciocínio de Jung, Mircea Eliade (2010, p. 11) menciona que “o mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do ‘princípio’” e da criação. Assim como Jung, Eliade também afirma que os mitos envolvem histórias de entes sobrenaturais, sagrados e exemplares:

[...] o mito é considerado uma história sagrada e, portanto, uma “história verdadeira”, porque sempre se refere a realidades. [...] Pelo fato de relatar as gesta dos Entes Sobrenaturais e a manifestação de seus poderes sagrados, o mito se torna o modelo exemplar de todas as atividades humanas significativas (ELIADE, 2010, p. 12).

Devidamente explicados os conceitos de mito e arquétipo, vale dizer que a mitificação de heróis exemplares esteve muito presente nas chamadas novelas de cavalaria, muito populares em toda a Península Ibérica durante a Idade Média e século XVI. Entre as produções mais difundidas nesse período, estiveram o *Cantar de Mio Cid* (século XIII), a *Demanda do Santo Graal* (século XV) e *Amadís de Gaula* (século XVI). São histórias que trazem heróis modelares e aspectos do maravilhoso:

O Humanismo que se desenvolvia a fins da Idade Média, conjugado com uma realidade herdeira de um contexto bélico relacionado à Reconquista e à Conquista da América, que dava notícia de terras desconhecidas repletas de seres, plantas ou grupos humanos até então desconhecidos, alimentavam a imaginação e propiciavam o surgimento de histórias cheias de elementos maravilhosos (OLIVEIRA K., 2017, p. 114).

As novelas de cavalaria ibéricas permitiam aos leitores resgatar valores esquecidos. Além disso, conforme Katia Oliveira (2017, p. 114), proporcionavam “um distanciamento da realidade cotidiana e um mergulho na fantasia”. Nessas produções, o herói idealizado e mitificado está centrado na figura do cavaleiro perfeito, de origem nobre, corajoso, honrado, mas individualizado:

Os Livros de Cavalaria contavam, assim, com protagonistas que reuniam características de um herói idealizado, mas individualizado, capaz até de, eventualmente, se

equivocar. Tal herói representa as contradições do Renascimento, a valorização do homem e sua distinção do coletivo (OLIVEIRA K., 2017, p. 117).

Os livros de cavalaria revelam histórias de cavaleiros viajantes que, em suas andanças, se deparam com situações hostis e com um mundo cheio de lugares e seres maravilhosos, como monstros e bruxos, que faziam parte do imaginário medieval e do princípio da Idade Moderna. No século XVI, portanto, esse imaginário alimentado pelas histórias de cavalaria também irá impactar nas narrativas dos viajantes do Novo Mundo. No *Tratado Descritivo do Brasil*, os heróis modelares de Gabriel Soares são os colonizadores da América portuguesa, os donatários das capitâneas e os primeiros governadores-gerais da colônia. Estes homens quinhentistas aclamados por Sousa reuniam muitas das características dos heróis das novelas de cavalaria ibéricas. Assim como os cavaleiros dos livros, esses conquistadores foram idealizados como destemidos, com nobreza de caráter e de origem e não poupadores de esforços em prol da coletividade e dos desejos de seu rei. Da mesma forma que *El Cid* e seus sucessores na literatura cavaleiresca, os aventureiros católicos que se estabeleceram em terras brasileiras também contavam com a proteção divina para enfrentarem todos os tipos de desafios, intempéries e ameaças, entre elas, o ataque de seres maravilhosos, como nativos antropófagos, cobras gigantes e homens marinhos. Além disso, Deus não permitia que tais heróis fossem atingidos por emboscadas de corsários franceses ou de luteranos. “Deus não permitirá; de cuja bondade confiamos que deixará estar estes inimigos de nossa santa fé católica com a cegueira que até agora tiveram de não chegar à sua notícia o conteúdo neste *Tratado*”, afirmou Sousa no último parágrafo do livro (SOUSA, 2013 [1587], p. 374).

Na obra de Soares de Sousa, os heróis colonizadores do Brasil eram aqueles que montavam navios e seguiam para o Novo Mundo, desbravando o território brasileiro e mandando povoar. Eram responsáveis por grandes feitos: construía engenhos de açúcar, exploravam o pau-brasil, davam ordens para fortificar as capitâneas e, além de fornecerem segurança às famílias que aqui vieram morar, também conseguiam alimentos e munições. Foram os principiadores de tudo na colônia, aqueles que sacrificaram a si mesmos e, em alguns casos, a integridade da própria família, em benefício do coletivo e do desenvolvimento econômico das capitâneas e das coroas ibéricas. Eram comandantes e tomadores de decisões, nobres e valentes assistentes dos reis, que faziam jus às mercês e títulos reais que recebiam, investindo tempo e recursos em terras brasileiras (SOUSA, 2013 [1587]).

Em todo o livro, há diversas menções à história e à memória desses valorosos heróis. Martim Afonso de Sousa, donatário da capitania de São Vicente, é um desses personagens históricos heroizados por Gabriel. Segundo expressões do autor, Martim Afonso, responsável por “feitos

maravilhosos”, “cuja fidalguia e esforço é tão notório a todos”, partiu do porto de Lisboa rumo ao Brasil, determinando “de ir povoar em pessoa” sua capitania e prover “de mantimentos e munições de guerra como convinha”. Às margens do Rio São Vicente, assentou e fortificou a primeira vila, que foi a primeira a produzir açúcar entre as regiões costeiras. Pela costa brasileira até o Rio da Prata, Martim Afonso navegou por muitos dias, tendo muito trabalho para desbravá-la. Foi um grande comandante, ajudando El-Rei D. João a governar (SOUSA, 2013 [1587], p. 96-97).

Por sua vez, o filho primogênito de Martim Afonso e donatário da capitania da Ilha de Itamaracá, o herói Pero Lopes de Sousa, teve que enfrentar o ataque de nativos e franceses para proteger seu povo e seus bens:

[...] dessa capitania fez El-Rei D. João III de Portugal mercê de Pero Lopes de Sousa, que foi um fidalgo muito honrado, o qual, sendo mancebo, andou por esta costa com armada à sua custa, em pessoa foi povoar esta capitania com moradores que para isso levou do porto de Lisboa de onde partiu; no que gastou alguns anos e muitos mil cruzados com muitos trabalhos e perigos, em que se viu, assim no mar pelejando com algumas naus francesas que encontrava (do que os franceses nunca saíram bem), como em terra em brigas que com eles teve de mistura com os potiguares, de quem foi por vezes cercado e ofendido, até que os fez afastar desta Ilha de Itamaracá e vizinhança dela (SOUSA, 2013 [1587], p. 29).

Tomé de Sousa, designado primeiro governador-geral do Brasil pelo rei D. João III de Portugal em 1549, também aparece no livro embalado pelas características do mito do herói. Responsável pela implantação da primeira capital da colônia em Salvador, Tomé de Sousa, nas palavras do próprio Gabriel, foi um “fidalgo honrado”, “homem avisado, prudente e mui experimentado na guerra de África e da Índia, onde se mostrou mui valoroso cavaleiro em todos os encontros em que se achou”, que mereceu a confiança do rei para ocupar o cargo de governador-geral de todo o Estado do Brasil, por conta de suas grandes qualidades. O herói é enfocado como o responsável por organizar a colônia, pois, de acordo com Sousa, “não havia ordem numa coisa nem noutra, e cada um vivia ao som da sua vontade”. O governador também trouxe padres jesuítas, para doutrinar e converterem os nativos na santa fé católica. E, com muita agilidade, ordenou cercar Salvador de muros de taipa grossa, assentando ainda uma artilharia muito formosa (SOUSA, 2013 [1587], p. 113-116).

No *Tratado Descritivo*, é possível inferir que a forma heroicizada como esses colonizadores foram reverenciados por Soares de Sousa contribuiu para reforçar a própria identidade do escritor. Pode ser que os elogios do autor a esses desbravadores estavam direcionados a ele mesmo, tendo em vista que também foi um desses conquistadores do Brasil colônia. Ao falar dos colonizadores, mesmo pertencendo a uma classe política hierarquicamente inferior a deles, o colono Gabriel Soares

quis refletir, enaltecer e propagar os supostos valores religiosos, econômicos e políticos dele próprio. Vangloriando os feitos desses heróis, Gabriel, além de chamar a atenção da realeza para a suposta importância desses homens na administração e desenvolvimento da colônia, talvez conseguiria o tão almejado apoio e direito de explorar as riquezas do Rio São Francisco, o que de fato aconteceu. Ao encontro do que Le Goff (1990) afirmou sobre a utilização dos documentos como ferramentas de poder, a intenção do colono parece ter sido a de utilizar os seus textos como documentos históricos e comprobatórios de sua sabedoria, altivez e merecimento para assumir os riscos e desafios de uma empreitada em busca de valiosos minérios nos rios da Bahia.

No *Tratado Descritivo*, se por um lado os colonizadores foram retratados como heróis por Soares de Sousa, por outro, muitas das etnias indígenas brasileiras foram apresentadas como vilãs, inimigas da conquista e colonização por parte dos portugueses. Descritas com características opostas aos portugueses, muitas etnias foram retratadas como atraçoadas, sem fé e incapazes de honrar os acordos de paz que fizeram com os colonos, causando muitos danos e mortes aos moradores dos engenhos. No terceiro capítulo desta dissertação, veremos mais sobre quais foram esses olhares de Sousa lançados sobre os indígenas brasileiros. Por ora, vale mencionar como que esse imaginário vinculado às novelas de cavalaria esteve presente até mesmo no momento em que Gabriel descreveu os nativos. Por exemplo, ao falar sobre os tupinambás, o colono disse que, em muitos casos, os cativos de guerra dessa etnia eram mortos pelos jovens para “tomar nome novo e ficar armado cavaleiro, e mui estimado de todos” (SOUSA, 2013 [1587], p. 347). Em outro trecho, o senhor de engenho traz à tona a valentia característica dos heróis cavaleiros para explicar a maneira como os principais tupinambás encorajavam as aldeias para a guerra: “quando os tupinambás estão cercados de seus contrários, as pessoas de mais autoridade dentre eles lhes andam pregando de noite para que se esforcem e pelejem como bons cavaleiros, e que não temam seus contrários” (p. 340).

Se Gabriel Soares era um aficionado pelas novelas de cavalaria, isso não se consegue afirmar, pois muito pouco se sabe sobre sua formação e sua vida. Mas, por meio da análise da abordagem que ele teceu sobre o Novo Mundo, seus heróis e vilões, é possível deduzir que muito provavelmente essas histórias de cavaleiros e seus valores tão difundidos na Europa fizeram parte do imaginário do autor e dos demais viajantes e colonizadores quinhentistas.

2.4 Os gentios e o canibalismo

Como já mencionamos no item anterior, se por um lado os primeiros colonizadores e governantes do Brasil foram os heróis de Gabriel Soares, mitificados e enaltecidos no *Tratado Descritivo*, os indígenas brasileiros não tiveram o mesmo enfoque. Neste item, mostraremos os motivos vinculados ao imaginário do português por trás de tal retrato feito por ele dos nativos da América portuguesa.

A partir de 1500, o mundo passou a se dividir entre Velho e Novo. A outra margem do Ocidente estava habitada por uma sociedade inquietante aos olhos dos europeus, composta por homens “sem lei, sem fé e sem rei”. De acordo com Novaes (1999, p. 07), “no imaginário europeu, o mundo político dos selvagens era literalmente impensável”. Diante disso, os ocidentais impuseram à força ao *Outro* indígena a concepção que eles tinham de sociedade humana. Contribuindo para essa discussão, Le Goff (1990, p. 71) salienta que os conquistadores acreditavam que os ameríndios foram rejeitados por Deus e, dessa forma, “estendem aos índios um espelho, no qual se olham a si próprios”.

Antes de se lançarem às grandes navegações, os portugueses já tinham entrado em contato e disputa com outros povos, entre eles os mouros. Tamy de Macedo Pimenta (2014, p. 03) frisa que “o que domina nesses embates é o etnocentrismo: olha-se para o *Outro* com base em seus próprios valores e, na ausência destes, julga-se este *Outro* como inferior”. Durante todo o período medieval, já que o objetivo dos portugueses era o de defesa do território lusitano, o contato deles com o *Outro*, a exemplo dos mouros, foi sempre conflituoso. No entanto, com o advento das grandes navegações, o contato com esse *Outro* passou a ser necessário e útil aos portugueses, para defenderem seus interesses comerciais e político-religiosos e para conseguirem suprimentos e informações estratégicas em terras, até então, desconhecidas. Ao longo dos séculos, esse contato dos portugueses com outros povos acabou sendo essencial para a construção de uma identidade portuguesa:

Como um povo historicamente constituído em meio a guerras e expansões, os portugueses estiveram constantemente em contato com outros grupos, por vezes, desconhecidos anteriormente e bastante diferentes de si. Por meio desses encontros ao longo da história, a alteridade tornou-se fundamental na construção do discurso identitário português, visto que este formou-se durante e a partir dos embates entre portugueses e não-portugueses (PIMENTA, 2014, p. 02).

No princípio do século XVI, as várias edições publicadas em diversos idiomas da carta *Mundus Novus*, escrita pelo florentino Américo Vespúcio, fomentaram o imaginário maravilhoso na Europa. A publicação, além de ter sido responsável por popularizar entre os europeus o termo Novo Mundo para designar as terras recém-descobertas, diferenciando-as das já conhecidas regiões asiáticas, foi a primeira obra a espalhar rumores sobre a antropofagia tupi. A publicação trazia, inclusive, “xilogramas mostrando homens girando em espetos e pedaços de corpos dependurados

nas aldeias” (MONTEIRO, 2005, p. 11). Assim como Vespúcio, entre os europeus que trataram em seus relatos sobre a antropofagia, ou melhor, sobre o canibalismo, que era o termo utilizado por eles, estiveram viajantes, conquistadores, missionários, comerciantes e representantes de Igrejas e de Estados. Agnolin (2005) sinaliza que a antropofagia, assim como o Novo Mundo e a alteridade, foram inventados pelo Ocidente, uma vez que são os reflexos de sua própria identidade, de seus próprios valores culturais e verdades.

Os relatos de viagens foram os responsáveis por estabelecer como lugares do “diferente” as novas configurações geográficas encontradas fora da Europa. Na visão de Agnolin (2005), nesse período, o tratamento dado ao *Outro*, no caso aos povos ameríndios, sofreu influências da tradição greco-romana. Para os gregos antigos, o outro lado desconhecido do imenso oceano era a morada de seres mitológicos, animais ou monstruosos, portanto, privados de cultura e não humanos. Já os romanos viam o *Outro* como bárbaro e inferior. Autores romanos, como Plínio, Pompônio Mela e Solino, que em suas obras recuperaram parte da mitologia grega, se tornaram “as fontes mais utilizadas pelos compiladores de coleções histórico-geográficas e de cosmografias na Idade Média” (AGNOLIN, 2005, p. 56-59).

A partir do processo de expansão marítima, o europeu renascentista enxerga-se como moderno, diferente e superior em relação aos povos ameríndios. Através de seus relatos de viagens sobre a América e seus habitantes, Cristóvão Colombo tem responsabilidade na fundação do que depois veio a ser nomeado pela filosofia francesa do século XVIII como o “mito do bom selvagem”, ao se referir a mansas etnias americanas, que deveriam ser protegidas, humanizadas, civilizadas e elevadas culturalmente pela Europa, desde que cedessem os bens de que o continente europeu tanto precisava. Segundo Agnolin (2005), especificamente sobre o caso brasileiro, outro viajante que também inspirou a criação do mito do bom selvagem foi Pero Vaz de Caminha:

O próprio Caminha, na sua Carta, adere de forma clara ao mito do “bom selvagem”, que dócil e simples, de tudo necessita, mas principalmente daqueles bens culturais (sobretudo uma “creemça”) que o Europeu se sente no dever de impor. Porém, o que se impôs ao europeu foi, de fato, a necessidade da salvação (religiosa) dessa gente, imperativo reclamado pela própria bondade e simplicidade dos indígenas e que permitiria, assim, completar a sua felicidade terrena (AGNOLIN, 2005, p. 87).

Todavia, a carta de Caminha ficou desconhecida até 1817. Sendo assim, cronistas de viagens, como os franceses André Thevet e Jean de Léry, além do já citado Américo Vespúcio, foram responsáveis pela popularização do mito do bom selvagem na Europa como um todo. Muito provavelmente inspirado pelas obras de Thevet e Léry, o filósofo francês Michel de Montaigne, em seu *Ensaio* (1580), também designava como bons selvagens os habitantes originários do Novo

Mundo. Ao se referir aos tupinambás do Brasil, o humanista pregava que eles não eram bárbaros, mas que apenas eram guiados pelas leis da natureza. Neste sentido, os indígenas brasileiros não tinham, inclusive, palavras que significassem traição, mentira, inveja e maledicência. Segundo Montaigne, não havia razão para os ocidentais se escandalizarem com a antropofagia tupi praticada por vingança, tendo em vista que, durante as guerras de religião, muitos europeus teriam cometido, por fanatismo, assassinatos com requintes de crueldade, como ao lançarem homens para serem comidos vivos por porcos e cães. A poligamia indígena, para o escritor, também não poderia ser alvo de críticas pelos franceses cristãos, uma vez que havia na bíblia, segundo ele, vários casos de esposas, como Raquel, Sara e Lia, que teriam incentivado seus próprios maridos a se deitarem com as servas. Na visão de Montaigne, por esses e muitos outros motivos, as instituições francesas poderiam ser consideradas mais bárbaras do que as etnias indígenas brasileiras. Vale ressaltar que a figura do bom selvagem não esteve apenas atrelada a nativos brasileiros. No mesmo século XVI, o dominicano Bartolomeu de Las Casas exaltou também os ameríndios subjugados pelos espanhóis. Para Las Casas, os nativos da América pareciam viver na idade do ouro, de forma mansa e pacífica, provando serem mais humanos e bondosos que os colonizadores europeus (ROUANET, 1999).

Esses autores e produções quinhentistas mostraram os indígenas como naturalmente bons, honestos, simples, muito generosos, tratáveis, amáveis e não cobiçosos, mansos, pacíficos e de boa índole, de uma nudez edênica, vivendo em um paraíso maravilhoso, com clima agradável e recursos em abundância, em meio a uma flora e a uma fauna igualmente abundantes, exuberantes e férteis. Esses relatos também retrataram os ameríndios como muito virtuosos, hospitaleiros, corajosos, leais e não preocupados com a propriedade privada de terras. Na opinião de Rouanet (1999), esses autores do século XVI trouxeram à tona o mito do bom selvagem porque foram movidos por interesses pessoais e das classes às quais pertenciam e porque viam no *Outro* uma forma de polemizar contra a própria cultura:

[...] em nenhum momento os europeus estavam interessados em seu outro. Seu bom selvagem era alegórico, no sentido etimológico da palavra: dizer uma coisa, para designar outra. Thevet exaltava os selvagens brasileiros para denegrir os protestantes, Léry, para difamar os católicos. Montaigne defendia a antropofagia dos índios para criticar as crueldades das Guerras de Religião (ROUANET, 1999, p. 433).

A partir de 1500, ao mesmo tempo em que os primeiros relatos de viagens traziam descrições de selvagens bons, a antropofagia e a belicosidade hostil de algumas etnias indígenas brasileiras foram os principais motivos apontados pelos portugueses para enfatizar o estado selvagem e a inferioridade dos nativos e, conseqüentemente, justificar os trabalhos de conversão e a escravização indígena. Para os europeus colonizadores, os povos ameríndios, por causa de seus

costumes reprováveis, poderiam ser dispostos em uma categoria próxima aos animais. Os europeus, por sua vez, acreditavam estar no topo da escala evolutiva. Sendo assim, os relatos dos descobrimentos, como os de Colombo, Vespúcio e Caminha, na visão de Fujimoto (2016, p. 103), reproduziam essa superioridade europeia e atendiam às expectativas imperialistas portuguesas e espanholas, na medida em que tornavam legítimas “a presença europeia em terras já habitadas, a realização de guerras e a escravização dos nativos que opusessem resistência aos ‘conquistadores’”.

Quanto mais uma possível comercialização de escravos ganhava relevância econômica, maior era o vigor com que Colombo inseria o tema “canibalismo” em suas declarações públicas. Além disso, segundo Agnolin (2005), no discurso espanhol, eram ditos “canibais” aqueles indígenas que ofereciam resistência à colonização. Dessa forma, resistência e canibalismo se entrecruzavam e ganhavam o mesmo sentido. Compartilhando desse mesmo pensamento, Giucci (1992, p. 96) aponta que “a associação de canibalismo e barbarismo, frequentemente completada pela noção de insubmissão e ferocidade, desempenhará um papel fundamental como mecanismo de legitimação da conquista e exploração do índio americano”.

Na visão dos conquistadores, a cultura dos indígenas é distorcida, necessitando ser salva pela cultura ocidental. Para Agnolin (2005), frente ao cristianismo europeu, a ingenuidade natural dos habitantes da América é, aos poucos, trocada pela figura de um mundo culturalmente pervertido, formado por canibais, sodomitas, pagãos, idólatras e falsos profetas pajés e caraíbas, todos corrompidos pelo Diabo. Sobre esse aspecto, Laura de Mello e Souza (1993), demonstra que houve no Brasil quinhentista um processo de “demonização” dos indígenas, principalmente pelos jesuítas a partir do momento que perceberam que não estavam conseguindo, apenas pela palavra e persuasão, fazer com que os nativos abandonassem hábitos vistos como corrompidos e inspirados pelo demônio, tais como a guerra intertribal, a antropofagia e a poligamia. Nesse contexto, por exemplo, as velhas canibais e os pajés e caraíbas, que se mostravam contra o trabalho catequético dos jesuítas e a favor da manutenção de todos os costumes indígenas, foram encarados, respectivamente, como bruxas e feiticeiros, representantes do demônio em terras brasílicas. A demonização dos indígenas, portanto, contribuiu para defender o papel cruzadístico português na conquista do Novo Mundo para a cristandade. Hansen (1998, p. 347) também comenta que, nos relatos portugueses, o indígena brasileiro é concebido como um “ser do inferno verde, uma besta mista, heteróclita, em cuja monstruosidade também se pode ler, pelo avesso, o recalcado das fobias do observador, crente em Deus, temente do Diabo, perseguidor da heresia”. De acordo com o autor, os bons selvagens para os portugueses eram os pacíficos ou pacificados, ao contrário dos bárbaros maus selvagens, que eram aquelas etnias hostis, que atacavam, praticavam o canibalismo ou que resistiam à civilização portuguesa, espalhando o terror entre as vilas e engenhos, ou aqueles

indígenas que eram “aliados dos huguenotes franceses, enquanto se recusam a ser catequizados e a subordinar-se ao governador-geral” (HANSEN, 1998, p. 352). Em prol do bem comum alegado pela monarquia cristã colonizadora, a guerra contra esses maus selvagens era considerada, portanto, justa.

Sendo assim, ao final do século XVI, os estereótipos vinculados ao ameríndio já estão consolidados e caminhar por uma via diferente dessa acarretaria frustrar a expectativa e expor-se à incredibilidade do público leitor da época, que buscava nos relatos de viagens justamente ver essa concepção sobre o indígena americano (ZIEBELL, 2002). No terceiro capítulo desta dissertação, será possível conferir como esses estereótipos referentes aos indígenas brasileiros podem ser encontrados no *Tratado Descritivo*, do português Gabriel Soares de Sousa. Mas antes, daremos continuidade, no segundo capítulo, aos traços identitários do autor, frisando os possíveis desafios e desejos do colono na Bahia de Todos os Santos.

3 GABRIEL SOARES DE SOUSA: A VIDA E A OBRA DO PORTUGUÊS QUE SE TORNOU COLONO E A BAHIA DO SÉCULO XVI

[Salvador] pode ser socorrida por mar e por terra de muita gente portuguesa até a quantia de dois mil homens, de entre os quais podem sair dez mil escravos de peleja a saber: quatro mil pretos da Guiné, e seis mil índios da terra, mui bons flecheiros, que juntos com a gente da cidade, se fará mui arrazoado exército, com o qual corpo de gente, sendo bem caudilhada, se pode fazer muito dano a muitos homens de armas [...]
(SOUSA, 2013 [1587])

Não se conhece muito sobre a vida de Gabriel Soares de Sousa. Sabe-se que nasceu em Portugal na década de 1540, provavelmente em Lisboa. Tinha duas irmãs viúvas, D. Margarida de Sousa e Maria Velha, que moravam em Lisboa, e um irmão, João Coelho de Sousa, que também viveu no Brasil. De acordo com o historiador brasileiro Francisco Adolpho de Varnhagen (1851), Soares de Sousa veio para o Brasil por volta de 1569, depois que a nau em que se encontrava, que seguia para as minas do Império Monomotapa na África Oriental juntamente com a frota de Francisco Barreto (antigo governador da Índia), aportou na Bahia de Todos os Santos para driblar o mau tempo. Em terras baianas, Gabriel preferiu ficar e lá viveu por cerca de 15 anos. Casou-se com Anna de Argollo, filha do rico senhor de engenho, Rodrigo de Argollo, contudo, não tiveram filhos. Consolidou-se senhor de um grande engenho de açúcar na região do Recôncavo Baiano, entre o povoado de Jaguaripe e o Rio Jequiçá, onde também administrou seus escravos negros e indígenas, além de bois e cavalos. Mas, não foi apenas no interior baiano que Soares de Sousa prosperou. Na capital Salvador, segundo Fernandes (2013), o português tornou-se vereador na câmara da cidade e dono de terrenos e casas.

Por meio da análise de dados referentes à biografia e obra de Gabriel Soares, bem como do contexto histórico vivenciado por ele em terras brasílicas, este capítulo tem como objetivo levantar aspectos da identidade do autor enquanto um dos colonos da Bahia quinhentista. Tendo em vista que, no primeiro capítulo, foi dado ênfase ao Gabriel viajante português e cronista do século XVI e a todo o imaginário do homem europeu das décadas de 1500, o intuito, neste segundo capítulo, é, portanto, trazer elementos que possam revelar o outro lado da face da identidade do autor para que, de posse dessas informações, seja possível compreender os olhares que ele lançou sobre os indígenas brasileiros.

Entre os anos de 1584 e 1587, no período de união das coroas portuguesa e espanhola, Sousa teria escrito o *Tratado Descritivo*, enquanto aguardava na Europa pelas concessões do rei Filipe II (I de Portugal) para explorar as riquezas minerais do Rio São Francisco, no Brasil. Em 1º de março de 1587, já com o livro finalizado, Gabriel esteve em Madri para entregar a obra a D. Christovão de Moura, importante estadista no governo do rei Filipe, na intenção de que o representante da corte levasse a obra até as mãos reais. Após o agrado à corte espanhola, em 1590, Gabriel Soares ganhou, entre outras concessões régias, o título de *capitão mór e governador da conquista e descobrimento do Rio de S. Francisco*, além da autoridade para nomear como cavaleiros fidalgos até 100 de seus seguidores e uma carta do rei direcionada ao governador do Brasil, para que disponibilizasse a Gabriel 200 indígenas flecheiros para o auxiliarem na empreitada (VARNHAGEN, 1879).

Em Lisboa, antes de retornar para o Brasil no dia 07 de abril de 1591, Soares de Sousa recebeu ainda, conforme Varnhagen (1879), uma embarcação e os mantimentos necessários para a tripulação que estaria com ele na expedição pelos sertões do Rio São Francisco. Já no Brasil, o português teve o apoio do então governador da colônia, D. Francisco de Sousa, e de um mapa deixado pelo irmão de Gabriel, João Coelho de Sousa, para realizar o empreendimento em busca de ouro e prata pelas vertentes do Rio São Francisco. Além dos indígenas flecheiros, em sua empreitada, Sousa contou com a participação de primos, cunhados, capitães e presos degredados com habilidades para o trabalho como mecânicos e mineiros. Em junho de 1591, a embarcação com Gabriel e sua tripulação naufragou no Rio Vazabarris. A maior parte dos tripulantes sobreviveu e a expedição foi retomada graças ao suporte dado por D. Francisco de Sousa. No caminho até as supostas minas, foram montando pequenos arraiais fortificados, com parte das pessoas que estavam a bordo, e lutando contra doenças e o ataque de nativos e de animais:

O “Capitão-mor e Governador das Conquistas do Rio São Francisco” adentrou pelo sertão, margeando o São Francisco em busca de riquezas, mas também com a incumbência clara de fazer povoações, e para isso levava mineiros, fundidores, artilheiros e oficiais mecânicos. Era o início do processo de interiorização (AZEVEDO, 2015, p. 45).

Com o auxílio do guia indígena Aracy (nome que significava “o sol”), assim como explica Varnhagen (1879), a meta de Gabriel Soares era chegar até as nascentes do Rio São Francisco, onde havia a promessa de encontrar ouro e outras riquezas, de maneira consoante ao que mostrava o roteiro que o irmão dele lhe deu. No entanto, os planos do colono português o levaram à morte, próximo às cabeceiras do Rio Paraguaçu:

[...] dessa vez o destino lhe foi fatal: não se sabe se por doença ou por vingança - numa das versões, os índios aprisionados se rebelaram e ele foi ferido - faleceu antes de ter visto a famosa Lagoa Dourada ou Eldorado, no mesmo lugar onde seu irmão João Coelho de Sousa, que passou três anos no sertão baiano, sucumbira tempos antes (AZEVEDO, 2007, p. 17).

Gabriel Soares era católico. Algumas partes de seu testamento, deixado pronto por ele na Bahia em 10 de agosto de 1584 (antes de sua viagem à Europa), transcritas por Varnhagen no aditamento presente na edição de 1879 do *Tratado Descritivo*, mostram que o colono português deixou toda a sua fazenda como herança para o Mosteiro de São Bento, em Salvador, com a condição de que ele e sua esposa, assim que falecessem, fossem enterrados juntos na capela-mor do Mosteiro. O colono solicitou também que colocassem sobre seu túmulo uma campa com os dizeres “aqui jaz um peccador” e que rezassem missas em “honra das cinco chagas de Nosso Senhor Jesus Christo” e em “honra dos cinco passos dolorosos da Madre de Deus”, expressões estas entre aspas por terem sido proferidas pelo próprio Gabriel. Para livrar sua alma do purgatório, o devoto português deixou registrado que o abade e os religiosos do Mosteiro de São Bento deveriam rezar em intenção dele uma missa por dia, “emquanto o mundo durar”, e mais 165 missas em louvor à Virgem Madre de Deus e outras 50 missas pela alma dos pais dele. Sousa ainda deixou agrados e dinheiro para religiosos, obras e instituições religiosas: “deixo à confraria do SS. Sacramento cinco mil reis e à de Nossa Senhora do Rosario dois mil reis” (SOUSA, 1584 apud VARNHAGEN, 1879, p. 19-24).

No *Tratado Descritivo do Brasil*, Gabriel Soares também demonstra sua fé e sua crença em Deus. No último capítulo da segunda parte do livro (capítulo 196), por exemplo, ao sugerir ao rei a fortificação dos principais portos do Brasil, para evitar o perigo de ataques por parte de invasores luteranos, Gabriel deixa clara sua confiança na bondade de Deus e chama de infiéis os inimigos da fé católica:

Com a força da gente da terra se poderão apoderar e fortificar de maneira que não haja poder humano com que se possam tirar do Brasil estes inimigos, de onde podem fazer grandes danos a seu salvo em todas as terras marítimas da Coroa de Portugal e Castela, o que Deus não permitirá; de cuja bondade confiamos que deixará estar estes inimigos de nossa santa fé católica com a cegueira que até agora tiveram de não chegar à sua notícia o conteúdo neste Tratado, para que lhe não façam tantas ofensas estes infiéis (SOUSA, 2013 [1587], p. 374).

Durante o processo de expansão marítima, havia na Europa uma demanda oficial por cartas, relatos de viagens e por quaisquer outros escritos que fornecessem informações sobre as terras recém-descobertas. Conforme explica Eunícia Fernandes (2013), esses manuscritos eram

produzidos, muitas vezes, por funcionários dos reis ou por padres da Companhia de Jesus, que tinham a obrigação de prestarem contas aos seus superiores. Contudo, em uma direção diferente, esteve o colono português foco desta dissertação, pois não era nem um funcionário régio nem um religioso da Companhia. Conforme já elucidado, muito provavelmente um dos principais interesses de Gabriel, ao escrever e ofertar seu *Tratado* ao rei Filipe II, foi o de receber as permissões régias necessárias para realizar a sua busca por metais preciosos no Rio São Francisco: “deste modo, a obra foi redigida por um colono da América portuguesa, sem a exigência de qualquer instituição, mas certamente inserido nos sentidos do Antigo Regime e na dinâmica das relações coloniais” (FERNANDES, 2013, p. 22). De maneira complementar às ideias de Fernandes, a pesquisadora Gabriela Soares de Azevedo (2015) menciona que, dos 32 senhores de engenhos na região do Recôncavo Baiano, durante a segunda metade do século XVI, Gabriel Soares foi o único a deixar um legado escrito consistente.

As informações sobre o Brasil prestadas por Soares de Sousa, por meio do seu *Tratado*, se inscrevem em um tipo de política adotada pelos colonos que consistia em, por meio de seus esforços, mostrarem-se súditos leais e merecedores de mercês régias. Ter bom desempenho enquanto colono, portanto, gerava a expectativa de uma premiação, concedida pela coroa. Mas, os ganhos eram de ambas as partes. Desde o início da colonização e mesmo durante o período da União Ibérica (1580-1640), as coroas lusa e espanhola necessitavam do empenho de particulares, para tomarem conhecimento sobre a colônia e para conseguirem colocar em prática a conquista e a colonização. Além disso, no século XVI, presentear os “bons súditos” era um dos gestos “virtuosos” dos reis (FERNANDES, 2013, p. 23).

3.1 A Bahia de Gabriel Soares de Sousa: contexto histórico

No período em que Gabriel Soares viveu no Brasil (entre 1569 e 1584), a coroa portuguesa esteve com suas atenções voltadas para as colônias da África e da Ásia, consideradas mais estratégicas e lucrativas. Segundo Miranda (2015, p. 18-33), “apenas tardiamente Portugal se interessa em explorar terras brasileiras”, só enviando os primeiros colonos para o Brasil entre os anos de 1522 e 1532. O historiador Charles Boxer (2014) em seu livro “O império marítimo português” aponta algumas razões políticas e econômicas para esse preliminar desinteresse de Portugal sobre o Brasil:

O empenho no comércio da Índia, no ouro da Guiné (Mina) e nas guerras com Marrocos impediram durante muitos anos a Coroa portuguesa de dedicar muita atenção à região recentemente descoberta e que parecia não possuir nada melhor do que madeira com substâncias corantes, papagaios, macacos e selvagens nus, o mais primitivos possível (BOXER, 2014, p. 95).

No Brasil, com a expulsão dos tapuias da Bahia de Todos os Santos, os portugueses fundaram, em 1549, a cidade de Salvador, que tornou-se, nesse mesmo ano, a primeira capital da colônia. Também em 1549, após o insucesso de grande parte das capitânicas hereditárias, a administração da província foi centralizada pela coroa portuguesa através da criação do sistema de governo-geral. Além de defenderem a colônia e os objetivos dos colonos, garantindo segurança contra a resistência indígena e os ataques de corsários ingleses, franceses e holandeses, os governadores-gerais tinham muitas atribuições:

Os governadores faziam doações de sesmarias aos colonos importantes, sobretudo membros da nobreza com algumas exigências para a implantação de engenhos de açúcar. Na produção de açúcar, portanto, os maiores investimentos eram voltados para a construção de engenhos e a compra de escravos, pois as terras eram recebidas em sesmarias. Em seguida, as sesmarias começaram a ser subdivididas sendo arrendadas aos pequenos colonos (VASCONCELOS, 2016).

O militar português Tomé de Sousa foi o primeiro governador-geral do Brasil, ficando no poder até 1553. O governo foi legitimado por meio de um regimento redigido em 1548 pelo rei D. João III. O documento consistiu na primeira lei a reconhecer a guerra justa e o castigo contra os nativos rebeldes e hostis:

Construído com informações sobre o fracasso das primeiras capitânicas, o Regimento apresentou a primeira lei sobre a guerra justa. Nesse código os nativos foram separados em dois grandes grupos, tomando-se como critério a motivação para a sua participação nas batalhas: aqueles que guerreavam unicamente para se vingar de seus inimigos tradicionais, ao lado dos inimigos do rei português foram considerados selvagens e diabólicos, aqueles que guerreavam ao lado dos portugueses foram concebidos como bons súditos cristãos do rei português que haviam contribuído para a expansão do domínio de Deus na Terra de Santa Cruz (FUJIMOTO, 2016, p. 154).

Como parte do projeto de colonização do Brasil, muitos emigrantes portugueses se instalaram na província, de maneira forçada ou voluntária. De acordo com Boxer (2014, p. 101), “degradados e condenados ao exílio eram em número de 400 nos primeiros 1000 colonos que se fixaram na Bahia em 1549; mas, a partir daí, o número de emigrantes voluntários ultrapassou largamente o daqueles que eram deportados para o bem do país”. Entre os portugueses que vieram para o Brasil, estiveram marinheiros, comerciantes, profissionais autônomos e artesãos, capatazes e encarregados e a classe patronal, formada pelos senhores de engenho e os proprietários das

plantações. Boxer (2014) explica que a maioria dos portugueses que emigravam voluntariamente para o Brasil para se tornarem colonos buscava uma ascensão econômica e social. Outros motivos também estariam por trás da emigração para o Novo Mundo, como a dura realidade enfrentada em Portugal com o excesso de população, a pobreza do solo e a má distribuição da chuva em determinadas regiões lusas, além das epidemias de peste que assolaram o país durante os séculos XVI e XVII:

as condições existentes em certas regiões de Portugal eram muitas vezes tais que muita gente não tinha outra alternativa senão emigrar. O Brasil, mesmo com todos os seus inconvenientes, dava-lhes a oportunidade de conseguirem uma vida melhor do que a que podiam esperar encontrar no seu país (BOXER, 2014, p. 100).

Mesmo com a esperança de uma vida melhor, na Bahia quinhentista, os colonos enfrentavam muitos desafios, entre eles, a resistência à conquista e à colonização de determinadas etnias indígenas. Segundo Azevedo (2011, p. 208), na segunda metade do século XVI, “os portugueses ampliam seu domínio territorial através de duas guerras contra os índios e os expulsam de parte dos vales de Jaguaripe e Paraguaçu para ali introduzirem a cana-de-açúcar”. Entre 1556 e 1558, o então governador-geral Duarte da Costa deu início às guerras e ao aldeamento dos indígenas da Bahia:

Da análise do relato de Duarte da Costa, deduzimos que, gradualmente, a convivência pacífica de indígenas e colonos tornou-se impossível, na medida em que as demandas desses últimos por terra e escravos começaram a se confrontar com os padrões nativos de ocupação da terra e de organização social. Segundo observamos a guerra relatada foi principalmente uma disputa por terras e um esforço, por parte dos indígenas, para conservar a autonomia mediante as coações e restrições que vinham sendo impostas pelo governo colonial (FUJIMOTO, 2016, p. 219).

Conforme já mencionado, próximo à região de Jaguaripe, o colono português Gabriel Soares de Sousa ergueu seu engenho, depois de sua vinda para o Brasil, por volta do ano de 1569. Nesse ano, o governador-geral do Brasil era Mem de Sá. De acordo com Schwartz (1985), durante o governo de Mem de Sá (1558-1572), especialmente nas décadas de 1560 e 1570, foram conquistadas novas terras e construídos mais engenhos no Recôncavo. Com o pretexto de auxiliar os jesuítas no combate aos rituais antropofágicos dos indígenas, Sá promoveu guerras que afugentaram e exterminaram boa parte dos tupis de Salvador e arredores. Na opinião de Fujimoto (2016), entre os objetivos do governador, estavam abastecer a necessidade local de escravos indígenas e aumentar a área de ocupação agrícola portuguesa, além de abafar uma possível rebelião de nativos na região de Paraguaçu. Sá também fez guerra contra os indígenas revoltosos nas

capitanias de Ilhéus e Espírito Santo e contra os tamoios que se uniram aos franceses na Bahia de Guanabara.

Em 1584, ano em que Gabriel deixou a Bahia rumo à Europa, para solicitar ao rei espanhol Filipe II as autorizações necessárias para a expedição em busca de riquezas no Rio São Francisco, o Brasil vivia sob o comando do governador-geral Manuel Teles Barreto, o primeiro nomeado por Filipe II, já durante o período da União Ibérica. Teles Barreto ficou reconhecido por não ter bom relacionamento com os jesuítas e por defender os interesses dos colonos. Tal indisposição do governador para com os padres da Companhia justificava-se pelo fato de que ele os considerava exploradores e responsáveis por interferir negativamente na dinâmica colonial. Nesse sentido, Teles Barreto chegou a negar aos inácianos suporte material e proteção contra as investidas dos colonos nos aldeamentos. Durante seu mandato, o governador-geral contou com o total apoio e empenho de Gabriel Soares nas críticas contra os jesuítas. Para Sousa, as missões não tinham serventia alguma e os padres estariam se enriquecendo às custas dos nativos (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006 apud OLIVEIRA P., 2017). Durante o governo de Manuel Teles Barreto, estourou na região do Recôncavo Baiano o movimento indígena conhecido como Santidade de Jaguaripe, uma das maiores revoltas anticolonialistas do século XVI. Na fazenda de Fernão Cabral, influenciados pela pregação de grandes caraíbas e pajés, centenas de indígenas, fugidos dos aldeamentos jesuítas ou do trabalho escravo nos engenhos, juntaram-se e formaram uma “seita” com tons de “heresia”, por cultuarem um ídolo de pedra e buscarem a Terra sem Mal. O movimento, contrário à escravidão, ao colonialismo português e à catequese jesuítica, gerou revoltas e fugas em toda a capitania baiana, ocasionando ainda a destruição de engenhos, o abandono de missões e a morte de portugueses (VAINFAS, 2005).

De fato, os governadores-gerais não conseguiram solucionar os conflitos entre colonos e indígenas na Bahia. Maria Hilda Paraíso (2011, p. 86) explica que “a insatisfação se ampliava devido à crescente imposição de formas de trabalho compulsório e de mecanismos de adequação dos trabalhadores indígenas às exigências dos colonizadores”. A autora esclarece que os portugueses eram acusados pelos padres jesuítas de incentivarem o comércio de prisioneiros e a guerra intertribal entre os tupis do litoral e os dos sertões. Diante dessa situação, os governadores implantaram os aldeamentos que, apenas no governo de Mem de Sá, por exemplo, somavam 25 aldeias. De acordo com Fujimoto (2016), durante as guerras de conquista na Bahia, os administradores coloniais contaram com a atuação dos indígenas aldeados na defesa do território e no domínio de novas terras, como parte das obrigações que os nativos passaram a ter para com os coloniais. No entanto, na década de 1560, a maior parte dos aldeamentos foi extinta, devido a fugas de nativos e epidemias de sarampo e varíola, que mataram cerca de 40 mil indígenas. Além disso,

em 1562, Mem de Sá decretou guerra justa contra os caetés, no sentido de punir os culpados pela morte do Bispo Sardinha. A medida fez com que os colonos passassem a capturar e escravizar os indígenas do Recôncavo, agravando ainda mais o esvaziamento nas aldeias, com a fuga de mais de 10 mil nativos (FUJIMOTO, 2016). Como é possível perceber, os aldeamentos não representaram o fim da escravização indígena. Assim como esclarece Maria Hilda Paraíso (2011), tal política trouxe ainda outras consequências para os povos nativos:

Essas medidas implicaram no aceleramento dos deslocamentos populacionais impostos através de descimentos forçados ou estimulados. O resultado dessas ações foi o de promover a destribalização e o desenraizamento desses povos, inviabilizando a reprodução das sociedades indígenas a partir de seu modelo socialmente estabelecido antes do contato. Associaremos a esses fatores outro conjunto de elementos como a perda do controle sobre as terras; drástica redução populacional provocada por doenças infectocontagiosas; guerras de conquista; excesso de trabalho; fome; suicídios; maus tratos; infanticídio e a repressão desencadeada sempre que qualquer grupo opunha resistência aos planos metropolitanos de efetivar a ocupação do território e às novas relações de trabalho (PARAÍSO, 2011, p. 86).

A manutenção da conquista do território pela coroa portuguesa, de acordo com Paraíso (2011, p. 71), “exigia íntima associação entre o Estado e particulares, portugueses ou não, e pressupunha soluções rápidas e criativas ante o desconhecido, além de uma grande capacidade de manipular o oponente da forma mais adequada aos interesses do empreendimento”. Nesse sentido, muitos colonos viam na escravização dos indígenas a possibilidade de uma mão de obra mais econômica, estratégica e viável, assim como afirma Capistrano de Abreu:

Acresce que os escravos indígenas com todos esses percalços, auxiliavam extraordinariamente aos que começaram a vida nestas terras... E a primeira coisa que pretendem adquirir são escravos, para neles lhes fazerem suas fazendas [...]; e se uma pessoa chega na terra a alcançar dois pares, ou meia dúzia deles (ainda que outra coisa não tenha de seu) logo tem remédio para poder honradamente sustentar sua família: porque um lhe pesca, e outro lhe caça, os outros lhe cultivam e granjeiam suas roças e desta maneira não fazem os homens despesa em mantimentos nem com eles, nem com suas pessoas (ABREU, 2009, p. 48).

Na Bahia, até o final do século XVI, os indígenas constituíram a principal mão de obra nos engenhos, sendo que o apogeu da escravização dos nativos ocorreu entre os anos de 1540 e 1570. O comércio de escravos africanos só depois começou a tomar força. Boxer (2014) aponta que um dos motivos para a escravidão africana ter se consolidado tardiamente no Brasil pode ter sido a forma de pagamento adotada pelos colonos brasileiros, que não agradava muito aos comerciantes de escravos:

Os contratadores e os negociantes que desempenhavam o papel principal nesse comércio [...] preferiam enviar os escravos para as Índias de Castela do que para o Brasil, mesmo quando os barcos negreiros se faziam aparentemente ao mar com destino a algum porto brasileiro. Os Espanhóis pagavam os escravos com moedas de prata, enquanto os plantadores e colonos brasileiros os pagavam com açúcar, rum e tabaco (BOXER, 2014, p. 111).

Por outro lado, legalmente, a escravidão indígena no Brasil durou até a coroa portuguesa proibi-la em 1570. Apenas os aimorés foram excluídos dessa proteção, por conta de sua hostilidade e dos danos que causavam aos portugueses. No entanto, mesmo bem depois dessa proibição régia, o trabalho indígena permaneceu sendo explorado através de diversas formas de coerção. A acusação de canibais, por exemplo, continuou sendo causa justa para a captura e escravização de tupinambás. Segundo Schwartz (1985, p. 46), “determinavam-se distinções, na verdade, entre índios ‘bons’ e ‘maus’ e, muito embora os colonos às vezes não soubessem reconhecer a diferença, a Coroa fazia vista grossa a essa situação”. Para suprir a necessidade de mão de obra nos engenhos e, ao mesmo tempo, atender os clamores dos jesuítas por proteção aos indígenas, uma das alternativas postas pela coroa foi a instalação de um regime de trabalho contratado:

Na Bahia, no início da década de 80, as aldeias jesuíticas forneceram cerca de quatrocentos a quinhentos trabalhadores aos colonos, sob um sistema de trabalho contratado. Os índios recebiam um parco salário mensal de 400 réis, que mal chegava a um terço do salário de um barqueiro comum, contudo até mesmo essa quantia muitas vezes nunca era paga. Ainda assim, os senhores de engenho sentiam-se incomodados com o controle de seus trabalhadores por jesuítas (SCHWARTZ, 1985, p. 51).

Em um de seus estudos, o professor e historiador brasileiro Ronaldo Vainfas (2005, p. 48) destacou que o colono Gabriel Soares de Sousa foi um “forte partidário da escravidão indígena”. No próprio *Tratado Descritivo*, Gabriel permite revelar o fato de que possuía escravos indígenas em seus empreendimentos, como no momento em que escreve que, na região baiana entre a barra de Jaguaripe e o Rio de Juquirijape, ele deu início à construção de um engenho e assentou “uma aldeia de escravos com um feitor que os manda” (SOUSA, 2013 [1587], p. 150), ou ainda quando comenta que os monstruosos homens marinhos conhecidos como upupiaras mataram cinco de seus indígenas. Sousa, portanto, se refere aos nativos como bens sob seu domínio. Nesse sentido, é condizente o que John M. Monteiro (2001) diz sobre o contexto histórico em que Gabriel Soares escreveu seu *Tratado Descritivo*, contexto este envolto pela economia açucareira, o sertanismo e a escravidão indígena. Segundo o pesquisador, os textos de Gabriel “refletem a longa convivência entre o autor e os índios, durante as suas experiências de senhor de engenho e de sertanista, atividades complementares nesta época em que a base do trabalho escravo era composta de índios

egressos dos sertões circunvizinhos” (MONTEIRO, 2001, p. 16-17). Azevedo (2015) também acredita nos intuítos escravistas de Soares de Sousa. Na visão da autora, no *Tratado Descritivo*, o colono português salienta que os indígenas brasileiros são “incapazes de assimilar verdadeiramente a doutrina cristã” e que, por isso e por conta de “graves delitos”, “como matar e comer portugueses”, eram passíveis de escravização, mencionando ainda as vantagens econômicas e de manutenção do império ultramar, que poderiam ser conquistadas por meio dessa escravidão (AZEVEDO, 2015, p. 33). No terceiro capítulo desta dissertação, esse apoio de Sousa à escravização dos povos nativos do Brasil será melhor abordado.

No *Memorial e declaração das grandezas da Bahia de Todos os Santos, de sua fertilidade e das notáveis partes que tem*, que é o título da segunda seção da obra de Gabriel, é possível perceber outros elementos do contexto histórico da Bahia quinhentista apontados pelo próprio colono. Sousa (2013 [1587], p. 128) afirma que a Bahia, em 1587, podia contar, em caso de um possível ataque de corsários, com a defesa de um exército composto por 2000 homens portugueses e por “dez mil escravos de peleja a saber: quatro mil pretos da Guiné, e seis mil índios da terra, mui bons flecheiros”. No capítulo 32, ele mostra que a capitania baiana possuía 36 engenhos, que produziam anualmente mais de 120 mil arrobas de açúcar e muitas conservas. Contava ainda com três mosteiros e 62 igrejas, todas “mui concertadas, limpas e providas de ornamentos, nas quais, nos dias dos oragos, se lhe faz muita festa”. As embarcações eram no total de 1400: eram tantas, que “se servem todas as fazendas por mar, e não há pessoa que não tenha seu barco, canoa pelo menos, e não há engenho que não tenha de quatro embarcações para cima” (p. 153-154).

A Bahia de Soares de Sousa apresenta-se com potencialidades que poderiam ser, segundo o próprio colono, mais valorizadas, aproveitadas e protegidas pela Corte. Nas palavras de Sousa (2013 [1587], p. 365-366), para fortificar a Bahia, “defender e ofender a quem contra o sabor de Sua Majestade se quiser apoderar dela”, havia fartura de madeiras “maravilhosas e formosas”, que poderiam ser utilizadas ainda para a construção de grandes armadas e diversas embarcações, como naus, galeões e caravelões. Na construção das embarcações, o que não faltaria, segundo o autor, seria mão de obra, já que a Bahia contava com, pelo menos, 400 serradores escravos, 240 carpinteiros, 50 tendas de ferreiros, além de muito ferro para se poder lavar.

3.2 O Tratado Descritivo

O engenheiro militar e historiador brasileiro Francisco Adolpho de Varnhagen (1816-1878) foi quem conferiu, só em 1838, por meio de um estudo monográfico apresentado à Academia de Ciências de Lisboa, a autoria do português Gabriel Soares de Sousa às obras *Roteiro geral com largas informações de toda a costa do Brasil e Memorial e declaração das grandezas da Bahia de Todos os Santos, de sua fertilidade e das notáveis partes que tem*. Em 1851, também foi Varnhagen o responsável por publicar, pela primeira vez, as obras de Soares de Sousa sob o título de *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*.

Assim como afirmou o próprio Varnhagen (1851) na contracapa do livro, a primeira edição do *Tratado* foi “castigada pelo estudo e exame de muitos codices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França”. Em texto direcionado ao Instituto Histórico do Brasil, localizado nas primeiras páginas do livro, Varnhagen comenta que a primeira edição foi fruto de reflexões críticas e de um trabalho de restauração, que ele realizou por meio do manuseio e comparação de mais de 20 cópias encontradas em bibliotecas e arquivos de quatro países, contudo, nenhuma delas sendo os “quadernos originaes do punho do nosso colono” (p. 08). A pesquisadora Gabriela Soares de Azevedo (2015, p. 69) explica que “esta edição, preparada, corrigida e comentada por Varnhagen foi publicada no Tomo XIV da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e editada comercialmente, no mesmo ano, pela Tipografia Universal de Laemmert”, no Rio de Janeiro. Tamanho esforço de Varnhagen em organizar a publicação e descobrir seu verdadeiro autor quinhentista rendeu-lhe, posteriormente, o convite para ocupar o cargo de primeiro-secretário e organizador da revista do Instituto Histórico do Brasil. A seguir, seguem algumas reproduções de páginas da primeira edição da obra:

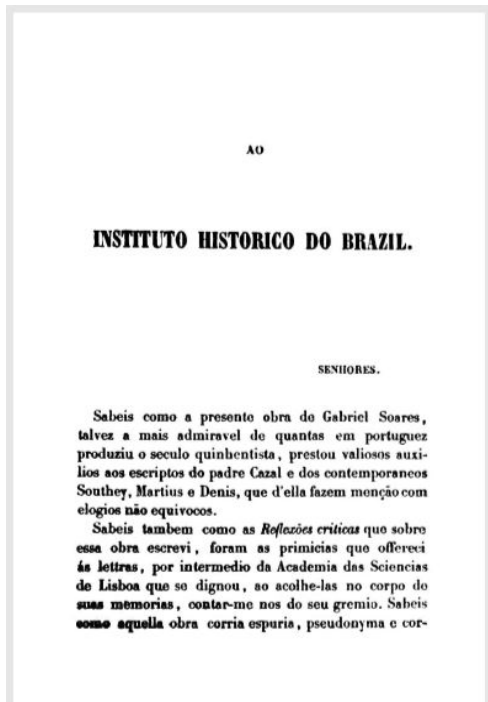
Figura 1 – Páginas da primeira edição do *Tratado Descritivo do Brazil em 1587*, preparada, corrigida e comentada por Francisco Adolpho de Varnhagen e publicada em 1851 pela Tipografia Universal de Laemmert, no Rio de Janeiro.



A



B



C



D

Legenda:

- A) Capa.
- B) Contracapa.
- C) Texto de Varnhagen direcionado ao Instituto Histórico do Brasil.
- D) Primeira parte do livro intitulada *Roteiro geral com largas informações de toda a costa do Brasil*.

Antes da primeira edição em 1851, ou seja, por 264 anos contados desde a redação original por Soares de Sousa em 1587, a obra “corria espúria, pseudonyma e corrompida no título e na data”, assim como afirmou Varnhagen (1851, p. 05-06). Contudo, ainda no final do século XVI, o nome de Gabriel Soares já havia sido citado pelo escritor português Pedro de Mariz, em seu livro intitulado *Diálogos de Vária História* (1594). Posteriormente, também se apropriaram da obra de Sousa autores como Frei Vicente de Salvador (*História do Brasil*, 1627) e o jesuíta Simão de Vasconcellos (*Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, 1663). Em 1825, a Academia de Ciências de Lisboa chegou a publicar uma edição com as obras de Gabriel. Mas, alguns literatos do período pensavam que os livros eram de autoria de Francisco da Cunha.

Publicada em 1879, já postumamente à morte de Varnhagen em 1878, a segunda edição do *Tratado Descritivo*, conforme o próprio editor declarou na contracapa da obra, além de “mais correcta”, contou com o acréscimo de um aditamento, que trouxe algumas informações biográficas sobre Soares de Sousa. Tanto no texto direcionado ao Instituto Histórico do Brasil quanto no aditamento, que antecede as partes que efetivamente compõem o *Tratado*, Varnhagen faz muitos elogios à obra e ao autor Gabriel Soares. Nas palavras de Varnhagen (1879, p. 07-12), a produção deixada pelo colono consiste “talvez a mais admirável de quantas em português produziu o século quinhentista”. O editor frisa que Sousa tinha um estilo de escrita simples, mas que era um grande observador:

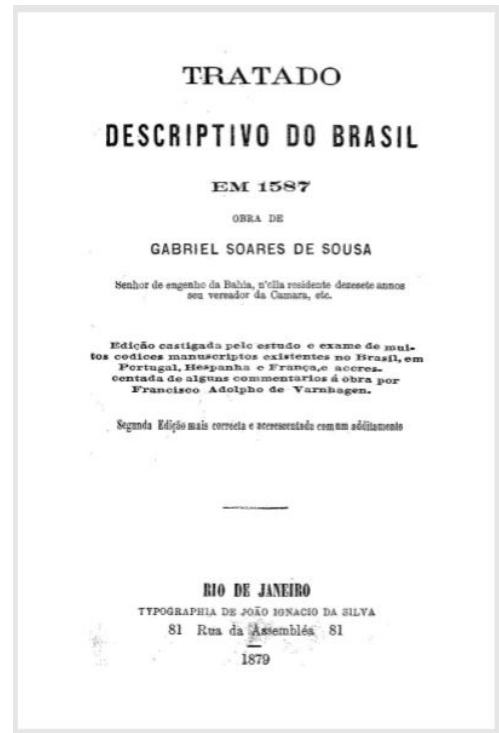
Em topographia ninguém melhor do que elle se occupou da Bahia; como phytologo faltam-lhe naturalmente os princípios da sciencia botânica; mas Dioscorides ou Plínio não explicam melhor as plantas do velho mundo, que Soares as do novo. [...] Como producção litteraria, a obra de Soares é seguramente o escripto mais producto do próprio exame, observação e pensar, e até diremos mais encyclopedico da litteratura portugueza ne'sse periodo (VARNHAGEN, 1879, p. 25-26).

A seguir, encontram-se algumas reproduções de páginas da edição de 1879:

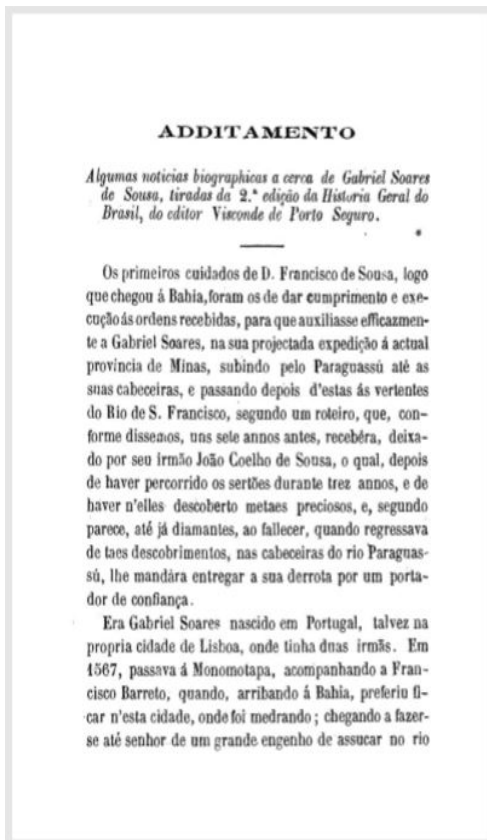
Figura 2 – Páginas da segunda edição do *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, publicada em 1879, postumamente ao falecimento de Francisco Adolpho de Varnhagen.



A



B



C



D

Legenda:

- A) Capa.
- B) Contracapa.
- C) Aditamento de autoria de Varnhagen.
- D) Segunda parte do livro intitulada *Memorial e declaração das grandezas da Bahia de Todos os Santos, de sua fertilidade e das notáveis partes que tem.*

Nesta dissertação, foram consultadas e utilizadas as versões originais das edições de 1851 e 1879, que foram digitalizadas e encontram-se disponíveis no site da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, da Universidade de São Paulo (USP). Contudo, devido às condições ruins dos documentos digitalizados, além dos termos e grafia diferentes dos atuais, que dificultam a leitura e compreensão da obra, também foi considerada a versão publicada em 2013 pela Fundação Darcy Ribeiro, vinculada ao projeto editorial *Coleção Biblioteca Básica Brasileira (BBB)*, da Universidade de Brasília (UnB). Esta última versão da obra, além de encontrar-se disponível para *download* gratuito na internet, possui uma estética mais contemporânea e atrativa para professores e alunos do ensino médio.

O *Tratado* representou muito mais do que uma simples reunião de dados sobre a colônia. Na opinião de Azevedo (2015, p. 35), na obra “se encontram informações passíveis de comprometer os domínios ibéricos, facilitar manobras estrangeiras ou despertar interesses indesejados, como aquelas referentes à topografia da costa, às fortificações existentes ou à insegurança de diversos sítios”. Por meio da análise e estudo do livro e tendo em vista o contexto em que foi escrito, é possível identificar que, muito mais do que apenas entreter o rei Filipe II, o *Tratado* teve peso político. Pensando da mesma maneira, Eunícia Fernandes (2013) sinaliza que o fato de o original do livro não ter sido encontrado, permanecendo a obra relativamente desconhecida por mais de dois séculos, foi devido à política de segredo das coroas ibéricas, que viam nos escritos de Gabriel informações estratégicas que não poderiam chegar até as mãos de inimigos. Segundo a autora, o *Tratado* foi produzido em um período em que os textos escritos adquiriam cada vez mais importância administrativa:

Um roteiro especificado de toda a costa brasileira, com detalhamentos sobre os portos, sobre o relevo, sobre o que se poderia ou não encontrar era um instrumento valioso de posse e controle, ao que uma memória detalhada da natureza, fauna e flora, e dos habitantes da colônia era o complemento ideal (FERNANDES, 2013, p. 24).

Como já citado nesta dissertação, o *Tratado* ofertado ao rei espanhol rendeu a Gabriel Soares o título de *Capitão-mor e Governador da conquista e descobrimento do Rio São Francisco*, posto muito almejado pelo colono português ávido por enriquecimento. Para Azevedo (2015),

Sousa conquistou as mercês régias de que necessitava para a exploração do Rio São Francisco não apenas pelo fato de ser um homem letrado, mas também por conta da qualidade de suas informações prestadas às coroas ibéricas associada às boas redes de relações pessoais que ele tinha no Brasil. Tais características eram muito valorizadas no modelo administrativo filipino, que “exigia uma ampla gama de registros para o controle à distância das suas possessões” (AZEVEDO, 2015, p. 25-26). Além disso, por volta do final do século XVI, havia a concepção de que quem detinha o conhecimento detinha também poder. Segundo Giucci (1992, p. 69), nesse período, a crença era a de que “a informação relativa aos costumes humanos de grupos estranhos e às qualidades das terras distantes contribui para situar numa posição privilegiada quem conhece o ‘outro’ sem ser, ele mesmo, conhecido”.

O *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* está dividido em dois livros: *Roteiro geral com largas informações de toda a costa do Brasil e Memorial e declaração das grandezas da Bahia de Todos os Santos, de sua fertilidade e das notáveis partes que tem*. O primeiro livro contém um prólogo e 74 capítulos. A segunda parte, por sua vez, abrange 196 capítulos. Tanto a edição de 1851 quanto a de 1879 são finalizadas com 270 comentários e observações de Francisco Adolpho de Varnhagen:

O termo “roteiro” refere-se a um gênero recorrente, sobretudo na época dos descobrimentos, utilizado para descrever em detalhes uma viagem ou estabelecer uma rota ou guia para os navegantes, apontando precisamente os cabos, baixios, ilhas, portos ou rios navegáveis; enfim, tudo o que poderia servir para orientar um navegante conquistador. O Memorial da Bahia faz parte de um gênero também corrente à época, o registro de lembranças (AZEVEDO, 2015, p. 47).

As informações prestadas por Gabriel em seus livros empregam diversas áreas do conhecimento, tais como a náutica, a botânica, a zoologia e a memorialística, narrando as vivências, memórias e impressões do autor sobre os lugares, animais, plantas e gentes do Brasil. Na visão de Azevedo (2015), Gabriel tinha o poder da escrita, capaz de agradar qualquer tipo de público leitor. “Sem dúvida alguma, é possível reconhecer atrativos literários em seu discurso: uma capacidade descritiva e persuasiva capaz de conquistar leitores especialistas ou não” (AZEVEDO, 2015, p. 28). A pesquisadora afirma ainda que Gabriel, mesmo não tendo conhecido pessoalmente todos os cantos da costa brasileira, não deixou de descrevê-los em seu *Tratado*, muito provavelmente recorrendo a outras fontes para isso:

Por certo percorreu toda a circunvizinhança da cidade de Salvador, por terra e por mar. Mas, provavelmente, bebeu em outras fontes para se referir com tanta minudência ao restante do território. Boa parte do que Soares escreveu deve ter sido compilado de

informações encontradas na própria península durante o longo período em que lá esteve possivelmente recebendo letras remetidas de suas fazendas. Ao que tudo indica não percorreu toda costa brasileira, do “rio de Vicente Pinzon”, acima do “rio das Amazonas”, até algumas léguas depois da Baía de São Matias, na atual Argentina, conforme descreve (AZEVEDO, 2015, p. 30).

Na primeira parte do livro, o *Roteiro Geral, com largas informações de toda a costa do Brasil*, Sousa descreve, de maneira bem detalhada, tudo o que se poderia encontrar na região costeira do Brasil, do Rio Amazonas, passando pelo Rio São Francisco e a Baía do Rio de Janeiro, até o Rio da Prata. Conta quem foram os primeiros povoadores das capitanias e os heróis colonizadores, fala quais são as atividades e potencialidades econômicas e como é a navegabilidade de cada região costeira, onde é possível adentrar com caravelões, como são os portos, o relevo, o clima, a vegetação, os frutos, a fauna, os rios, a fertilidade do solo, a localização e condições dos povoados, engenhos, plantações e áreas com pau-brasil, onde é possível haver fluxo de pessoas e de mercadorias e, por fim, onde é possível encontrar os tão cobiçados metais e pedras preciosas (SOUSA, 2013 [1587]).

Sumariamente, portanto, para ganhar a confiança do rei espanhol e mostrar credibilidade, o colono português fornece todo o tipo de informações estratégicas, coordenadas exatas de como chegar nos lugares, quais as vantagens econômicas de tudo que pode ser encontrado na colônia, bem como quais são as necessidades e perigos encontrados na mesma. Em tom de crítica ou de conselho, dá sugestões de administração ao rei, pede mais recursos e investimentos, dizendo quais lugares necessitam de fortificação contra corsários estrangeiros, ou contra “maus selvagens”, e quais localidades são boas para se conquistar, povoar e explorar, implantar engenhos, criar animais ou estabelecer plantações, assim como fez ao descrever o Rio São Francisco:

Por este rio entra a maré muito, por onde se navega barcos com barcos, no qual se metem muitas ribeiras. Este rio tem grandes pescarias e muito marisco, e a terra ao longo tem muita caça, e grande cômodo para se poder povoar, por ser muito fértil, e dará tudo o que lhe plantarem. A terra deste rio é alta e fragosa e povoada de gentio carijó (SOUSA, 2013 [1587], p. 102).

Além disso, pelo viés econômico e exploratório, Gabriel mostra o quanto a colônia não deixa nada a desejar, ou é superior, em comparação com o que pode ser encontrado em Portugal, Espanha, Índias ou nos demais territórios sob o domínio das coroas ibéricas, como ao falar das vacas criadas nas capitanias de São Vicente e Santo Amaro, “que nestas capitanias há muita quantidade por se na terra darem melhor que na Espanha, onde as carnes são muito gordas e gostosas, e fazem vantagem às das outras capitanias, por a terra ser mais fria” (SOUSA, 2013 [1587], p. 99).

Desde o prólogo (prefácio) do livro, o colono português já deixou claro um de seus maiores objetivos com a redação de seu *Tratado*. Soares de Sousa pede ao rei Filipe II que a colônia seja fortificada, frisando as perdas materiais e de vidas que poderiam ser geradas por uma iminente invasão de corsários estrangeiros, além dos enormes gastos que o monarca teria para conseguir expulsar os invasores. O senhor de engenho ainda alerta o rei espanhol, há poucos anos no cargo, sobre a existência de pedras e metais preciosos a serem explorados e chama a atenção para todas as riquezas e potencialidades do Brasil, que teriam sido alvo de descuido por parte dos reis anteriores:

Em reparo e acrescentamento estará bem empregado todo o cuidado que Sua Majestade mandar ter deste novo reino, pois está capaz para se edificar nele um grande império, o qual com pouca despesa destes reinos se fará tão soberano que seja um dos Estados do mundo porque terá de costa mais de mil léguas, como se verá por este Tratado no tocante à cosmografia dele, cuja terra é quase toda muito fértil, mui sadia, fresca e lavada de bons ares e regada de frescas e frias águas. Pela qual costa tem muitos, mui seguros e grandes portos, para nele entrarem grandes armadas, com muita facilidade, para as quais tem mais quantidade de madeira que nenhuma parte do mundo, e outros muitos aparelhos para se poderem fazer (SOUSA, 2013 [1587], p. 09-11).

No *Memorial e declaração das grandezas da Bahia de Todos os Santos, de sua fertilidade e das notáveis partes de tem*, que é o segundo livro que compõe o *Tratado*, como o título bem explica, Sousa elencou todas as qualidades do lugar que ele escolheu para viver por cerca de 15 anos. Guardadas as especificidades, o *Memorial* também segue a mesma linha da primeira parte da obra, o *Roteiro Geral, com largas informações de toda a costa do Brasil*. Também direcionado ao rei Filipe, a segunda parte do *Tratado Descritivo* já traz em seu primeiro capítulo o objetivo de seu autor: “tratar e explicar o que se dela não sabe para que venham à notícia de todos os ocultos desta ilustre terra, por cujos merecimentos deve de ser mais estimada e reverenciada do que agora é, ao que queremos satisfazer com singelo estilo, pois o não temos grave, mas fundado tudo na verdade” (SOUSA, 2013 [1587], p. 113). A “verdade”, aqui destacada por Gabriel, ganha ares de credibilidade na medida em que o colono assume a posição de testemunha ocular dos fatos, compartilha suas memórias e vivências, mesmo apesar dos poucos trechos do texto em que ele se apresentou em primeira pessoa.

Sobre a Bahia, Gabriel abordou a história da capitania, sua colonização, os primeiros governadores-gerais do Brasil, Tomé de Sousa e Duarte da Costa, a fundação e os aspectos humanos e geográficos da capital Salvador, seus primeiros moradores, descreveu o clima, as maneiras de defender o lugar com mais facilidade, informou como era a costa e sua navegabilidade e a região interiorana, a condição dos ventos, onde se podia aportar, o relevo, as ilhas, rios, recôncavos, onde e como eram seus engenhos de açúcar, os povoados e seus moradores, igrejas, colégios de padres da

Companhia, embarcações, fertilidade de seu solo e de suas criações. O colono também falou dos cultivos, da fartura de recursos naturais, como eram as frutas nativas, pimentas, a mandioca e seus derivados, grãos e legumes. Deu esclarecimentos sobre aspectos econômicos da flora baiana e explicou sobre as propriedades das árvores, ervas e frutos medicinais, como o caju:

A natureza destes cajus é fria, e são medicinais para doentes de febres, e para quem tem fastio, os quais fazem bom estômago e muitas pessoas lhes tomam o sumo pelas manhãs em jejum, para conservação do estômago, e fazem bom bafo a quem os come pela manhã, e por mais que se coma deles não fazem mal a nenhuma hora do dia, e são de tal digestão que em dois credos se esmoem. [...] Fazem-se estes cajus de conserva, que é muito suave, e para se comerem logo cozidos no açúcar cobertos de canela não têm preço. Do sumo desta fruta faz o gentio vinho, com que se embebeda, que é de bom cheiro e saboroso (SOUSA, 2013 [1587], p. 182).

Sobre a fauna, Sousa caracterizou muitas espécies de aves, insetos, mamíferos, répteis e anfíbios. Também fez apontamentos sobre espécies de baleias, frutos do mar e de peixes de água doce e salgada. Informou ainda sobre as matérias-primas encontradas na Bahia, que poderiam ser utilizadas para a construção de grandes armadas, fortificações, embarcações e para a produção de pólvora e armas. O colono encerrou seu *Memorial* com as notícias e expectativas a respeito das minas de pedras e metais preciosos.

Da mesma forma que no *Roteiro* (primeira parte do livro), no *Memorial*, Sousa também guarneceu o rei com todas as informações estratégicas necessárias para uma melhor administração da Bahia de Todos os Santos e fez críticas a casos anteriores de má gestão, solicitou mais fortificação, para evitar a invasão de corsários e indígenas “bárbaros”, e pediu um melhor aproveitamento de todos os recursos e potencialidades econômicas da capitania, assim como mais investimentos e atenção da coroa. Em suma, ficaram claros, em sua narrativa, seus anseios, desafios e interesses enquanto colono e desbravador, como no momento em que clamou por mais segurança para a cidade de Salvador:

Não parece despropósito dizer neste lugar, que tem El-Rei nosso senhor obrigação de, com muita instância, mandar acudir ao desamparo em que esta cidade está, mandando-a cercar de muros e fortificar, como convém ao seu serviço e segurança dos moradores dela; porque está arriscada a ser saqueada de quatro corsários, que a forem cometer, por ser a gente espalhada por fora, e a da cidade não ter onde se possa defender, até que a gente das fazendas e engenhos a possa vir socorrer (SOUSA, 2013 [1587], p. 127-128).

Tanto na primeira quanto na segunda parte da obra, Gabriel forneceu ainda todos os tipos de dados sobre os povos indígenas que podiam ser encontrados no Brasil, em especial, na Bahia. Entre as etnias mencionadas, estão os potiguaras, os caetés, os aimorés, os tupiniquins, os goitacases, os

papanases, os tamoios, os guaianases, os carijós, os tupinaés, os amoipiras, os ubirajaras, os tapuias, os maracás e, recebendo realce na obra, os tupinambás do Recôncavo Baiano:

Gabriel Soares também conhecia os integrantes nativos dos aldeamentos do Recôncavo, que figuravam entre os auxiliares que acompanhavam este português em suas jornadas para o sertão e que proporcionavam uma fonte de mão-de-obra na faina açucareira. Neste sentido, as informações históricas e descritivas apresentadas neste relato foram produzidas neste contexto colonial, sendo que os próprios “informantes” do autor eram “índios coloniais”, por assim dizer (MONTEIRO, 2001. p. 17).

A seguir, o terceiro e penúltimo capítulo desta dissertação tratará especificamente dos indígenas da colônia, focando na maneira como foram abordados por Gabriel Soares em seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*.

4 BONS E MAUS SELVAGENS: OS OLHARES DE GABRIEL SOARES DE SOUSA SOBRE OS INDÍGENAS BRASILEIROS DO SÉCULO XVI

[...] os quais não adoram nenhuma coisa, nem têm nenhum conhecimento da verdade, nem sabem mais que há morrer e viver; e qualquer coisa que lhes digam, se lhes mete na cabeça, e são mais bárbaros que quantas criaturas Deus criou.

(SOUSA, 2013 [1587])

Este penúltimo capítulo da dissertação busca constatar como as características do imaginário e do contexto histórico vivenciado por Gabriel Soares de Sousa, características estas apresentadas nos dois primeiros capítulos, reverberam no enfoque que o colono e viajante português deu, em seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, ao *Outro*, ou seja, aos indígenas brasileiros do século XVI. O capítulo se ocupa, portanto, de mostrar quais foram os olhares de Soares de Sousa sobre as etnias indígenas do Brasil quinhentista, tendo em vista as nuances de sua identidade: viajante cronista e colono do Novo Mundo.

Antes de partirmos para a análise do *Tratado Descritivo* em si, é importante expormos algumas informações históricas sobre as etnias indígenas existentes no Brasil quinhentista. Nos primórdios de 1500, segundo Boxer (2014), boa parte dos indígenas que viviam no Brasil fazia parte da família linguística tupi. Os homens caçavam, pescavam e colhiam alimentos e as mulheres eram as responsáveis pela agricultura. Dominavam o fogo, mas não sabiam trabalhar os metais. Havia os povos indígenas que eram mais sedentários e que, por isso, construía suas aldeias, e algumas etnias, mas de modo algum a totalidade delas, praticavam a antropofagia. Eisenberg (2000) explica que, nas sociedades tupis, as guerras intertribais eram muito ritualizadas, tendo como objetivo vingar a morte de antepassados ocasionada por outros grupos. Nesse contexto ritualístico, a antropofagia era praticada apenas contra os prisioneiros de guerra. Dentre as principais etnias do tronco linguístico tupi, estavam os tamoios do Rio de Janeiro, os tupiniquins da Bahia e os tupinambás do Sul. Por sua vez, outros grupos menores, que falavam línguas diferentes do tupi e que viviam em matas da costa brasileira, como os caetés do Nordeste, eram considerados muito perigosos pelos padres da Companhia de Jesus. Por esse motivo, raramente os jesuítas lançavam sobre esses outros grupos tentativas de conversão à fé católica (EISENBERG, 2000).

Além do tupi, outro tronco linguístico indígena com importante papel durante o século XVI na formação do Brasil foi o macro-jê. Couto (2011) esclarece que, entre as famílias que faziam parte deste tronco, estavam os botocudos, os jês, os pataxós, os cariris, os maxacalis, os camacãs, os ofaiés, os puris, os guatós, os jeicós, os riquebaquetsas, os fulniôs e os bororos. O tronco macro-

tupi, por sua vez, se dividia em sete famílias: tupi-guarani (que, no século XI, se dividiu, originando os grupos tupi e guarani), juruna, mundurucu, tupari, ariquéim, mondé e ramarama, com muitos outros grupos e subgrupos e diferentes línguas e dialetos. A abundante oferta de alimentos na zona costeira brasileira, com sua disponibilidade de peixes, frutos do mar, tartarugas e sal, gerou seculares disputas, muito antes e após a chegada dos portugueses, entre os diversos povos indígenas brasileiros. Nesse sentido, os grupos tupis-guaranis entraram em constantes conflitos com diversas etnias do tronco linguístico jê. Boxer (2014) explica que, durante as três primeiras décadas de colonização portuguesa no Brasil, marinheiros franceses também visitavam a costa brasileira, talvez até com mais frequência que os portugueses, e estabeleciam trocas comerciais com os indígenas. O historiador comenta que, por volta de 1530, as etnias brasileiras se apropriaram dessa rivalidade entre portugueses e franceses e acirraram as suas próprias lutas intertribais. Desta forma, os portugueses contavam com o apoio de certos grupos, sobretudo os tupiniquins, e os franceses eram apoiados por outros, entre eles, os tupinambás.

4.1 Os olhares do colono

As primeiras impressões causadas pelos indígenas nos brasileiros foram positivas. Foram retratados como edênicos filhos da natureza, assim como Adão e Eva. Contudo, segundo Boxer (2014, p. 96), a antecipação pelos portugueses do que viria a ser conhecido posteriormente pelos filósofos franceses do século XVIII como mito do bom selvagem foi rapidamente substituída pela crença de que grande parte dos nativos brasileiros era composta por selvagens intratáveis, “sem fé, sem rei e sem lei”. Essa mudança de postura obteve muito mais força na segunda metade do século XVI, principalmente por conta da substituição da exploração do pau-brasil pela cultura da cana-de-açúcar, que exigiu a disciplina e a escravização da mão de obra indígena.

Os olhares lançados sobre os nativos do Novo Mundo e seus costumes dependeram de quem foram esses europeus que no Brasil estiveram, quais foram seus objetivos e se os indígenas representaram para eles uma barreira ou uma maneira de conquistarem suas metas:

Além das expressões de espanto, admiração e horror, manifestadas pelos europeus em relação aos costumes dos nativos, havia uma multiplicidade de significados atribuídos aos encontros, originária das diferentes motivações dos muitos viajantes, assim como uma grande variedade de culturas indígenas encontradas. Aqueles que vieram ao Novo Mundo em busca de riquezas, por exemplo, tendiam a ver os nativos através de uma perspectiva instrumental, segundo a qual os índios constituíam um meio ou um

obstáculo para a obtenção de seus objetivos econômicos (EISENBERG, 2000, p. 59-60).

Até o final deste item, veremos que é justamente essa perspectiva instrumental definida por Eisenberg, na qual os indígenas são apenas uma via ou uma barreira para interesses econômicos, a que melhor pode refletir os olhares do colono Soares de Sousa sobre os nativos do Brasil quinhentista. No *Tratado Descritivo*, Gabriel estabeleceu várias características para os povos brasileiros do século XVI. Para guarnecer o rei Filipe II com informações sobre as etnias que podiam ser encontradas na costa brasileira e, principalmente, na Bahia de Todos os Santos, o colono e viajante cronista português lançou seus olhares sobre diversos aspectos, tais como a localização dos nativos (ou onde não estavam presentes), os alimentos que consumiam, as informações estratégicas que possuíam sobre as minas de pedras e metais preciosos, suas táticas de guerra e de sobrevivência, como conseguiam comida na floresta e usufruíam de plantas e árvores medicinais, suas características físicas e comportamentais, as semelhanças ou diferenças entre as diversas etnias, seus “bons” e “maus” costumes, sua nudez, suas habilidades e as potencialidades econômicas da utilização da mão de obra indígena escrava.

Gabriel mencionou também onde ficavam os aldeamentos jesuíticos, em quais regiões a convivência entre nativos e colonos era pacífica ou conflituosa e, nessa mesma direção, quais localidades estavam seguras contra os ataques indígenas e quais necessitavam de fortificação. Contou ainda um pouco da história de algumas etnias, quais grupos praticavam a antropofagia, quais eram hostis aos colonizadores, “bárbaros”, “selvagens”, “traidores”, geradores de danos, mortes, guerras e despovoamentos, e quais podiam ser considerados “fiéis e verdadeiros aos portugueses”, nas palavras do próprio colono (SOUSA, 2013 [1587]). Agregando a essas ideias, Azevedo (2015, p. 18) frisa que as informações prestadas por Sousa ao rei Filipe II “constituem, mormente, o primeiro testemunho concreto das tensas relações envolvidas na administração da mão de obra indígena em meados do século XVI nas terras brasílicas”.

Nesse sentido, com base no imaginário e no contexto histórico vivenciado pelo autor na Bahia quinhentista (apresentados nos dois primeiros capítulos desta dissertação), ao analisarmos a obra, verificamos que Soares de Sousa dividiu as etnias brasileiras em dois grandes grupos: os “bons selvagens” e os “maus selvagens” (confira o Apêndice “B” desta pesquisa). Tal divisão já havia sido sinalizada pelo regimento de Tomé de Sousa (1548) e explicada através das ideias de Fujimoto (2016) no segundo capítulo deste trabalho. Redigido pelo rei português D. João III em 1548, o regimento em questão, além de oficializar a implantação do sistema de governo-geral no Brasil e a vinda de Tomé de Sousa como o primeiro governador-geral da colônia, foi o primeiro

documento real a reconhecer a guerra justa e o castigo contra os maus selvagens rebeldes e hostis. O regimento estabelecia que “aqueles [gentios] que guerreavam unicamente para se vingar de seus inimigos tradicionais, ao lado dos inimigos do rei português foram considerados selvagens e diabólicos, aqueles que guerreavam ao lado dos portugueses foram concebidos como bons súditos cristãos do rei português” (FUJIMOTO, 2016, p. 154). Além disso, como entre os maiores objetivos de Sousa estava uma constante busca por enriquecimento, para o colono português, aquelas etnias que representavam um entrave para a conquista e colonização eram consideradas compostas por maus selvagens e aquelas que viriam a se tornar um meio para a obtenção de seus lucros foram descritas como representantes dos bons selvagens. Vale frisar que a divisão aqui realizada entre bons e maus selvagens, ao fazermos referência à forma como Gabriel descreveu os nativos brasileiros, não está presente na obra do colono. Soares de Sousa não utilizou os termos “bons selvagens” e “maus selvagens” para se referir aos povos autóctones da colônia. Essa categorização e essa segmentação são propostas desta dissertação, com base nos teóricos que consultamos para a revisão bibliográfica e tendo em vista a análise que fizemos da descrição de Sousa sobre as características dessas etnias indígenas do século XVI.

Conforme mencionado no primeiro capítulo por meio das ideias de Agnolin (2005) e Rouanet (1999), o mito do bom selvagem presente nas obras de Colombo e Vespúcio também pode ter influenciado Sousa ao escrever sobre os bons selvagens do Brasil. Dessa maneira, o colono retratou os tapuias, os maracás, os tupiniquins, os guaianases e os carijós como gente mansa, simples, confiável e generosa. Mas, como bem afirmou Rouanet (1999, p. 433), essas características positivas vinculadas ao bom selvagem eram elevadas ao nível do “alegórico”, pois, na realidade, queriam “dizer uma coisa, para designar outra”. Portanto, no relato de Gabriel, enquanto um dos colonos do Novo Mundo, bons selvagens eram aquelas etnias que não representavam empecilhos para a conquista e a colonização promovidas pelos portugueses, que não eram ameaças a ele e aos outros moradores da colônia, nem às suas propriedades, lavouras e escravos. Para Sousa, bons selvagens também eram os nativos aliados dos portugueses na guerra contra os corsários franceses ou na guerra justa contra aqueles grupos indígenas considerados maus selvagens. Eram aqueles que não matavam e nem comiam os portugueses, mas que, pelo contrário, eram seus fiéis auxiliares no processo de consolidação do Estado do Brasil, seja como seus escravos, aliados ou colaboradores.

Os tapuias que podiam ser encontrados perto do Rio das Amazonas, por exemplo, de acordo com Sousa (2013 [1587], p. 14), eram “gente branda e mais tratável e doméstica que o mais gentio que há na costa”. Em outro trecho, se referiu aos tapuias que viviam entre o Rio dos Patos e o Rio da Prata como “gente [...] bem acondicionada, que não come carne humana nem faz mal à gente

branca” (p. 108). Gabriel também contou que esses nativos tinham o costume de ajudar os portugueses, viajando com eles em caravelões para buscar, junto à região costeira, escravos, porcos e galinhas, sem nunca terem tido desavenças com os lusitanos. Os maracás, que segundo Soares de Sousa consistiam em uma divisão dos tapuias, eram “mais chegados [...] aos povoadores da Bahia” e, além de não comerem carne humana, tinham o costume de vender seus escravos indígenas de guerra para os portugueses, o que para o colono Gabriel era um ponto bastante positivo (p. 359). Os tupiniquins são os mais elogiados por Soares de Sousa pois, apesar de terem causado muitos danos aos primeiros povoadores, “vieram a fazer pazes”, se tornando “muito fiéis e verdadeiros aos portugueses” (p. 67). “Nas coisas de guerra são mui industriosos” e sempre estiveram do lado dos colonos nos conflitos contra os aimorés, tamoios e outros nativos hostis, se mostrando “valentes homens” (p. 68). Além disso, “é gente de grande trabalho e serviço”, “mais doméstico e verdadeiro que todo o outro da costa”, “grandes pescadores de linha, caçadores e marinheiros” (p. 67-68). Os guaianases, por sua vez, “não são [...] maliciosos, nem refalsados, antes simples e bem acondicionados, e facilimos de crer em qualquer coisa” (p. 100). Soma-se a essas características positivas, o fato de serem “grandes flecheiros e inimigos de carne humana” e, “se encontram com gente branca, não fazem nenhum dano” (p. 100). Para Gabriel, os carijós eram um grupo “de paz com os portugueses”, com quem tinham o costume de trocar produtos, “sem entre uns e outros haver desavença alguma” (p. 103). O indígena dessa etnia também era bom flecheiro, “doméstico, pouco belicoso, de boa razão; segundo seu costume, não come carne humana, nem mata homens brancos que com eles vão resgatar” (SOUSA, 2013 [1587], p. 104). Mais uma vez, o colono faz uma referência positiva a essa prática dos nativos de trocar produtos com os portugueses, prática esta conhecida como escambo, em que, muitas vezes, os portugueses também adquiriam os escravos de guerra indígenas de determinadas etnias, para se tornarem escravos nos engenhos de açúcar.

Por outro lado, assim como sinalizamos no primeiro capítulo desta dissertação, os maus selvagens apresentados por Gabriel Soares são os vilões da obra, ou seja, aqueles considerados hostis, que resistiam ou dificultavam o processo de conquista e colonização do Brasil por parte dos heróis colonizadores, atacando e acarretando danos aos engenhos, destruição de lavouras, medo e morte aos colonos, suas famílias e escravos. Outro aspecto muito negativo, para o colono português, era a aliança que algumas etnias fizeram com os inimigos franceses. É interessante notar que, quanto mais má era considerada uma etnia, por conta de sua resistência ou hostilidade aos colonos, mais Gabriel reforçava e ligava a ela características como a guerra intertribal, a poligamia, a luxúria, a nudez e o canibalismo (em nenhum momento do livro, o colono português utilizou o termo “antropofagia”). Conforme observamos no primeiro capítulo através das teorias de Agnolin (2005) e Giucci (1992), resistência e canibalismo eram ideias que estavam sempre associadas nos

relatos de viagens do século XVI. Como bem apontou Giucci (1992, p. 96) “a associação de canibalismo e barbarismo, frequentemente completada pela noção de insubmissão e ferocidade, desempenhará um papel fundamental como mecanismo de legitimação da conquista e exploração do índio americano”.

Entre os maus selvagens de Soares de Sousa estão os potiguares, os caetés, os aimorés, os goitacases, os tamoios, os tupinaés, os amoipiras, os ubirajaras e os tupinambás. O indígena potiguar, além de “amigo dos franceses, a quem faz sempre boa companhia”, é “inimigo dos portugueses” (SOUSA, 2013 [1587], p. 28). Sousa, inclusive, cita que os potiguares, “com o favor dos franceses”, queimaram engenhos e muitas fazendas das capitanias de Itamaracá e Pernambuco, matando ainda muitos homens brancos e escravos (p. 24). De acordo com Gabriel, o indígena potiguar “é muito belicoso, guerreiro e atraído”, fazendo “crudelíssima guerra” contra os caetés, seus contrários: “costumam estes potiguares não perdoarem a nenhum dos contrários que cativam, porque os matam e comem logo” (p. 27-28). Sobre os caetés, Sousa conta que foram os responsáveis por matar e comer o Bispo Sardinha e mais de cem portugueses que seguiam para Lisboa junto com ele, entre nobres, cônegos, mulheres e escravos: “depois que estes caetés roubaram este bispo e toda esta gente de quanto salvaram, os despiram e amarraram a bom recado, e pouco a pouco os foram matando e comendo, sem escapar mais que dois índios da Bahia com um português” (p. 35). Além do mal que faziam aos portugueses, os caetés também capturavam e causavam muitos danos aos tupinambás, tapuias e tupinaés e sempre tinham “guerra cruel” com os potiguares: “se matavam e comiam uns aos outros em vingança de seus ódios” (p. 36). Eram “mui atraídos e sem nenhuma fé nem verdade” (p. 37). Espantado com a suposta crueldade dessa etnia, o cronista narra ainda a história de “uma índia caeté, a qual enfadada de lhe chorar uma criança sua filha a lançou no rio”, no momento em que ambas embarcavam como escravas resgatadas em uma embarcação de Rodrigo Martins (SOUSA, 2013 [1587], p. 38).

No livro, os goitacases foram os causadores de muitos danos às capitanias de Espírito Santo e da Paraíba, ocasionando a destruição de engenhos e fazendas, mortes e despovoamento. Por exemplo, na Paraíba, os goitacases teriam travado, segundo Sousa (2013 [1587], p. 76), cerca de seis anos de guerra contra o colonizador Pedro de Góis, “dos quais se defendeu com muito trabalho e risco de sua pessoa, por lhe armarem cada dia mil traições, fazendo pazes, que lhe logo quebravam, com o que lhe foram matando muita gente, assim nestas traições como em cercos”. Nas palavras de Gabriel, esses indígenas também praticavam “cruel guerra” com outras etnias, como os tupiniquins, e “se matam e comem uns aos outros” (p. 77). Esse grupo, sob o olhar colonial de Soares de Sousa, além de “muito bárbaro”, “não granjeia muita lavoura de mantimentos: plantam somente legumes” (SOUSA, 2013 [1587], p. 77).

Assim como ocorreu na descrição de outras etnias, o indígena tamoio foi apresentado como aliado dos corsários franceses, pois “os favorecia muito”, principalmente no Rio de Janeiro, na fortificação francesa conhecida como França Antártica, localizada na Baía de Guanabara (SOUSA, 2013 [1587], p. 87). Sousa comenta que os tamoios foram “adestrados” pelos franceses, na guerra contra os portugueses (p. 88). Foram considerados “mui belicosos”, sendo “contrários” de todas as demais etnias, com exceção dos tupinambás (p.93). Nessa relação de inimizade com os demais grupos, “se matam e comem uns aos outros” e “sem se perdoarem” (SOUSA, 2013 [1587], p. 94).

Por sua vez, os tupinaés foram apontados como um dos primeiros povoadores da Bahia. Conta Gabriel Soares que esses indígenas expulsaram os tapuias do território baiano, travando com eles “crua guerra com força” (SOUSA, 2013 [1587], p. 313). Segundo Sousa, os tupinaés também são contrários de todas as demais etnias do Brasil, mas principalmente dos tupinambás: “têm-se por tão contrários uns dos outros que se comem aos bocados, e não cansam de se matarem em guerras” (p. 352). Destaca o autor que os tupinaés se mostram mais atraídos que os tupinambás e mais propensos a praticarem o canibalismo, “tanto que se lhes não acha nunca escravo dos contrários que cativam, porque todos matam e comem, sem perdoar a ninguém” (p. 352). Espantado, ao elucidar a suposta maldade desses nativos, o colono cita os casos das mulheres da etnia que, ao engravidarem de seus contrários, matam e comem seus próprios filhos, chamados de cunhambiras. Continuando a comparação entre tupinaés e tupinambás, frisa que “são os tupinaés mais fracos de ânimo que os tupinambás, de menos trabalho, de menos fé e verdade” (p. 352). Além disso, seriam os tupinaés mais suscetíveis de cometerem o pecado nefando, isto é, a sodomia: “os que servem de machos se prezam disso, e o tratam, quando se dizem seus louvores” (SOUSA, 2013 [1587], p. 353).

Assim como os tupinaés, os amoipiras também são tachados por Gabriel como “atraídos e de nenhuma fé, nem verdade” (SOUSA, 2013 [1587], p. 355). O colono também cita que esses nativos não comercializam com os portugueses e que, por isso, ficaram sem ferramentas para tocarem suas roças. Os amoipiras são apresentados como descendentes dos tupinambás e contrários dos tapuias e tupinaés, com quem praticam “grandes assaltos” e “cruel guerra uns aos outros” (p. 354-355). Mas, seus principais inimigos seriam os ubirajaras, com quem possuíam uma relação de vizinhança bastante conflituosa: “têm guerra ordinariamente, e se matam e comem uns aos outros com muita crueldade, sem perdoarem as vidas, quando se cativam” (p. 356). Por sua vez, os ubirajaras também estão na lista dos maus selvagens estabelecida por Soares de Sousa. Nas palavras do autor, trata-se de uma “nação de gente bárbara”, com uma linguagem incompreensível por todas as outras etnias e que nunca tiveram contato com “gente branca” (p. 356). Assim como ocorreu na descrição dos aimorés, Sousa bestializa os homens e mulheres da etnia, se referindo a eles como “machos” e “fêmeas”, e dá destaque aos embates que esses nativos tinham com os amoipiras:

“cativam-se, matam-se e comem-se uns aos outros, sem nenhuma piedade” (SOUSA, 2013 [1587], p. 356).

Sobre os aimorés, as críticas negativas de Sousa foram bem intensas. Segundo o colono, tais indígenas teriam sido os responsáveis pelo despovoamento das ilhas de Tinharé e Boipeba, acarretando a destruição de fazendas e a morte de muitos escravos. “Esta praga dos aimorés”, nas palavras do próprio Gabriel, foi responsabilizada pelo impedimento da expansão dos engenhos de açúcar entre os rios de Taipé e São Jorge (SOUSA, 2013 [1587], p. 54). Os aimorés “alarves” também foram acusados de espalharem o medo e a morte entre os moradores dos poucos engenhos que sobraram nas capitânicas de Ilhéus e Porto Seguro, acarretando um pedido de socorro por parte de Soares de Sousa ao rei espanhol:

A capitania de Porto Seguro e a dos Ilhéus estão destruídas e quase despovoadas com o temor destes bárbaros, cujos engenhos não lavram açúcar por lhe terem morto todos os escravos e gente deles, e a das mais fazendas, e os que escaparam das suas mãos lhes tomaram tamanho medo, que em se dizendo aimorés despejam as fazendas, e cada um trabalha por se pôr em salvo, o que também fazem os homens brancos, dos quais têm morto estes alarves de vinte e cinco anos a esta parte, que esta praga persegue estas duas capitânicas, mais de trezentos homens portugueses e de três mil escravos. [...] e se se não busca algum remédio para destruírem estes alarves, eles destruirão as fazendas da Bahia (SOUSA, 2013 [1587], p. 56).

Para descrever os aimorés, que de acordo com o autor descendem dos tapuias, Sousa utiliza expressões como “brutos”, “selvagens”, “mais que bárbaros”, “inimigos de todo o gênero humano”, além dos termos “machos” e “fêmeas” para designar os homens e as mulheres da etnia, citando que, assim como os animais, “todos andam tosquiados” (SOUSA, 2013 [1587], p. 56-58). “Comem estes selvagens carne humana por mantimento”, salientou o colono português (p. 58). Gabriel afirmou que os aimorés “não costumam [...] fazer roças, nem plantar alguns mantimentos” e que viviam de “saltar” as demais etnias, não guerreando com nenhuma delas “de rosto a rosto; toda a sua briga é traiçoadada” por meio de “ciladas detrás das árvores”: ficam escondidos “até que passem os que seguem e dão-lhes nas costas” (SOUSA, 2013 [1587], p. 57-58).

Juntamente com os aimorés, os tupinambás também estão entre os mais criticados por Sousa. Muito provavelmente por conta da proximidade que o colono teve com a etnia ao dividir com ela o território baiano, Gabriel foi bem detalhista ao descrever, em 30 capítulos exclusivos, todos os supostos costumes e características desses nativos. Como mostramos no segundo capítulo da dissertação, Schwartz (1985) afirma que, mesmo com a proibição da escravidão indígena em 1570, os aimorés não foram resguardados por conta dos grandes danos que causavam aos portugueses e, quanto aos tupinambás, a acusação de “canibais” continuou sendo um motivo justo

para capturá-los e escravizá-los. E foi justamente o canibalismo a característica mais enfatizada por Soares de Sousa ao se referir aos tupinambás. Em sua obra, o colono explica, com muita riqueza de elementos, como esses nativos capturavam e engordavam seus contrários de guerra, como os agradavam por meio da oferta das mais belas indígenas, para os servirem sexualmente, e como eram as cerimônias para matarem e comerem esses cativos. No item a seguir sobre os olhares do viajante, abordaremos, de maneira mais completa, a antropofagia tupinambá descrita por Sousa. Para o momento, basta frisar que, entre as características negativas direcionadas pelo colono a esses indígenas, estão: “inimigos tão cruéis” (SOUSA, 2013 [1587], p. 51); por serem “demasiadamente luxuriosos” (p. 313), alguns praticavam a poligamia, o incesto e a sodomia; não tinham fé, lei ou rei e “nenhum conhecimento da verdade” (p. 315); “bizarros” (p. 321) por conta de suas “bestialidades mui estranhas” (p. 321), como o comportamento de furarem os lábios e inserirem neles pedras redondas, como o costume de riscarem o corpo a cada vez que matavam e comiam um contrário e como o hábito de produzirem colares com os dentes dos inimigos mortos; “muito belicosos” (p. 337); “bárbaros tão carnicieiros” (p. 339); “tão desamoráveis” (p. 349). Gabriel também salientou o comércio que os tupinambás mantiveram com os franceses anos antes do povoamento da Bahia e a guerra que esses indígenas possuíam com seus contrários, como os potiguares, tupiniquins, caetés, tapuias, tupinaés e, até mesmo, outros tupinambás, já que dividiam-se em grupos (ou “bandos”, assim como nomeou Sousa), por conta de diferenças entre si. De acordo com o colono, essas guerras intertribais eram cruéis, movidas por ódio, vingança e cheias de ciladas: “havia grande mortandade de parte a parte, e se comiam, e faziam escravos uns aos outros” (p. 314). Os tupinambás também foram apresentados como os causadores de danos e mortes aos primeiros povoadores da Bahia de Todos os Santos, queimando engenhos de açúcar, destruindo roças e fazendas e matando muitos portugueses. Conforme Sousa, esses inimigos eram “tão cruéis, que ainda não acabavam de matar um homem, quando o espedaçavam e o comiam” (SOUSA, 2013 [1587], p. 51). Para o colono português, os tupinambás foram os responsáveis ainda por trair e matar Francisco Pereira Coutinho, o primeiro donatário da capitania baiana, e por gerar obstáculos à exploração de esmeraldas e safiras pela região do Rio Doce por parte de Antônio Dias Adorno.

No *Tratado*, é possível perceber como que, por um lado, os maus selvagens foram utilizados por Gabriel para pedir ao rei Filipe II mais investimentos em segurança e fortificações para determinadas regiões da colônia e, por outro, para mostrar quais etnias necessitavam da intervenção dos portugueses, ou mesmo do rei, decretando guerra justa contra esses povos “bárbaros”. A guerra justa contra os maus selvagens é defendida por Soares de Sousa, como no momento em que elogia a gestão do governador Duarte da Costa, que promoveu uma “crua guerra” e castigo com armas contra o nativo “que em seu tempo se alevantou, e cometeu grandes insultos” sobre Salvador e seus

moradores (SOUSA, 2013 [1587], p. 118). Ou no momento em que vangloria as proezas do governador Mem de Sá, que “destruiu e desbaratou o gentio que vivia de redor da Bahia, a quem queimou e assolou mais de trinta aldeias, e os que escaparam de mortos ou cativos, fugiram para o sertão e se afastaram do mar mais de quarenta léguas” (p.119). Ou ainda ao contar como Pedro de Campos Tourinho, donatário da capitania de Porto Seguro, só veio a ter paz com os tupiniquins depois de alguns anos de uma intensa e sangrenta guerra contra eles. Sobre esse exemplo especificamente, o colono fez questão de reforçar como a guerra contra os tupiniquins foi interessante para os povoadores da capitania, pois, após os embates, “ficou o gentio quieto, e daí por diante ajudou aos moradores fazer suas roças e fazendas” (p. 63). Portanto, ao engrandecer essas atitudes dos heróis governadores e colonizadores contra os maus indígenas, Gabriel deixa claros seu posicionamento favorável à guerra justa e seu conselho ao rei Filipe II para que adote as mesmas medidas. Além disso, ao sublinhar como negativas as características como a falta de fé, a guerra intertribal, a poligamia e a antropofagia, Soares de Sousa quis também denunciar a barbárie em que, segundo ele, viviam esses povos e elevar esses indígenas ao posto de servos naturais, muito próximos da condição de animais irracionais, incapazes de distinguirem o bem do mal, da maneira preconizada por Aristóteles e Santo Agostinho, conforme as explicações de Fujimoto (2016) e Hansen (1998) mostradas no primeiro capítulo desta dissertação. Como escravos naturais, a esses indígenas hostis caberia, portanto, o destino de servirem a um senhor, para pagarem seus pecados e salvarem suas almas do inferno.

É importante observar que, mesmo sendo caracterizados positivamente, os bons selvagens mencionados por Gabriel não deixam também de apresentar algumas características negativas, como, em alguns casos, o fato de não serem bons lavradores, andarem nus, não terem religião, ou se matarem uns aos outros nas guerras intertribais. A título de exemplo, podemos citar os guaianases que, mesmo não praticando nenhum dano aos portugueses, tinham constante guerra com os tamoios e os carijós, matando-se uns aos outros de maneira cruel. Segundo Soares de Sousa (2013 [1587], p. 100), além da guerra intertribal, outro problema associado ao indígena guaianás é o fato de não ser muito adepto ao trabalho, nem à manutenção de lavouras: “[...] quem acerta de ter um escravo guaianás não espera dele nenhum serviço, porque é gente folgazã de natureza e não sabe trabalhar” (p. 100). Outra etnia que também é criticada por Sousa, por sua não disposição ao trabalho, corresponde aos maracás, uma subdivisão dos tapuias: “são estes tapuias muito folgazões, e não trabalham nas roças, como os tupinambás, nem plantam mandioca, nem comem senão legumes” (p. 359). Os tapuias também são criticados por andarem nus e por praticarem a guerra entre seus diferentes grupos: “[...] são contrários uns dos outros; entre os quais há grandes discórdias, por onde se fazem guerra muitas vezes e se matam sem nenhuma piedade” (SOUSA, 2013 [1587], p.

362). Ao refletirmos sobre essas críticas negativas lançadas aos bons selvagens, podemos inferir que, além de informar quais etnias eram contrárias umas das outras, Gabriel muito provavelmente quis mostrar ao monarca da União Ibérica as possíveis desvantagens da utilização desses nativos como mão de obra escrava nos engenhos, lavouras e fazendas portuguesas. Tais críticas podem ter sido realizadas ainda para justificar a necessidade da presença e domínio lusos entre as etnias e seus territórios, no sentido de tutelarem o aprimoramento moral delas.

Outro ponto que chama a atenção é que tanto sobre os bons quanto sobre os maus selvagens, Gabriel também fez questão de salientar e elogiar algumas habilidades, mencionando se eram fortes e saudáveis, bons pescadores, caçadores, corredores ou flecheiros, se eram bons músicos e dançarinos e, principalmente, se eram bons no trabalho com as lavouras ou com a criação de animais. Entre os maus selvagens com algumas características positivas, podemos apontar os potiguares que “são grandes lavradores dos seus mantimentos, de que estão sempre mui providos, e são caçadores bons e tais flecheiros que não erram flechada que atirem. São grandes pescadores de linha, assim no mar como nos rios de água doce” (SOUSA, 2013 [1587], p. 28). Os caetés são “grandes músicos e amigos de bailar, são grandes pescadores de linha e nadadores” (p. 37). Por sua vez, os aimorés são “de maiores corpos e mais robustos e forçosos; [...] pelejam com arcos e flechas muito grandes, e são tamanhos flecheiros, que não erram nunca tiro; são mui ligeiros à maravilha e grandes corredores” (p. 57). Os goitacases também são descritos como grandes flecheiros. Já sobre os tamoios, assim como sobre os aimorés, Soares de Sousa valoriza algumas características físicas: “este gentio é de grande corpo e muito robusto, são valentes homens e mui belicosos” (p. 93). Foram retratados ainda como grandes flecheiros, caçadores, mergulhadores, pescadores e grandes músicos e bailadores: “são grandes compositores de cantigas de improviso” (p. 94). Os tupinaés também são “músicos de natureza, e grandes cantores de chacotas” (p. 352-353). Os amoipiras, por serem também muito habilidosos com as flechas, conseguem capturar muitos peixes e outras caças. Os ubirajaras, além de bons caçadores, desempenham a peleja “mais notável do mundo”, pois, conforme explica Gabriel, “a fazem com uns paus tostados muito agudos, [...] com os quais atiram a seus contrários como com punhais; e são tão certos com eles que não erram tiro” (p. 357). Por fim, os tupinambás receberam elogios por suas características físicas saudáveis e por sua disposição ao trabalho: “bem feitos e bem dispostos, muito alegres do rosto, [...] todos têm bons dentes, alvos, miúdos, sem lhes nunca apodrecerem; têm as pernas bem feitas, [...] são homens de grandes forças e de muito trabalho” (p. 313). Sousa relata também que esses nativos “são homens enxutos, mui ligeiros para saltar e trepar, grandes corredores e extremados marinheiros”, além de bons aprendizes dos portugueses no tocante a trabalhos manuais, tais como os de carpintaria e os labores no engenho de açúcar (p. 329). Mas, segundo Gabriel, os tupinambás

não são bons com “coisa de conta, nem de sentido, porque são para isso muito bárbaros” (p. 329). Sobre as mulheres da etnia, Sousa comentou que são ótimas aprendizes de cozinha e de costura para as mulheres portuguesas, todavia são muito tendenciosas a se deitarem com os homens brancos:

Também as moças deste gentio, que se criam e doutrinam com as mulheres portuguesas, tomam muito bem o cozer e lavar, e fazem todas as obras de agulha que lhes ensinam, para o que têm muita habilidade, e para fazerem coisas doces, e fazem-se extremadas cozinheiras; mas são muito namoradas e amigas de terem amores com os homens brancos (SOUSA, 2013 [1587], p. 329).

Os tupinambás foram caracterizados ainda como grandes nadadores, pescadores, flecheiros, caçadores, lavradores e grandes conhecedores do lugar onde vivem. Muito provavelmente, todas essas observações do colono dono de escravos sobre os maus selvagens brasileiros podem ter relação com a necessidade que ele viu de informar o rei Filipe II sobre as características físicas e comportamentais desses inimigos da colonização ibérica, ou ainda para mostrar ao rei as possíveis vantagens da guerra justa contra eles, que poderia resultar no emprego ou comercialização forçada de tais etnias para servirem de mão de obra nos engenhos ou na proteção das propriedades, cidades ou mesmo em possíveis alianças em caso de guerras contra outros maus indígenas ou contra corsários europeus. A ideia de Sousa sobre a aliança com os nativos na guerra, para a defesa do território, se fez muito nítida quando ele escreveu sobre os chamados “índios de peleja”. Podemos citar o trecho da obra em que ele ressalta o aldeamento jesuítico de nativos forros tupinambás erguido na fazenda de Garcia D’Ávila, em Tatuapara, de onde o rei poderia contar com 300 “homens de peleja” (p. 47). Ou quando afirmou que, entre a costa de Tatuapara e o Rio de Joanne, os padres da Companhia de Jesus possuíam outras duas aldeias de indígenas forros tupinambás e de outras etnias, das quais poderiam sair, no mínimo, outros 700 “homens de peleja” (SOUSA, 2013 [1587], p. 48).

4.2 Os olhares do viajante

Nesta dissertação, defendemos que, além de colono, Gabriel Soares de Sousa também foi um viajante cronista, que escreveu sobre o Brasil, suas riquezas e suas gentes. Sousa também foi um viajante, pois nasceu em Portugal, cruzou o Atlântico e veio para o Brasil. E, mesmo depois de ter passado mais de 15 anos morando na colônia, viajou novamente para a Europa, permanecendo por lá entre os anos de 1584 e 1587, indo, por fim, até Madri entregar seus escritos à corte do rei Filipe

II. Dessa forma, mostraremos a seguir que os olhares de Gabriel presentes em seu texto refletem não apenas os seus anseios e realidades enquanto um dos colonos do Novo Mundo, mas também revelam a mentalidade e as convicções culturais do autor, que formam seu imaginário de europeu viajante e cronista do século XVI. Até o final do capítulo, veremos que, na realidade, os olhares do colono e do viajante sobre o *Outro* indígena se entrecruzam e se misturam, gerando reflexos do que, podemos chamar de características identitárias do autor, ou seja, características sobre quem, de fato, ele era, e sobre quais eram seus valores, interesses, receios e desafios. Sendo assim, desde já, adiantamos que concluímos que, em toda a obra, fica difícil separar o que seriam especificamente, por um lado, nuances dos olhares do colono e, por outro, projeções dos olhares do viajante Gabriel Soares. Verificamos que o mais correto e coerente é dizer que o livro possui, de uma maneira geral, características desses dois tipos de olhares.

Conforme mostramos no segundo capítulo, a pesquisadora Gabriela Soares de Azevedo (2015, p. 30), que dedicou seu mestrado e doutorado a investigar a vida e a obra de Gabriel Soares, afirma que “boa parte do que Soares de Sousa escreveu deve ter sido compilado de informações encontradas na própria península durante o longo período em que lá esteve”. Portanto, o viajante Gabriel carregava consigo, como parte de sua bagagem, todo o imaginário do homem europeu quinhentista, imaginário que repercutiu na maneira como Sousa olhou para a fauna, a flora e as etnias indígenas brasileiras. Sendo assim, para sabermos que olhares foram esses lançados pelo viajante Gabriel sobre os povos indígenas do Brasil, neste item, além das ideias dos autores já acionados nos capítulos anteriores e de outros ainda por vir, utilizaremos eminentemente o conceito de olhar de João David Pinto Correia (2003) e as concepções de Tzvetan Todorov (1983, 2006) sobre os encontros entre europeus e ameríndios.

Muitos foram os viajantes europeus do Renascimento e da Idade Moderna. Entre os perfis mais recorrentes, estavam missionários, aventureiros, mercadores, emissários, marinheiros, peregrinos, exploradores científicos e eruditos. Cristóvão (2003, p. 07) explica que diversos também foram os olhares desses viajantes ao explicarem o que viam: “com ingenuidade, carregado de cálculo mercantil ou da vontade de poder conquistador, tanto do império como da fé; com frias observações da ciência pura ou desinteressada, na investigação de novos mercados”. Mas, antes de compreendermos quais foram os olhares do viajante Gabriel Soares sobre os indígenas brasileiros, é necessário definirmos o conceito de olhar. João David Pinto Correia (2003, p. 13) menciona que olhar é diferente de ver, pois o olhar cria, acomoda e direciona o ver: “não é possível ver senão através do olhar (físico, corpóreo, é óbvio), mas também através de um olhar (com ausência de intenção, ou, então, com assumida intencionalidade, por exemplo crítica, irônica, satírica, moralista)”. Segundo o autor:

Em primeiro lugar, olhar, como substantivo, corresponde em português ao aproveitamento nominal da forma verbal, que, sendo mais dinâmica, confere à primeira muito da sua força semântica. O olhar pode, num primeiro plano, concentrar a intensidade poética do motivo – fundamental na literatura – dos “olhos”, como, por um lado, a apresentação, a exposição e a entrada de um mundo pessoal e subjectivo, e, por isso mesmo, meio da cumplicidade, do entendimento ou da repugância de dois sujeitos (recorde-se a sua importância em composições como as da poesia lírica, desde a medieval aos nossos dias), mas, por outro lado, a saída de si próprio, a indagação e a procura do outro, do objectivo, do diferente. Num segundo plano, e no seguimento do que acabamos de dizer, o olhar pode igualmente significar uma das possibilidades da gama imensa de se interessar ou não pelos outros e pelo exterior, não só o modo como é exercida a capacidade, como sobretudo o seu resultado: “olhar desinteressadamente”, “olhar por olhar”, “olhar fixamente”, até ao “olhar mágico”, que influenciará a pessoa e a vida dos outros, paralisando-a (a hipnose) ou modificando-a para bem ou para mal (CORREIA, 2003, p. 12).

Na literatura de viagens de expansão, os olhares dos viajantes encontravam-se eminentemente implícitos e se manifestavam sob diversas formas. Conforme Correia (2003, p. 11), a primeira dessas formas foi a ingênua, seguida de outras com mais curiosidade ou interesse, como “o olhar do poder, o olhar da desilusão e as utopias e o olhar da má-fé”. Por meio da análise do *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* ao longo deste capítulo, perceberemos os diversos olhares de Gabriel Soares de Sousa sobre os indígenas brasileiros do século XVI e a forma como esses olhares do colono português sobre o *Outro* revelam traços de sua própria identidade.

Se realizarmos um estudo superficial da obra de Sousa, podemos tender a afirmar que os olhares que ele teve sobre o Brasil apresentam características de um olhar ingênuo, da maneira conceituada por João David Pinto Correia (2003, p. 13-14): “esse foi com certeza o ‘olhar’ real de muitos dos participantes das primeiras viagens, que, sabendo ao que iam, não deixaram de ser ‘apanhados’ pela novidade e pela diferença”. Correia frisa que são variantes do olhar ingênuo “o deslumbramento, o horror e ainda a projeção da fantasia”, esclarecendo que os narradores transparecem sua ingenuidade principalmente por meio do deslumbramento (p. 16). O autor salienta que o olhar da fantasia se dá através de uma projeção de “fragmentos retidos de leituras ou derivas imaginárias sobre o efetivamente visto” (p. 32). Conforme mostramos no primeiro capítulo desta dissertação, o possível olhar de deslumbramento de Gabriel Soares parece ser lançado principalmente sobre a diversidade de plantas e animais, a quantidade de alimentos e os infindáveis recursos naturais do Brasil. Por sua vez, o suposto olhar fantasioso de Sousa pareceu revelar-se principalmente nos momentos em que ele descreveu aspectos maravilhosos da colônia, como a existência de homens marinhos, mulheres amazonas e cobras gigantes engolidoras de homens. Por conta da linguagem muito descritiva presente na obra, em um primeiro momento, somos levados a pensar que o relato de Gabriel sobre os animais, a vegetação e os recursos naturais do Brasil seja

impressionista. De acordo com Todorov (2006, p. 239), neste tipo de relato, “o viajante se contenta em nos comunicar suas impressões, sem procurar nos ensinar ‘outra coisa’”. Para Todorov, “outra coisa”, nesse caso, seriam os juízos de valores.

No entanto, através de uma análise mais profunda do *Tratado Descritivo*, levando em consideração os aspectos históricos vivenciados por Soares de Sousa na Bahia quinhentista e todo o imaginário europeu carregado por ele (conforme mostramos nos primeiros capítulos desta dissertação), podemos inferir que seria uma ingenuidade afirmar que foi ingênuo o olhar de Gabriel sobre o Brasil e os povos indígenas, bem como dizer que seu relato foi apenas impressionista. Assim como constata Correia (2003, p. 14), “talvez alguns registros que nos parecem provir do ‘olhar ingênuo’ não sejam mais do que fingimentos literários (ou, melhor, pura ficcionalidade) para composição mais acertada e conveniente da escrita”. Em vez de ingenuidade, o colono deixa evidente em seu relato a intenção de seu olhar católico, a serviço das coroas espanhola e portuguesa e impregnado de ambições pessoais. Sendo assim, é possível afirmar que o olhar de Sousa sobre o Brasil e seus indígenas foi, na verdade, o oposto do olhar ingênuo, sendo portanto o “olhar cobiçoso”, “ambicioso”, “interessado” ou “interesseiro”, nas palavras de Correia (2003, p. 15). Consequentemente, o correto é dizer que, em vez de impressionista, o relato do colono português sobre os nativos do Brasil foi alegórico, ou seja, “submete as observações do viajante a um desenho preconcebido que elas estão destinadas a ilustrar”, assim como conceitua Todorov (2006, p. 239). Nesse tipo de relato, a viagem é só um subterfúgio para o autor expressar suas opiniões.

4.2.1 *Animais, bárbaros e selvagens*

Assim como conceituou Correia (2003, p. 12), o olhar pode significar “a saída de si próprio, a indagação e a procura do outro, do objetivo, do diferente”. Gabriel Soares procurou lançar seus olhares sobre o Outro, os indígenas brasileiros. Descreveu as etnias da Bahia e de toda a costa brasileira, sua religião e seus costumes, com destaque para os tupinambás. Contudo, tais informações devem ser utilizadas com cuidado, por conta dos exageros e equívocos que possuem. Sabe-se que Gabriel teve como intuito reunir e levar até o rei Filipe II informações sobre a colônia e suas possibilidades econômicas, o que de fato ficou perceptível em seus olhares ambiciosos de colono e desbravador. Outro aspecto sobressalente em seu relato é o sentimento de superioridade do europeu para com os povos do Novo Mundo. Conforme as proposições de Todorov (2006), essa projeção da superioridade europeia era comum nos relatos de viagens:

Para assegurar a tensão necessária ao relato de viagem, é preciso a posição específica do colonizador: curioso com o Outro e seguro de sua própria superioridade. (...) Ai está o que poderia explicar a reputação de que ainda hoje gozam os relatos de viagem de outrora. Da primeira à última linha, esses textos exalam o sentimento de nossa superioridade (TODOROV, 2006, p. 242).

Na obra, em muitos casos, mas principalmente no tocante aos nativos considerados maus selvagens, Soares de Sousa não reconhece que indígenas e portugueses pertencem à mesma espécie humana, inferiorizando e bestializando os povos originários do Brasil, se referindo a eles como “machos” e “fêmeas”, “bandos”, entre outras caracterizações animais. Por exemplo, ao descrever os homens tupinambás, o colono português disse que eles não são “ciosos” (SOUSA, 2013 [1587], p. 323) e, ao mencionar as mulheres tupinambás e suas gestações, Sousa utilizou os termos “emprenhar” e “parir” (p. 342), muito comumente atribuídos aos animais. Para uma melhor compreensão dos olhares de Gabriel sobre os nativos brasileiros, também condiz o que Todorov (1983) nos traz a respeito do encontro entre o *Eu* e o *Outro*. Todorov explana que este *Outro* pode ser tanto um grupo social dentro de uma sociedade ou uma outra sociedade. Quando se trata de uma outra sociedade, esta pode ser “próxima ou longínqua: seres que em tudo se aproximam de nós, no plano cultural, moral e histórico ou desconhecidos, estrangeiros cuja língua e costumes não compreendo, tão estrangeiros que chego a hesitar em reconhecer que pertencemos a uma mesma espécie” (TODOROV, 1983, p. 03-04).

Conforme mostramos no primeiro capítulo por meio das teorias de Fujimoto (2016), é provável que essa animalização ou bestialização sobre os nativos esteja relacionada às ideias circulantes na Europa do século XVI de que os povos ameríndios poderiam ser considerados servos naturais, por conta de suas supostas características próximas aos animais, tais como a crueldade, a poligamia e o canibalismo. Inspirados por Aristóteles, Santo Agostinho e Ptolomeu de Lucca, os apoiadores dos interesses imperialistas europeus acreditavam que, por conta desses costumes bárbaros e selvagens, os povos ameríndios comprovavam sua incapacidade de diferenciar o bem do mal. Portanto, seria justo que perdessem suas liberdades e seus territórios para os seus senhores europeus, que se enxergavam como responsáveis pela instalação da lei e da razão no Novo Mundo (FUJIMOTO, 2016). Como podemos inferir, era justamente esse o pensamento do senhor de engenho, Gabriel Soares, ávido por mais mão de obra escrava para a lida com a cana-de-açúcar e para a exploração de riquezas minerais pelos sertões baianos. Sendo assim, para reforçar suas convicções de que os maus indígenas do Brasil eram inferiores e animais, Gabriel utilizou termos como “selvagens” e “bárbaros” para designá-los. Como pudemos perceber através do item sobre os olhares do colono, os aimorés, por exemplo, são descritos como “tão selvagens” e “mais

que bárbaros” (SOUSA, 2013 [1587], p. 57) e os tupinambás como “bárbaros tão carneiros” (p. 339).

4.2.2 *Nudez e sexualidade: poligamia, incesto e sodomia*

A nudez indígena é descrita por Gabriel como um símbolo de inferioridade, associado a características como a bestialidade e a falta de civilidade, da maneira como explicou Ziebell (2002), autora utilizada no primeiro capítulo. Como bem enfatizou a pesquisadora, “para um europeu quinhentista, a nudez representa a quebra de um código de comportamento social”, já que as roupas neste período tinham o objetivo de refletir a classe e a posição social das pessoas (ZIEBELL, 2002, p. 55-56).

Ao falar sobre as mulheres indígenas nuas, Soares de Sousa destaca que, quando estão menstruadas, são seguidas por bandos de mosquitos “nhitinga”: “estes mosquitos seguem sempre em bandos as índias, que andam nuas, mormente quando andam sujas do seu costume” (SOUSA, 2013 [1587], p. 247). Os mancebos tupinambás, por sua vez, além de “depenarem os cabelos de todo o corpo”, “cobrem os membros genitais com alguma coisa por galanteria, e não pelo cobrir” (p. 319). No caso tupinambá, segundo o colono, a nudez também é geradora de doenças: “destes índios andarem sempre nus, e das fregueirices que fazem dormindo no chão, são muitas vezes doentes de corrimentos, a que eles chamam caruaras, de que lhes doem as juntas” (p. 335-336). A respeito das mulheres tapuias, os órgãos genitais delas são descritos como “vergonhas”: “as fêmeas andam tosquizadas e trazem tingidas de redor de si umas franjas de fio de algodão que têm os cadilhos tão compridos que bastam para lhes cobrirem suas vergonhas” (SOUSA, 2013 [1587], p. 361).

Assim como a nudez, a sexualidade indígena foi capturada pelos olhares pudicos e moralizantes do católico viajante português. Principalmente sobre as etnias encaixadas na categoria “maus selvagens”, Gabriel faz referência a costumes vistos por ele como insultuosos e desprezíveis, tais como a luxúria, a poligamia, o incesto e a sodomia. Sobre esses aspectos, os tupinambás são os mais criticados, caracterizados por Soares de Sousa (2013 [1587], p. 322) como “tão luxuriosos que não há pecado de luxúria que não cometam”. O colono dedica um capítulo de sua obra só para abordar a luxúria dessa etnia, comentando que os indígenas principais praticavam a poligamia e que, quanto mais mulheres eles tinham, mais estimados e honrados eles eram. Segundo Gabriel, os homens tupinambás seriam adeptos de práticas incestuosas, mantendo relações sexuais com irmãs,

tias e filhas. Sousa também fica espantado com a precocidade desses indígenas e com o apetite sexual das mulheres mais velhas, que iniciavam os mancebos nas práticas sexuais: “as velhas, já desestimadas dos que são homens, granjeiam estes meninos, fazendo-lhes mimos e regalos, e ensinam-lhes a fazer o que eles não sabem, e não os deixam de dia, nem de noite” (SOUSA, 2013 [1587], p. 323).

Gabriel Soares relatou que os tupinambás eram tão luxuriosos que as mulheres indígenas eram “muito namoradas e amigas de terem amores com os homens brancos” (SOUSA, 2013 [1587], p. 329) e que os homens da etnia costumavam utilizar o pelo de um animal peçonhento para inchar os seus órgãos sexuais:

[...] são tão amigos da carne que se não contentam, para seguirem seus apetites, com o membro genital como a natureza formou; mas há muitos que lhe costumam pôr o pelo de um bicho tão peçonhento, que lho faz logo inchar, com o que têm grandes dores, mais de seis meses, que se lhe vão gastando espaço de tempo; com o que se lhes faz o seu cano tão disforme de grosso, que os não podem as mulheres esperar (SOUSA, 2013 [1587], p. 323).

Sousa (2013 [1587], p. 323) também não deixa de escrever que os tupinambás eram bestiais sodomitas, “muito afeiçoados ao pecado nefando”, segundo as próprias expressões do colono. O senhor de engenho português afirma que a sodomia era um sinal de valentia entre os indígenas e que havia um local público para a prática: “o que se serve de macho, se tem por valente, e contam esta bestialidade por proeza; e nas suas aldeias pelo sertão há alguns que têm tenda pública a quantos os querem como mulheres públicas” (p. 323). De acordo com Sousa, em comparação com os tupinambás, o grupo que mais praticava a sodomia era composto pelos tupinaés, que também conferiam um sentido positivo à prática: “os que se servem de machos se prezam disso, e o tratam, quando se dizem seus louvores” (SOUSA, 2013 [1587], p. 353).

4.2.3 O olhar sobre os canibais e as guerras intertribais

Conforme mencionamos, é um equívoco afirmar que o olhar de Soares de Sousa sobre os indígenas brasileiros tenha sido ingênuo. Contudo, o horror, que é uma das variantes do olhar ingênuo, não deixa de estar presente no relato do viajante português sobre a antropofagia tupi. O olhar de horror do cronista sobre os indígenas antropófagos mostra a completa estupefação dele diante de tal costume de algumas etnias da colônia. Segundo Correia (2003, p. 25), o espanto pode

sobredeterminar o olhar ingênuo, “ingênuo porque, ao que tudo indica, não preparado para tamanhas surpresas”. De acordo com o autor,

[...] o medo e o horror provocados pelas catástrofes, pelas tempestades, pelas guerras, pelas várias formas de violência paralisam o olhar do viajante, que retoma a sua ingenuidade de espectador que tudo tem de aceitar, que nada pode fazer para alterar o sentido dos acontecimentos, e ao qual, se se propôs a transmissão por escrito, resta tudo registrar quer ao vivo na ocasião ou muito próximo da ocorrência, quer posteriormente no calmo exercício da reconstituição do vivido por si mesmo ou do relatado por outrem (CORREIA, 2003, p. 26).

Assim como a maioria dos europeus quinhentistas, Gabriel ficou horrorizado com o que ele chamou de canibalismo. Em nenhum momento, ele utiliza o termo antropofagia, negando o caráter ritualístico das cerimônias e associando requintes de crueldade, vingança e desumanidade às mesmas. Da mesma forma que as outras características vistas como negativas, já citadas nos itens anteriores, o canibalismo é atribuído por Gabriel, principalmente, aos maus selvagens. Ao retratar essas etnias tachadas por ele como hostis, o autor, para fazer alusão à prática da antropofagia, utilizou a expressão “se matam e se comem uns aos outros” (SOUSA, 2013 [1587], p. 77, 94, 356). Contudo, tendo em vista os exemplos mostrados no item sobre os olhares do colono, podemos dizer que há níveis de canibalismo entre as etnias, dependendo do quão más elas eram. Os aimorés, na posição de serem os mais criticados por Sousa, “comem estes selvagens carne humana por mantimento” (p. 58). Por sua vez, os goitacases “nem são muito amigos de comer carne humana” (SOUSA, 2013 [1587], p. 77).

Mesmo paralisado pelo horror que sentiu diante do canibalismo, Gabriel não deixou de narrar a forma como os tupinambás engordavam, matavam e comiam seus prisioneiros. Ficou espantado com a quantidade de riscos nos corpos desses nativos, que representavam o número de inimigos mortos durante o que ele chamou de “festas e matanças” (SOUSA, 2013 [1587], p. 346), regadas a “grandes bebedices” (p. 315). Ficou horrorizado com alguns homens que presenteavam suas mulheres com os órgãos genitais dos vencidos mortos e com as mães tupinambás que comiam os próprios filhos gerados através das relações que mantinham com os cativos inimigos. Sobre a “matança” em si, Gabriel explicou que as cabeças dos inimigos eram quebradas em terreiro e que os corpos eram despedaçados pela aldeia e pelos parentes e amigos que vinham de outras regiões:

Acabado de morrer este preso, o espedaçam logo os velhos da aldeia, e tiram-lhe as tripas e fressura, que, mal lavadas, cozem e assam para comer; e reparte-se a carne por todas as casas da aldeia e pelos hóspedes que vieram de fora para ver estas festas e matanças, a qual carne se coze logo para se comer nos mesmos dias de festas, e outra assam muito afastada do fogo de maneira que fica muito mirrada, a que este gentio chama moquém, a qual se não come por mantimento, senão por vingança; e os homens mancebos e mulheres moças provam-na somente, e os velhos e velhas são os que se

metem nesta carniça muito, e guardam alguma da assada do moquém por relíquias, para com ela de novo tornarem a fazer festas, se se não oferecer tão cedo matarem outro contrário. E os hóspedes que vieram de fora a ver esta festa levam o seu quinhão de carne que lhe deram do morto, assada do moquém para as suas aldeias, onde quando chegam fazem grandesinhos para, com grandes festas, segundo sua gentildade, os beberem sobre esta carne humana que levam, a qual repartem por todos da aldeia, para a provarem, e se alegrarem em vingança de seu contrário que padeceu, como fica dito (SOUSA, 2013 [1587], p. 346).

Da mesma forma que a antropofagia, a guerra intertribal também é apontada por Soares de Sousa como um sinal da inferioridade e bestialidade dos indígenas brasileiros, sendo motivada por ódio e vingança. Conforme explicaram Laura de Mello e Souza (1993) e Eisenberg (2000), cujas ideias utilizamos no primeiro capítulo, as guerras intertribais eram vistas pelos olhos europeus como provas da presença do demônio em terras brasileiras. Dessa forma, aqueles indígenas que se recusassem a abandonar hábitos ruins como esse poderiam ser justamente escravizados pelos colonos sedentos por mão de obra para seus engenhos e lavouras.

Como pudemos observar no item sobre os olhares do colono, Gabriel recorrentemente utilizou o termo “cruel guerra” (SOUSA, 2013 [1587], p. 77, 78, 132, 314, 355) para descrever esses embates entre as etnias, com o objetivo de dizer como os conflitos supostamente eram sangrentos e constantes. Ao falar da guerra intertribal, Sousa mostrou ao rei Filipe II quais etnias eram contrárias, e quais desses confrontos resultavam em nativos escravizados ou mortos pela antropofagia. Sabemos que, consoante às ideias de Maria Hilda Paraíso (2011) no segundo capítulo desta dissertação, os colonizadores portugueses souberam, muitas vezes, aproveitar estrategicamente a rivalidade entre as etnias, para garantirem a defesa ou expansão dos territórios portugueses. Por sua vez, a informação sobre a existência de escravos de guerra era um fato que, na opinião de Gabriel, era importante e merecia ser destacado, pois muitos desses escravos eram resgatados pelos colonos para o trabalho nos engenhos. Sendo assim, fazia sentido Sousa mencionar que “costumam estes potiguares não perdoarem a nenhum dos contrários que cativam, porque os matam e comem logo” (SOUSA, 2013 [1587], p. 27) ou que os tupinaés se mostravam mais propensos a praticarem o canibalismo, “tanto que se lhes não acha nunca escravo dos contrários que cativam, porque todos matam e comem, sem perdoar a ninguém” (p. 352). Também tem lógica o fato de Sousa noticiar ao rei que amoipiras e ubirajaras “têm guerra ordinariamente, e se matam e comem uns aos outros com muita crueldade, sem perdoarem as vidas, quando se cativam” (p. 356) e que os tupinambás e seus contrários “faziam escravos uns aos outros” (p. 314). Da mesma forma, era perfeitamente aceitável o enquadramento dos maracás na categoria de bons selvagens, uma vez que, além de não comerem carne humana, tinham o costume de vender seus escravos indígenas de guerra para os portugueses.

4.2.4 Demonização e o olhar sobre as crenças indígenas

Ao traçar o perfil dos indígenas brasileiros considerados por Sousa como “maus selvagens”, as características anteriormente descritas, como a luxúria e a antropofagia, são somadas pelo viajante português à presença do demônio, eminentemente entre os feiticeiros tupinambás. Conforme mostramos no primeiro capítulo através de Laura de Mello e Souza (1993), houve no Brasil quinhentista um processo de “demonização” dos indígenas. As velhas antropófagas e os pajés, que se mostravam relutantes quanto ao abandono de costumes desagradáveis à fé cristã, tais como a poligamia, a antropofagia ou a adoração de vários deuses, foram encarados, respectivamente, como bruxas e feiticeiros, representantes do demônio em terras brasílicas. A demonização dos indígenas, portanto, foi utilizada para validar o papel cruzadístico português na reconquista do Novo Mundo para a cristandade. Nesse contexto, a guerra contra esses maus selvagens e a sua escravização poderiam ser consideradas justas, configurando para muitos portugueses as únicas maneiras de tutelar a salvação da alma desses nativos.

Em um capítulo específico, o capítulo 161 da segunda parte da obra, Sousa (2013 [1587], p. 330) salienta que alguns pajés feiticeiros, além de se comunicarem com os diabos, utilizam-se de seu reconhecimento entre os demais do grupo para “lhes meterem em cabeça mil mentiras”. Gabriel afirma que os pajés não tinham conhecimento algum e que, para conseguirem seus objetivos, como tomar como mulheres as filhas de companheiros de aldeia, se diziam capazes de “lançar a morte” sobre eles. Nesse mesmo capítulo 161, Soares de Sousa também menciona que o Diabo surge entre os tupinambás para bater neles ou para lhes contar alguma notícia. Também seria o Diabo o responsável por incentivar alguns indígenas a cometerem o suicídio, por meio da ingestão de terra.

Sobre as crenças indígenas, assim como mostramos no item sobre os olhares do colono, a opinião de Soares de Sousa é a de que os indígenas brasileiros não tinham fé alguma, nem leis ou rei. Sobre os tupinambás, ele descreve:

[...] faltam-lhes três letras das do ABC, que são F, L, R grande ou dobrado, coisa muito para se notar; porque, se não têm F, é porque não têm fé em nenhuma coisa que adorem; nem os nascidos entre os cristãos e doutrinados pelos padres da Companhia têm fé em Deus Nosso Senhor, nem têm verdade, nem lealdade a nenhuma pessoa que lhes faça bem. E se não têm L na sua pronúnciação, é porque não têm lei alguma que guardar, nem preceitos para se governarem; e cada um faz lei a seu modo, e ao som da sua vontade. [...] E se não têm esta letra R na sua pronúnciação, é porque não têm rei que os reja, e a quem obedeam, nem obedecem a ninguém, nem ao pai o filho, nem o filho ao pai, e cada um vive ao som da sua vontade (SOUSA, 2013 [1587], p. 315-316).

Além dos tupinambás, outras etnias que também foram retratadas pelo católico cronista português como sem fé alguma são os caetés (“sem nenhuma fé nem verdade”, p. 37), os tupinaés (“de menos fé e verdade” que os tupinambás, p. 352) e os amoipiras (“de nenhuma fé, nem verdade”, p. 355).

4.2.5 O olhar sobre a cultura e a sabedoria indígenas

Mesmo diante do espanto e horror que sentiu diante de determinados costumes indígenas, como a antropofagia praticada por algumas etnias, o olhar de Gabriel Soares não deixou de se encontrar com a cultura desses povos. Conforme citamos nos primeiros capítulos desta dissertação, o *Tratado Descritivo do Brasil* surgiu em um período em que os textos escritos adquiriam cada vez mais importância administrativa e em que o contato com o *Outro* passou a ser necessário e útil aos portugueses, para defenderem seus interesses comerciais e político-religiosos (FERNANDES, 2013, PIMENTA, 2014). Diante disso, são inúmeros os trechos da obra em que Gabriel descreve, como quem tem informações estratégicas, a forma como os indígenas se organizaram historicamente pelo território; como suas sociedades estavam divididas; os comportamentos e os trabalhos desenvolvidos por homens e mulheres; como caçavam, guerreavam, utilizavam plantas e árvores para curarem feridas e enfermidades; os nomes que deram às árvores, animais, objetos e lugares; como eram suas superstições, os alimentos que consumiam e como os preparavam, e todo o tipo de matéria-prima que utilizavam para viver.

No entanto, a cultura indígena só tem vez para Gabriel para se tirar algum proveito, isto é, para suprir seu interesse em fornecer esses conhecimentos estratégicos ao rei Filipe, que poderia também usufruir econômica e politicamente dos mesmos. A ênfase dada por Gabriel a essa cultura nativa não é, portanto, para enaltecê-la ou valorizá-la, mas sim para suprir seu superior maior com informações importantes para uma boa administração da colônia e, ao mesmo tempo, conquistar a confiança real necessária para que pudesse se tornar *Capitão-mor e Governador da conquista e descobrimento do Rio São Francisco*, o título que almejava ao entregar seus escritos à corte filipina.

No capítulo 166 do memorial sobre a Bahia, Sousa admite que “têm os tupinambás grande conhecimento da terra por onde andam” (SOUSA, 2013 [1587], p. 336), pois sabem os caminhos corretos por onde passar e quais os lugares mais adequados para dormir. O colono disse que esse conhecimento indígena costuma ser muito útil aos portugueses em situações de guerra. O uso

medicinal pelos tupinambás dos alimentos e das ervas, como a cabureíba e a folha de caraoba, também recebe elogios do viajante português, que menciona que, mesmo sem a presença de médicos entre eles, os nativos conseguiam curar suas enfermidades através de meios naturais eficientes:

Curam estes índios algumas apostemas e bexigas com sumo de ervas de virtude, que há entre eles, com que fazem muitas curas muito notáveis [...]; e quando se sentem carregados da cabeça, sarjam nas fontes, e aos meninos sarjam-nos na pernas, quando têm febre, mas em seco; o que fazem as velhas com um dente de cotia muito agudo, que têm para isso (SOUSA, 2013, p. 335).

Os indígenas da colônia também aparecem na obra como testemunhas oculares de fatos ocorridos ou como detentores de informações preciosas. No penúltimo capítulo da segunda parte do livro (capítulo 195), tupinambás, tupinaés, tamoios e tapuias são apontados como testemunhas da ocorrência, em solos do sertão baiano, de pedras preciosas do tamanho de bolas. No capítulo 194, os indígenas e mamelucos também poderiam comprovar a existência de serras de um cristal muito valioso, também pelo sertão da Bahia. Os nativos brasileiros teriam descoberto ainda preciosidades no Rio Aceci: “aqui achou esta gente umas pedreiras, umas pedras verdoengas, e tomam do azul, que tem que parece turquesas, e afirmou o gentio aqui vizinho que no cimo deste monte se tiravam pedras muito azuis, e que havia outras que, segundo sua informação, têm ouro muito descoberto” (SOUSA, 2013 [1587], p. 69).

Sobre a cultura alimentar indígena, Sousa não deixou de falar sobre os frutos, animais e plantas consumidos, suas características e como eram os modos de preparo e os sabores dessas novidades. A mandioca recebeu notoriedade na obra, aparecendo principalmente em sete capítulos. O viajante explicou as características da raiz, sua forma de plantio e as diferentes maneiras de consumi-la, sejam como beijus ou farinha:

As raízes da mandioca comem-nas as vacas, éguas, ovelhas, cabras, porcos e a caça do mato, e todos engordam com elas comendo-as cruas, e se as comem os índios, ainda que sejam assadas, morrem disso por serem muito peçonhentas; e para se aproveitarem os índios e mais gente destas raízes, depois de arrancadas rapam-nas muito bem até ficarem alvíssimas, o que fazem com cascas de ostras, e depois de lavadas ralam-nas em uma pedra ou ralo, que para isso têm, e, depois de bem raladas, espremem esta massa em um engenho de palma, a que chamam tapeti, que lhe faz lançar a água que tem toda fora, e fica essa massa toda muito enxuta, da qual se faz a farinha que se come, que cozem em um alguidar para isso feito, no qual deitam esta massa e a enxugam sobre o fogo, onde uma índia a mexe com um meio cabaço, como quem faz confeitos, até que fica enxuta e sem nenhuma umidade, e fica como cuscuz, mas mais branca, e desta maneira se come, é muito doce e saborosa (SOUSA, 2013 [1587], p. 167-168).

Gabriel também ficou espantado com o poder fatal do veneno da mandioca e com os casos de muitas mulheres indígenas que mataram seus maridos e senhores com essa água perigosa extraída da raiz. O colono também explanou sobre o uso medicinal do alimento para curar postemas e feridas e para matar as lombrigas das crianças. Captou o olhar do português ainda a forma como os indígenas utilizavam a farinha de mandioca como suprimento durante a guerra, hábito que veio a ser adquirido pelos portugueses que, segundo Sousa, utilizavam a chamada farinha de guerra para alimentar escravos ou ainda para se proverem durante as longas viagens de ida a Portugal. Entre os costumes indígenas interceptados pelo olhar de Gabriel, também estiveram o hábito de utilizar as cabaças cortadas como vasilhames, a domesticação de filhotes de aves selvagens, a utilização do fogo para espantar as abelhas e colher o mel e para limpar os terrenos que receberão o plantio de lavouras, a forma como matavam as onças e utilizavam o veneno dos sapos-cururus e a técnica que tinham para a pesca de tainhas:

E de noite, com águas vivas, as tomam os índios com umas redinhas de mão, que chamam puçás, que vão atadas numa vara arcada; e ajuntam-se muitos índios, e tapam a boca de um esteiro com varas e ramas, e como a maré está cheia tapam-lhe a porta; e põem-lhe as redinhas ao longo da tapagem, quando a maré vaza, e outros batem no cabo do esteiro, para que se venham todas abaixo a meter nas redes; e desta maneira carregam uma canoa de tainhas, e de outro peixe que entra no esteiro (SOUSA, 2013 [1587], p. 295-296).

Se por um lado, em muitos momentos, o olhar interessado de Sousa lançado sobre a cultura indígena expressa nuances positivas, em muitos outros, como já vimos nos itens anteriores, principalmente entre os considerados “maus selvagens”, aponta para traços bem negativos, na opinião do cronista português. Muitos costumes dos nativos são tachados de “bizarrices”, mostrando o espanto e o estranhamento de Gabriel diante de tais comportamentos e o quanto ele considerava esses povos inferiores em comparação aos portugueses. Para Sousa, era bizarro olhar para os tupinaés e seus lábios e rostos furados e preenchidos com pedras. Os tupinambás, que tinham esse mesmo costume de furar lábios e rostos, pareciam “demônios”, segundo o próprio colono (SOUSA, 2013 [1587], p. 322). Da mesma forma, era espantoso para o viajante observar como os mancebos tupinambás ficavam estranhos com o cabelo arrepiado para cima e adornado com penas amarelas e contas brancas. Outros ornamentos dessa etnia também incomodavam o olhar de Gabriel: “ornam-se mais estes índios, para suas bizarrices, de uma roda de penas de ema, que atam sobre as ancas, que lhes faz tamanho vulto que lhes cobre as costas todas de alto a baixo; e para se fazerem mais feios se tingem todos de jenipapo” (p. 322).

4.3 Olhares refletidos

Por meio da análise do *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* realizada neste capítulo, pudemos perceber que os olhares do colono e do viajante português Gabriel Soares de Sousa lançados sobre os indígenas brasileiros do século XVI se entrecruzam e são capazes de refletir as próprias características identitárias do autor. Teresa Carvalho (2004) chama de “olhar refletido” esse fenômeno de enxergar-se a si próprio através do *Outro*. De acordo com a autora, “numa primeira instância, é o olhar - fronteira móvel e aberta para o mundo - o primeiro instrumento de avaliação crítica; assumindo-se, por um lado, como um meio de acesso ao outro e ao mundo, possibilita, por outro lado, a construção do próprio eu” (CARVALHO, 2004, p. 559). Trazendo esse pensamento para o contexto expansionista europeu do século XVI, Agnolin (2005, p. 64) diz que, em um primeiro momento, “os olhos dos europeus procuravam a confirmação do quanto já sabiam, rejeitando [...] a possibilidade de reconhecer o outro”. De maneira complementar, Hansen (1998) afirma que, ao classificarem o nativo brasileiro como animal, gentio, índio, selvagem e bárbaro, os portugueses estavam, na verdade, se referindo às características opostas de si mesmos, ou seja, ao não-índio: branco, católico, civilizado, letrado e fidalgo.

No século XVI, os viajantes quinhentistas estabeleceram com os povos do Novo Mundo uma relação de não-conhecimento. Aducci Novaes (1999, p. 08-09) explica que, durante a experiência de ver o *Outro*, “a aparência do que se vê é preenchida por todas as noções construídas anteriormente de forma imaginária”. Assim sendo, o homem viajante europeu projetou suas fábulas sobre a experiência com o *Outro*, misturando ficção, sonho e fascínio, gerando ideias equivocadas e realidades distorcidas. Nesse contexto, a viagem de descoberta do *Outro*, na verdade, propiciou ao europeu conhecer de fato melhor a si mesmo. Conforme nos mostra Montaigne (1967, p. 26 apud TODOROV, 2006, p. 237), “esse vasto mundo... é o espelho em que precisamos nos olhar para nos conhecermos bem”. Agregando a essas ideias, Todorov (2006, p. 238) comenta que “o eu não existe sem um tu. Não se pode chegar ao fundo de si excluindo os outros”.

A problemática do encontro entre o *Eu* e o *Outro* pode ser colocada em três dimensões, que podem se relacionar ou ter afinidades. A primeira, de acordo com Todorov (1983), se dá através de um julgamento de valor, que significa entender se o *Outro* é bom ou mal, se é igual ou inferior a mim. A segunda dimensão acontece por meio de uma relação de aproximação ou de distanciamento com o *Outro*: “adoto os valores do outro, identifico-me a ele; ou então assimilo o outro, impondo-lhe minha própria imagem” (TODOROV, 1983, p. 269). Na terceira dimensão, está reconhecer ou não a identidade do *Outro*. Para Todorov (1983, p. 361), desde a fase inicial da conquista da

América no século XVI até o século XIX, a Europa buscou assimilar o *Outro*, impondo seu modo de vida e seus valores ocidentais por todo o Novo Mundo. No caso de Gabriel Soares, não foi diferente. Em um primeiro momento, ele fez seus julgamentos de valores, dividindo as etnias entre más ou boas, extremamente inferiores em comparação aos europeus ou minimamente evoluídas. Sob um segundo aspecto, em seu relato, se aproximou daquelas que considerava mais amistosas e benéficas aos portugueses e se distanciou das outras que geravam danos aos colonos e colonizadores, imprimindo, por meio desses olhares, o seu próprio imaginário, as suas vivências, seu contexto histórico, seus interesses comerciais e políticos e as suas convicções pessoais sobre os significados de bom ou ruim, positivo ou negativo, bem ou mal. Na terceira dimensão desses olhares, Gabriel negou a identidade de seu *Outro* indígena. Esse *Outro* impresso na obra de Sousa revelou, na realidade, a identidade do próprio Gabriel, seu criador católico, branco, colono, senhor de engenho e proprietário de escravos, viajante cronista português, defensor da escravidão e dos interesses imperialistas das coroas portuguesa e espanhola, ávido por enriquecimento e pelas riquezas minerais do Rio São Francisco. A seguir, no quarto e último capítulo desta dissertação, veremos como esse debate a respeito dos olhares de Gabriel Soares sobre os indígenas brasileiros do século XVI pode ser utilizado para a construção de um objeto de aprendizagem, capaz de auxiliar professores e alunos durante as aulas de História no ensino médio.

5 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ENSINO DE HISTÓRIA: A COMPLEXIDADE DA EDUCAÇÃO E UMA PROPOSTA CONSTRUTIVISTA DE OBJETO DE APRENDIZAGEM SOBRE OS OLHARES DO PORTUGUÊS GABRIEL SOARES DE SOUSA ACERCA DOS INDÍGENAS BRASILEIROS DO SÉCULO XVI

Educar ou instruir é permitir que o aprendiz mude sem perder sua identidade.
(PERRENOUD, 2001)

Nas escolas públicas vinculadas ao Governo do Estado de Minas Gerais, a leitura e a análise dos relatos dos cronistas e viajantes do século XVI fazem parte do Conteúdo Básico Comum (CBC) de História³. A política curricular da Secretaria de Estado de Educação, que estabelece as competências, habilidades e conteúdos a serem desenvolvidos com e pelos alunos da rede estadual de ensino, aponta que os estudantes precisam entrar em contato com os mitos e os olhares dos europeus sobre o Novo Mundo, no sentido de identificarem como se deram esse “encontro das diferenças e a construção da imagem do *Outro*” (MINAS GERAIS, 2007, p. 64). Nessa mesma direção, a lei federal Nº 11.645/08 institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura afro-brasileira e indígena nas escolas brasileiras públicas e privadas de ensino fundamental e de ensino médio. O parágrafo primeiro da lei destaca que:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (BRASIL, 2008).

Entretanto, mesmo na atual sociedade do conhecimento, ainda é um desafio para muitos professores de Minas Gerais oferecerem opções de ensino e aprendizagem via tecnologias da informação e comunicação (TICs), mais condizentes com as expectativas dos chamados nativos digitais, que são os alunos “que nasceram a partir de 1990, em um mundo circundado pelas novas tecnologias e que usam as mídias digitais como parte integrante de suas vidas” (COSTA;

3 Mesmo com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular para o ensino médio (BNCC) no dia 04 de dezembro de 2018, na prática, os professores das escolas estaduais de ensino médio de Minas Gerais ainda utilizam o Conteúdo Básico Comum (CBC) de 2007 para definirem os conteúdos a serem ministrados durante as aulas. Por conta da inexistência de um CBC de Minas Gerais revisto de acordo com as competências e habilidades propostas pela BNCC, optamos, nesta dissertação, pela manutenção e utilização do CBC de 2007.

DUQUEVIZ; PEDROZA, 2015, p. 604). A realidade de muitas escolas públicas mineiras esbarra na falta de investimentos em tecnologias educacionais e em capacitação de professores para o manuseio das TICs. Gratuito e de fácil manuseio, o software *eXeLearning* foi o escolhido para ser apresentado nesta dissertação como uma alternativa eficaz para a construção de um objeto de aprendizagem (O. A.), através da disponibilização de conteúdos curriculares e do desenvolvimento de atividades interativas com os alunos. A ferramenta permite a criação de páginas *web*, por meio da inserção de textos, imagens, vídeos e exercícios.

Preconizando as teorias do construtivismo na educação, este capítulo tem como objetivos mostrar como o estudo sobre a concepção dos indígenas brasileiros por Gabriel Soares de Sousa, em seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, pode contribuir para o ensino e a aprendizagem de História nas escolas estaduais mineiras de ensino médio e como o software *eXeLearning* pode ser uma ferramenta tecnológica eficiente na produção de um objeto de aprendizagem, que disponibilize de maneira atrativa, reflexiva e construtivista essa temática para os adolescentes. Como pano de fundo desse debate, será apresentada a seguir uma discussão mais ampla e contextual sobre pedagogia, educação e sociedade, com a visão de autores clássicos e contemporâneos sobre esses assuntos. Logo após, serão abordados o processo de ensino e aprendizagem e sua relação com o objeto de aprendizagem. Por fim, o enfoque será para as características e algumas imagens ilustrativas do O. A.

5.1 Pedagogia, Educação e Sociedade

“O homem é a única criatura que precisa ser educada”. É com essa afirmação que o filósofo alemão, Immanuel Kant (2002, p. 01), inicia sua obra *Sobre a pedagogia*. O autor salienta que o ser humano necessita da educação por conta de suas inclinações animais. Por meio da disciplina e da instrução, a humanidade seria capaz de romper essa animalidade ruim e se tornar mais polida e menos bruta. Em outras palavras, Kant acreditava que o ser só se torna humano através da educação. Para o filósofo, “a educação é uma arte, cuja prática necessita ser aperfeiçoada por várias gerações”. Na opinião do autor, a educação e a pedagogia praticadas de maneira primorosa são capazes de se tornarem “a fonte de todo bem neste mundo” (KANT, 2002, p. 04-06).

Émile Durkheim (1978) também ressalta o papel da educação e do professor na consolidação de uma sociedade melhor. Para o sociólogo, o homem nasce associal e egoísta, sendo formado pela sociedade através da educação e, principalmente, através da escola pública. Durkheim

explica que a educação é capaz de socializar os indivíduos, pois ela reflete e serve à própria sociedade: “é sempre às necessidades sociais que ela [a educação] atende; são ideias e sentimentos coletivos que ela exprime” (p. 89). Outro teórico com consagradas contribuições para o campo da educação é o pedagogo, filósofo e educador construtivista Paulo Freire. Em sua *Pedagogia do oprimido*, fala sobre esse indivíduo “sufocado”, que precisa lutar contra o opressor existente dentro de si para se tornar livre. Freire (1987) era um defensor da educação para as massas formadas pelas classes menos favorecidas. Dizia que ninguém ensina nada a ninguém e que os homens aprendem comunitariamente, uns com os outros. O pedagogo argumenta que a educação é um ato político e que a pedagogia do oprimido é a alternativa para muitas mudanças. A proposta do educador é a de uma educação problematizadora, que transforma os conteúdos em problemas a serem discutidos e que encara os educandos como produtores de conhecimento. Freire não concorda com o modelo mecânico da educação bancária, que vê o aluno como um mero depositário de conteúdos, que nada sabe:

se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo (FREIRE, 1987, p. 38).

Como um ambiente de educação formal, a escola tem papel fundamental nesse debate sobre a formação de educandos livres e críticos. Contribuindo com a temática, Prata (2005) analisa um pouco das relações de poder e da produção de subjetividade na escola. A professora cita que o sujeito se forma a partir das relações sociais que ele estabelece e que a escola tem parte considerável na formação desse sujeito: “a engrenagem da escola é atravessada e marcada pela configuração social, mas também tem o papel de definir o sujeito, seja por meio das relações de poder entre professores e alunos, seja na forma pela qual concebe a aprendizagem e transmite o saber” (p. 108-109). Prata menciona ainda que está em crise e ultrapassado o modelo de escola disciplinar, que atribui os entraves na aprendizagem ao aluno visto como indisciplinado e rebelde. A autora acredita que a atribuição dessa rebeldia aos alunos nada mais seja do que uma replicação de condutas de poder e valores construídos pelos professores na época em que eles próprios foram educados.

Educar, de fato, não é um exercício fácil. Partindo dessa premissa, Philippe Perrenoud (2001, p. 31) diz que a complexidade da educação existe por conta de inúmeras tensões no ambiente escolar, reflexos da própria sociedade, tais como as contradições “entre a pessoa e a sociedade, a unidade e a diversidade, a dependência e a autonomia, a invariância e a mudança, a abertura e o

fechamento, a harmonia e o conflito, a igualdade e a diferença”. Perrenoud comenta que, “historicamente, a escola desenvolveu-se como uma formidável máquina de normalizar”, padronizando saberes e até as formas de pensar e de sentir das pessoas. Mas, na opinião do autor, “o sistema educativo, os estabelecimentos de ensino, os professores devem encontrar um caminho intermediário entre a unidade e a diversidade”. O teórico reforça ainda que “educar ou instruir é permitir que o aprendiz mude sem perder sua identidade” (PERRENOUD, 2001, p. 32-33). E, da mesma forma, a escola também deve se reinventar, aglutinando novos saberes, métodos e tecnologias, sem necessariamente se desfazer de todas as suas antigas práticas.

A escola precisa estar preparada para as diferenças e os conflitos. Perrenoud (2001) diz que a escola tem o “sonho da harmonia”, mas que essa harmonia, além de inatingível, é ruim para o processo educativo, pois gera um estado de passividade nas pessoas. Para o autor, os conflitos são fundamentais tanto para o ensino e a aprendizagem quanto para as mudanças sociais. Ele entende que a complexidade tem, sim, que ser enfrentada por todos os atores envolvidos com a educação, mas que este enfrentamento deve transcorrer de maneira consciente, conjunta, reflexiva e inteligente, sabendo que novos desafios surgirão e que isso é bom e inerente ao processo educativo.

Ampliando a questão, como parte dessa complexidade que envolve a educação, é possível inserir a influência que a comunicação, em seus diversos meios, exerce sobre o ambiente escolar, os educandos e os educadores. Manuel Castells (2016, p. 414) sublinha que, no decorrer dos anos 2000, as pessoas em todo o mundo presenciaram “o surgimento de um novo sistema eletrônico de comunicação caracterizado pelo seu alcance global, integração de todos os meios de comunicação e interatividade potencial”. Em um mesmo sistema eletrônico, é uma realidade a junção da escrita com a oralidade e o audiovisual. Castells menciona que esse novo sistema já está por toda parte, como na mídia, nas telecomunicações, na internet, nas políticas governamentais e nas empresas.

Nesse atual contexto da sociedade da informação, das infovias e da confluência dos meios de comunicação, para que a sociedade seja “plural, inclusiva e participativa, hoje, mais do que nunca, é necessário oferecer a todos os cidadãos, principalmente aos jovens, as competências para saber compreender a informação, ter o distanciamento necessário à análise crítica, utilizar e produzir informações e todo tipo de mensagens”. Esse é o papel da chamada mídia-educação defendida por Bévort e Belloni (2009, p. 1081). Contudo, as autoras frisam que, para que a mídia-educação se torne uma realidade nas escolas, se faz necessário enfrentar muitas dificuldades, como a “pouca importância na formação inicial e continuada de profissionais da educação”, a “ausência de preocupação com a formação das novas gerações para a apropriação crítica e criativa das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), indefinição de políticas públicas e insuficiência de recursos para ações e pesquisas” (p. 1082-1083). As autoras afirmam que tais barreiras precisam ser

superadas devido à importância que as mídias têm na cultura contemporânea e no exercício da cidadania:

[as mídias] são, portanto, extremamente importantes na vida das novas gerações, funcionando como instituições de socialização, uma espécie de “escola paralela”, mais interessante e atrativa que a instituição escolar, na qual crianças e adolescentes não apenas aprendem coisas novas, mas também, e talvez principalmente, desenvolvem novas habilidades cognitivas, ou seja, “novos modelos de aprender”, mais autônomos e colaborativos, ainda ignorados por professores e especialistas (BÉVORT & BELLONI, 2009, p. 1083-1084).

Uma alternativa para o começo das práticas de mídia-educação nas escolas, defendida aqui neste capítulo, é a criação e utilização de objetos de aprendizagem (O. As.) via tecnologias de informação e comunicação (TICs). No item a seguir, à luz do pensamento construtivista, será estabelecida uma discussão mais aprofundada sobre o processo de ensino e aprendizagem e sua relação com o objeto de aprendizagem.

5.2 O processo de ensino e aprendizagem e sua relação com o objeto de aprendizagem

Em sala de aula, a perspectiva construtivista considera que o conhecimento é construído e que o ensino, a aprendizagem, os educadores e os educandos fazem parte desse processo de construção do conhecimento. Defensora do construtivismo, Teresa Mauri (2009, p. 81-86) afirma que o professor precisa enxergar seus alunos como sujeitos ativos e não apenas como “receptores passivos de reforços” ou “processadores de informação”, tendo em vista que o pensamento desses estudantes é “muito mais complexo do que o pensamento lógico”.

Mauri (2009) explica que todo educando traz consigo esquemas de conhecimento, que são os conhecimentos que ele já possui, aprendeu e se apropriou; são os conhecimentos prévios vivenciados. A autora salienta que o professor deve levar em consideração esses esquemas de conhecimento do aluno porque são um tipo de ponte para o aprendizado do novo conteúdo a ser estudado, atribuindo significado a esse novo tema. Com essa postura, o docente deixa de ser apenas um especialista e um informador para tornar-se um educador, “um participante ativo do processo de construção de conhecimento, cujo centro não é a matéria, mas o aluno e aluna que atuam sobre o conteúdo que devem aprender” (p. 82-87).

Javier Onrubia (2009, p. 128) contribui para essa reflexão ao debater sobre as zonas de desenvolvimento proximal (ZDP) que, na explicação do autor, são as zonas de desequilíbrio entre os conhecimentos prévios e os conhecimentos novos: “a ZDP é o lugar onde, graças aos suportes e à ajuda dos outros, pode desencadear-se o processo de construção, modificação, enriquecimento e diversificação dos esquemas de conhecimento definidos pela aprendizagem escolar”. Menciona ainda que as ZDPs são estimuladas no contato do aluno com o professor e também na interação com outros colegas estudantes. Na opinião de Onrubia, é na ZDP que o professor precisa atuar, identificando quais as dificuldades do aluno e lhe oferecendo uma ajuda ajustada, para que ele tenha um desenvolvimento efetivo e uma aprendizagem significativa. O professor necessita compreender que o exercício da docência requer flexibilidade, pois os alunos possuem como característica serem diversos, não aprendem da mesma maneira e nem no mesmo tempo. Por fim, Onrubia enfatiza que a prática docente requer “o planejamento detalhado e rigoroso do ensino, a observação e reflexão constante de e sobre o que acontece na aula, e a atuação diversificada e elástica em função tanto dos objetivos e do planejamento desenhado como da observação e da análise que vão sendo realizadas” (p. 148).

Outro estudioso do construtivismo, Antoni Zabala (1998) também defende a análise das práticas educativas como um dos passos para se ofertar um ensino de qualidade. Ele diz que os resultados educativos são o melhor termômetro para saber se essas experiências e modelos estão corretos. Contudo, admite que racionalizar a prática educativa não é uma tarefa fácil por conta da dinamicidade e diversidade de realidades encontradas em sala de aula: “a prática [educativa] é algo fluido, fugidio, difícil de limitar com coordenadas simples, e além do mais, complexa, já que nela se expressam múltiplos fatores, ideias, valores, hábitos pedagógicos, etc” (p. 16).

Zabala (1998) aponta que, para se pensar a educação, é primordial refletir sobre todas as variáveis que a configuram, como o modelo de aula e o método avaliativo utilizados e suas sequências didáticas ou sequências de atividades. O autor define sequências de atividades como “um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos”. Por exemplo, em uma aula magistral, a sequência didática poderia ser composta de “exposição, estudos sobre apontamentos ou manual, prova, qualificação” (p. 18). Zabala também explana sobre as fontes do currículo, que são referenciais que devem ser considerados para se estudar a implantação de mudanças nas práticas educativas. Estas fontes estão separadas em dois referenciais. O primeiro diz respeito ao sentido e ao papel da educação, abrangendo a fonte sociológica ou sócio-antropológica (que consiste em dizer qual a função social da educação ou do ensino) e a fonte epistemológica (o que se vai ensinar; são os conteúdos e as matérias). Neste

referencial, a fonte epistemológica está intrinsecamente ligada à fonte sociológica, pois os conteúdos a serem ensinados irão variar de acordo com os objetivos da educação. O segundo referencial para a análise da prática está centrado na ideia que se tem dos processos de ensino/aprendizagem, englobando a fonte didática (que é o como ensinar) e a fonte psicológica (como o aluno aprende; são os estilos cognitivos e os ritmos de aprendizagem).

Zabala (1998) crê que toda intervenção pedagógica é ideológica, possuindo uma função social. Para se analisar as finalidades e objetivos das práticas educativas, deve-se avaliar os conteúdos de aprendizagem, definidos por ele como não apenas as contribuições das disciplinas ou matérias tradicionais, mas também como o currículo oculto, que são “todos aqueles [conteúdos] que possibilitem o desenvolvimento das capacidades motoras, afetivas, de relação interpessoal e de inserção social” (p. 30). O autor divide esses conteúdos em três tipos: conceituais (que consiste em o que se deve saber), procedimentais (o que se deve saber fazer) e os atitudinais (como se deve ser). O autor cita ainda os conteúdos factuais, que contemplam os “fatos, acontecimentos, situações, dados e fenômenos concretos e singulares” (p. 41). No caso da História, por exemplo, poderiam ser as datas e os nomes de acontecimentos. Zabala, por fim, explana que “todo conteúdo, por mais específico que seja, sempre está associado e portanto será aprendido junto com conteúdos de outra natureza” (p. 40).

Um modelo de ensino e aprendizagem guiado pelo construtivismo, além de prezar por todos os tipos de conteúdos e capacidades dos alunos, deve se atentar para a diversidade dos educandos. Segundo Zabala (1998), a atenção à diversidade gera nos alunos motivação e interesse, além de ajudá-los a construir um autoconceito positivo de si mesmos, mostrando a eles que são capazes de compreender e construir o novo conteúdo tratado. Por isso, propostas uniformizadoras de ensino e aprendizagem não são válidas: “a forma como se aprende e o ritmo da aprendizagem variam segundo as capacidades, motivações e interesses de cada um dos meninos e meninas; enfim, a maneira e a forma como se produzem as aprendizagens são o resultado de processos que sempre são singulares e pessoais” (ZABALA, 1998, p. 34).

Após o devido destaque às teorias do construtivismo, tão importantes para o embasamento da proposta de objeto de aprendizagem aqui defendida, se faz necessário compreender também as novas configurações adquiridas pela educação em meio à atual sociedade do conhecimento. Com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), é possível afirmar que a educação foi influenciada e as pessoas começaram a entrar em contato com uma nova forma de aprender. Neste contexto, o professor tem que estar receptivo às mudanças: “[...] precisa ser capaz de recriar e planejar suas aulas mediadas pelas tecnologias, promovendo uma aprendizagem mais significativa,

colaborativa e interativa. É preciso envolver os alunos e utilizar-se de diferentes recursos educacionais para melhorar o ensino-aprendizagem” (FREITAS JUNIOR, 2013, p. 764).

Trazendo o foco para o Brasil, um dos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica - Decreto Nº 8.752, de 9 de maio de 2016 (inicialmente implantada em 2009 pelo Decreto Nº 6.755, de 29 de janeiro), é o de “promover a atualização teórico-metodológica nos processos de formação dos profissionais da educação básica, inclusive no que se refere ao uso das tecnologias de comunicação e informação nos processos educativos”. De acordo com Braga (2014), a inserção deste objetivo na lei mostra uma clara preocupação do Governo sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na educação e na formação dos docentes. Contudo, devido à grande demanda, a autora admite que a incorporação das TICs às práticas educacionais é um desafio para o Brasil e demais países da América Latina. Um começo, segundo a autora, seria o conhecimento e utilização dos diferentes tipos de objetos de aprendizagem, especialmente por parte de professores, estudantes de licenciaturas e pesquisadores. Para Braga, se bem utilizados, os O. As. podem ser grandes parceiros do processo educativo. Para tanto, é preciso que o professor tenha objetivos bem claros:

Se nossa concepção for possibilitar o aprendizado do aluno por meio de situações problemas, de forma a colocar em jogo o conhecimento que já possui, ao buscar novas informações e desempenhar, conseqüentemente, papel ativo, pensaremos em O. As. que, de alguma maneira, promovam a reflexão do aluno, por meio de desafios e problemas a resolver (BRAGA, 2014, p. 32).

Um objeto de aprendizagem é “qualquer recurso digital que possa ser reutilizado para apoiar a aprendizagem” (WILEY, 2000 apud BRAGA, 2014, p. 21). As imagens, os áudios, os vídeos, as animações, as aulas virtuais, as páginas na internet e os softwares são alguns dos recursos digitais que podem se tornar objetos de aprendizagem. Braga (2014, p. 29) explica que “o objeto tende a complementar o ensino, mas para isso deve estar associado a uma estratégia pedagógica”.

Entre as características pedagógicas dos O. As., estão a autonomia, a cooperação, a cognição, a afetividade e a interatividade: “quanto mais o O. A. permite que o aluno se aproprie de informações, reflita e seja ativo em seu processo de aprendizagem, mais interativo ele é. [...] Mas para estabelecer verdadeira interatividade, o aluno precisa se sentir participante da ação” (BRAGA, 2014, p. 29). Disponibilidade, acessibilidade, portabilidade, interoperabilidade, confiabilidade e reusabilidade são algumas das características técnicas. Braga (2014) reforça que “a aprendizagem mais eficaz é realizada em ambientes que combinam as representações do conhecimento em verbais (palavras impressas, palavras faladas) e não verbais (ilustrações, fotografias, vídeo e animação),

utilizando a modalidade mista para as apresentações desse conhecimento (visuais e auditivas)” (p. 29-30).

5.3 O *eXeLearning* como ferramenta para a elaboração do objeto de aprendizagem

Considerando o atual contexto tecnológico da educação, as teorias sobre a perspectiva educacional construtivista e as qualidades necessárias de um objeto de aprendizagem, assuntos debatidos nos itens anteriores deste capítulo, serão sublinhadas, a partir de agora, as características do O. A. fruto desta dissertação. Para a elaboração de um objeto de aprendizagem construtivista, com atividades interativas para os alunos e conteúdos reflexivos sobre como os indígenas brasileiros foram descritos por Gabriel Soares de Sousa na obra *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, foi utilizado neste trabalho o software *eXeLearning*, que pode ser baixado gratuitamente através do site <http://exelearning.net/> A plataforma digital foi originalmente desenvolvida em 2007 pela Comissão de Educação Terciária do Governo da Nova Zelândia em parceria com a Universidade de Auckland, Universidade de Tecnologia de Auckland e Instituto Politécnico Tairawhiti. A partir de 2009, o Instituto de Tecnologias Educativas do Ministério da Educação do Governo da Espanha passou a investir na melhoria do programa, com o apoio de diferentes agências governamentais e empresas espanholas e de outros países. Fácil de ser operada, a ferramenta permite a criação de páginas *web*, por meio da inserção de textos, imagens, vídeos e atividades. Na internet, os docentes que pretendem utilizar o editor também podem encontrar tutoriais e vídeos explicativos sobre o software. Uma das vantagens deste recurso é que, para acessar os conteúdos, o aluno não precisa estar conectado à internet.

Em consonância com a lei federal Nº 11.645/08, que obriga o ensino de História e Cultura afro-brasileira e indígena nas escolas brasileiras públicas e privadas de ensino fundamental e de ensino médio, o objeto de aprendizagem desenvolvido tem como meta levar o educando a refletir um pouco sobre os olhares dos viajantes europeus sobre os indígenas brasileiros do século XVI, com destaque para os olhares do colono português Gabriel Soares de Sousa. Esse objetivo configura a fonte sócio-antropológica deste trabalho, nos moldes do que propõe Antoni Zabala (1998) em sua obra. Por sua vez, tendo em vista o conceito de Zabala para fonte didática, vale destacar que, no software, foram inseridos trechos da obra, entrevistas em vídeo com especialistas e gravuras existentes em produções de outros cronistas do século XVI, como o francês André Thevet e o alemão Hans Staden. As páginas foram produzidas enfocando os temas de cada capítulo da

dissertação. Por sua vez, os exercícios interativos, como questões de escolha múltipla, servirão como desafiadores elementos de autoavaliação para os educandos.

Em Minas Gerais, os conhecimentos, as habilidades e competências a serem adquiridos pelos alunos nas escolas públicas de ensino médio vinculadas ao governo estadual estão institucionalizados por meio do Conteúdo Básico Comum (CBC), documento emitido pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Os eixos temáticos, tópicos e habilidades do CBC de História contemplados pelo objeto de aprendizagem aqui apresentado, que compõem a fonte epistemológica deste trabalho (proposta por Zabala e explicada anteriormente), bem como as demais características do O. A., estão descritos no quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Caracterização do objeto de aprendizagem

(Continua)

Tipo de objeto de aprendizagem:	Página web interativa criada por meio do software <i>eXeLearning</i> .
Área de conhecimento:	História e Literatura.
Disciplina principal:	História.
Ementa em que o curso se encaixa:	<p>Fonte: MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado de Educação. <i>Conteúdo Básico Comum (CBC) de História para o Ensino Médio</i>. Belo Horizonte, 2007. Disponível em:<http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7B80A9F6A7-110D-42C2-ACB1-A52372D19CB6%7D_LIVRO%20DE%20HISTORIA.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.</p> <p>Conteúdo Básico Comum (CBC) para o 1º Ano</p> <p>Eixo Temático I – Mundo Moderno, Colonização e Relações Étnico-Culturais (1500-1808)</p> <p>Tema 1: Representações Europeias do Novo Mundo</p> <p>Tópico 1: O Novo Mundo nos relatos de viagem dos navegantes, descobridores e cronistas: mitos e visões</p> <p>Habilidades:</p>

Quadro 1 - Caracterização do objeto de aprendizagem

(Continua)

1.1. Ler e analisar fontes: relatos dos cronistas dos impérios coloniais (Pero Vaz de Caminha...), descobridores (Cristóvão Colombo...) e viajantes em geral (Hans Staden, Jean de Léry, Thevet...), visando à construção de uma narrativa histórica.

1.2. Ler e analisar fontes iconográficas europeias que evidenciem suas representações mentais sobre o Novo Mundo.

Conteúdos Complementares de História do Ensino Médio
2º Ano - opção de área Ciências Humanas

Eixo Temático I Expansão das Fronteiras: a Questão da Alteridade na Modernidade

Tema 1: O Encontro das Diferenças e a Construção da Imagem do Outro

Tópico I:

Tapuias e tupis-guaranis

Habilidades:

- Pesquisar sobre os diferentes grupos indígenas, suas especificidades e localização no território brasileiro.
- Analisar e interpretar fontes sobre a estrutura social e de produção dos tapuias e tupis-guaranis.
- Pesquisar manifestações culturais de origem indígenas no Brasil.

Público-alvo:

Alunos do ensino médio das escolas estaduais mineiras e quaisquer outros interessados.

Conhecimento prévio do público-alvo:

Noções básicas de informática.

Fluência tecnológica:

Os alunos poderão acessar a página, com os conteúdos e os exercícios interativos, de qualquer computador ou dispositivo móvel. Não há necessidade de conexão com a internet.

Quadro 1 - Caracterização do objeto de aprendizagem

(Conclusão)

Problema atual:	Muitas vezes, em sala de aula, os alunos podem se deparar com um ambiente de aprendizagem desestimulante e arcaico, nos moldes tradicionais professor, giz e lousa. Além disso, muitos educandos desconhecem a forma como os indígenas foram descritos pelos cronistas de viagens do século XVI e pelos colonos e colonizadores do Brasil.
Solução esperada:	Levar a reflexão de conteúdos de História por meio de uma página web interativa para a sala de aula é uma maneira de gerar novos estímulos aos educandos, recolocando-os em contato com o mundo eletrônico, tão popular entre os adolescentes, e auxiliando-os no processo de construção de conhecimentos.
Cenário de Uso do O. A.	
Modalidade:	Educação presencial.
Descrição do cenário:	A sugestão é que o educador utilize a página web interativa como complemento para as suas aulas, com o intuito de dinamizar as reflexões sobre os conteúdos propostos.

Fonte: Do autor.

À luz das ideias de Zabala (1998) sobre fonte didática e sequência de atividades, para a sala de aula, a sugestão é a de que o objeto de aprendizagem seja utilizado dentro da seguinte estratégia didática. Primeiramente, o professor de História pode debater com seus alunos alguns conteúdos sobre a expansão marítima e a colonização realizadas por Portugal e Espanha no século XVI, falar sobre a diversidade de etnias indígenas no Brasil colonial e sobre os mitos e os olhares dos europeus sobre os povos do Novo Mundo. Neste momento, o docente pode trazer para a conversa a temática sobre os cronistas de viagens que passaram pelo Brasil, destacando alguns nomes, entre eles, o de Gabriel Soares de Sousa. Em seguida, em consonância com as proposições do CBC, o educador pode sugerir a divisão da turma em grupos para a leitura e discussão do *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Para cada grupo, o docente pode separar um número equivalente de capítulos do livro, solicitando aos alunos que leiam em casa e dialoguem entre si, auxiliando-se uns aos outros na compreensão das leituras. Em uma outra ocasião, novamente em sala de aula, os grupos podem fazer a discussão sobre os capítulos lidos, juntamente com o professor e todo o restante da turma, aproveitando para ouvirem os colegas, fazerem suas considerações, intervenções e tirarem suas

dúvidas. Encerrando a sequência, haveria o momento de interação com o objeto de aprendizagem, ocasião em que os alunos teriam a oportunidade de reforçarem os conhecimentos construídos e autoavaliarem seu aprendizado, respondendo as questões de escolha múltipla presentes no O. A. Após a sequência de atividades, professor e alunos podem fazer uma avaliação geral de tudo que foi realizado, ocasião em que o professor poderá levar questões para suscitar esse debate e em que cada aluno poderá dar o seu depoimento sobre o que aprendeu, frisando, por exemplo, o conhecimento mais interessante na visão de cada um deles.

Vale ressaltar que, assim como pressupõe a teoria do construtivismo, durante todas essas etapas e atividades, o professor precisa se atentar para a fonte psicológica dessas práticas (como sugere Zabala, 1998), auxiliando os educandos a relacionarem os conhecimentos prévios deles com o novo conteúdo, sempre observando o interesse e a motivação dos estudantes e oferecendo todo o tipo de ajuda ajustada necessária para facilitar o processo de aprendizagem. A sequência de atividades aqui sugerida não precisa ser imutável. De acordo com as suas realidades escolares, os docentes podem optar por adotar ou não alguma atividade ou mesmo trocar a ordem das mesmas, tendo em vista o melhor proveito por parte de seus alunos.

Considerando a tipologia de conteúdos tratada por Zabala (1998), é possível concluir que o objeto de aprendizagem foco deste trabalho tem como conteúdos conceituais todos os eixos temáticos, temas e tópicos do Conteúdo Básico Comum (CBC) de História para o ensino médio destacados no quadro 1 acima. Os conteúdos procedimentais são as habilidades mencionadas no mesmo CBC. Os conteúdos factuais consistem nas datas, lugares e agentes históricos envolvidos com os fatos estudados pelo objeto de aprendizagem. Por sua vez, os conteúdos atitudinais convidam os educandos a serem reflexivos sobre a manipulação da história e a construção de estereótipos sobre os indígenas brasileiros do século XVI, bem como a serem mais conscientes sobre a diversidade cultural do país e a história de formação do povo brasileiro.

Trabalhar com um objeto de aprendizagem que contenha recursos multimídia foi uma forma encontrada de contemplar a diversidade de alunos, pois há alunos que se interessam mais por imagens e vídeos do que por textos ou há aqueles que preferem ainda a junção desses recursos. Além disso, o próprio estudo da história indígena brasileira e da formação do povo brasileiro possibilita aos educandos um olhar de respeito e tolerância sobre os colegas e as diferenças étnicas dentro da própria sala de aula, gerando identificação naqueles que possuem raízes indígenas e evitando situações de racismo.

Tendo em vista a complexidade da educação, um objeto de aprendizagem não resolve todos os enfrentamentos vinculados ao ensino e à aprendizagem, mas propicia uma ajuda ajustada aos educandos no processo de construção de conhecimentos. Oferece, portanto, a solução de parte das

dificuldades pedagógicas e metodológicas encontradas, deixando uma brecha para a sugestão de novos modelos baseados nas tecnologias de informação e comunicação, tão presentes na atual sociedade do conhecimento.

5.3.1 Imagens ilustrativas do objeto de aprendizagem

Como já mencionado, o objeto de aprendizagem (O. A.) fruto desta dissertação foi desenvolvido por meio do software gratuito *eXeLearning*, contendo textos, imagens e vídeos organizados como páginas web, que trazem à tona o imaginário do homem quinhentista, o universo das narrativas de viagens e os olhares dos viajantes e cronistas sobre os indígenas do Brasil colonial, com destaque para Gabriel Soares de Sousa e sua obra. A seguir, uma captura da primeira página do objeto, intitulada *O Tratado Descritivo do Brasil em 1587*:

The screenshot shows a web interface for an e-learning object. At the top, it says 'Objeto de Aprendizagem (por Daniel Aroni Alves)' and 'Seguinte'. Below this, there's a breadcrumb trail: 'O Tratado Descritivo do Brasil em 1587'. The main content area is titled 'O Tratado Descritivo do Brasil em 1587' and features a central image of the book's title page. To the right of the image is a text block providing context about the book and its author. To the left is a sidebar with navigation options.

Objeto de Aprendizagem (por Daniel Aroni Alves)

O Tratado Descritivo do Brasil em 1587

Os viajantes e o imaginário do século XVI

A Bahia de Gabriel Soares de Sousa

Os olhares sobre os indígenas

TRATADO DESCRIPTIVO DO BRAZIL EM 1587,

OBRA DE **GABRIEL SOARES DE SOUZA,**

Senhor de engenho da Bahia, e'elle residente de certo anno, seu vereador da Câmara, etc.

Edição castigada pelo estudo a nome de muitos codices manuscritos existentes no Brazil, em Portugal, Hespanha e França, e acrescentada de alguns commentarios a obra por Francisco Adolpho de Varnhagen.

RIO DE JANEIRO

TYPOGRAPHIA UNIVERSAL DE LAEMMERT

Rua dos Inválidos, 61 B.

No século XVI, como registro das aventuras dos viajantes portugueses por "mares nunca de antes navegados", ganham espaço as chamadas narrativas de viagem, sendo o [Tratado Descritivo do Brasil em 1587](#), de Gabriel Soares de Sousa (década de 1540 - 1591), um de seus expoentes. No livro, tem-se a história de parte do primeiro século de fundação da colônia contada a partir do olhar de um viajante, colono e conquistador. No ano de 1569, o português Gabriel Soares se dirigia para Moçambique (África) quando a nau em que se encontrava teria errado o caminho, aportando na Bahia. E, por lá, Soares de Sousa acabou se estabelecendo: na região de Salvador, se tornou senhor de engenho, de terrenos e casas, além de proprietário de escravos e gado. Chegou a ser vereador da câmara da cidade.

Entre os anos de 1584 e 1587, no período de união das coroas portuguesa e espanhola, Gabriel esteve na

Além de conteúdos textuais retirados da dissertação e adaptados para uma linguagem menos acadêmica, a primeira página do O. A. possui *links* e sugestões de leituras, explicação sobre a imagem utilizada na página e um vídeo apresentado pelo escritor e documentarista Maurício Melo Júnior, comentando um pouco sobre a vida e a obra de Gabriel Soares:

 Sobre a imagem acima:

A imagem acima é a contracapa da primeira edição do livro *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares de Sousa, publicado pelo historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen, em 1851. A obra completa encontra-se digitalizada no site da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, da Universidade de São Paulo (USP). Para conferir, acesse: <https://www.bbm.usp.br/node/96>

 Para saber mais, assista ao vídeo:

Neste vídeo da série *Brasil das Letras* do Canal do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), o escritor e jornalista Maurício Melo Júnior comenta um pouco sobre a obra de Gabriel Soares de Sousa que, segundo Maurício, apresenta alguns exageros.



O imaginário do homem europeu do século XVI é a temática da segunda página do objeto de aprendizagem. Assim como na primeira página, a segunda traz explicações sobre as imagens utilizadas ao longo do texto e sugestões de leituras:

Objeto de Aprendizagem (por Daniel Aroni Alves) Anterior Seguinte

O Tratado Descritivo do Brasil em 1587

[Os viajantes e o imaginário do século XVI](#)

A Bahia de Gabriel Soares de Sousa

Os olhares sobre os indígenas

Os viajantes e o imaginário do século XVI

No imaginário dos viajantes e cronistas das décadas de 1500, viajar significava entrar em contato com o desconhecido, ao mesmo tempo, maravilhoso e assustador. Sobre esse aspecto, Guillermo Giucci (1992, pp. 71-72) aponta que, entre as aberrações localizadas além-mar, mas muito presentes dentro do imaginário medieval, estavam pigmeus, gigantes, grifos ferocíssimos, antropófagos horríveis, amazonas descendentes de Hércules, hipópodes e dragões: "essa visão do remoto, materializada textualmente como espaço do prodígio, da monstruosidade, da barbárie, da desmesura e do extraordinário, [...] foi se impondo, apesar da oposição das vozes discordantes e de interpretações alternativas, no imaginário do ocidente medieval". No entanto, o maravilhoso mostrava mais sobre as ideologias de quem o fabricava do que sobre a realidade reproduzida. Era uma fusão entre a realidade e o mito, transformando-se em "uma forma de narrar e de absorver imagens", que, por conta dos muitos excessos, gerou "uma imagem empobrecedora da alteridade" (GIUCCI, 1992, pp. 14-16).



O português Gabriel Soares de Sousa, por exemplo, em seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, extravasou seu imaginário e lançou seu olhar de espanto sobre os seres maravilhosos do Brasil. Segundo o colono, os moradores dos recôncavos da Bahia tinham suas vidas ameaçadas por homens marinhos, conhecidos como upupiaras. Gabriel também não hesitou em falar sobre as amazonas, que, segundo o colono, formavam um grande exército de mulheres guerreiras que viviam às margens do maior rio de água doce da colônia: "mulheres, que dizem ter uma só teta, que pelejam com arco e flecha, e se governam e

Na segunda página, além de assistir ao vídeo da série *Brasil no olhar dos viajantes*, produzida pela TV Senado, o educando também poderá acessar a reprodução de algumas

xilogravuras retiradas da obra de outro cronista do século XVI, o frei francês André Thevet, e solucionar as primeiras questões de escolha múltipla:

Outras gravuras encontradas na obra do frei francês André Thevet (séc. XVI). Clique sobre elas para ampliá-las.



Para saber mais, assista ao vídeo:

Neste primeiro episódio da série *Brasil no olhar dos viajantes*, da TV Senado, saiba mais sobre quem foram os viajantes que aportaram no Brasil durante o século XVI e quais os olhares lançados por eles sobre a fauna, a flora e as etnias indígenas brasileiras. Destaque para as obras dos portugueses Pero Vaz de Caminha (1500) e Pero de Magalhães Gandavo (1576), do francês Jean de Léry (1578) e do padre jesuíta Fernão Cardim (obras produzidas entre 1583 e 1601).



A terceira página do O. A. traz o contexto histórico vivenciado por Soares de Sousa na Bahia de Todos os Santos, com enfoque para a relação conflituosa entre colonos, jesuítas e indígenas:

Objeto de Aprendizagem (por Daniel Aroni Alves) Anterior Seguinte


A Bahia de Gabriel Soares de Sousa Menu

O Tratado Descritivo do Brasil em 1587

Os viajantes e o imaginário do século XVI

A Bahia de Gabriel Soares de Sousa

Os olhares sobre os indígenas



Próximo à região de Jaguaripe, no Recôncavo Baiano, Gabriel Soares de Sousa ergueu seu engenho de açúcar, depois de sua vinda para o Brasil, por volta do ano de 1569. Nesse ano, o governador-geral do Brasil era Mem de Sá. De acordo com Schwartz (1985), durante o governo de Mem de Sá (1558-1572), especialmente nas décadas de 1560 e 1570, foram conquistadas novas terras e construídos mais engenhos no Recôncavo. Com o pretexto de auxiliar os jesuítas no combate aos rituais antropofágicos dos gentios, Sá promoveu guerras que

Por meio de comentários, os exercícios interativos presentes nas páginas permitem que os alunos identifiquem os erros contidos nas alternativas:

Texto para a questão a seguir:

Em reparo e acrescentamento estará bem empregado todo o cuidado que Sua Majestade mandar ter deste novo reino, pois está capaz para se edificar nele um grande império, o qual com pouca despesa destes reinos se fará tão soberano que seja um dos Estados do mundo porque terá de costa mais de mil léguas, como se verá por este Tratado no tocante à cosmografia dele, cuja terra é quase toda muito fértil, mui sadia, fresca e lavada de bons ares e regada de frescas e frias águas. Pela qual costa tem muitos, mui seguros e grandes portos, para nele entrarem grandes armadas, com muita facilidade, para as quais tem mais quantidade de madeira que nenhuma parte do mundo, e outros muitos aparelhos para se poderem fazer (SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. pp. 09-11).

O trecho extraído do *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* mostra

- o quanto o colono Gabriel Soares de Sousa almeja explorar as riquezas minerais do Rio São Francisco.
- os diferentes olhares de Gabriel Soares de Sousa sobre as etnias indígenas do Brasil, ora descrevendo-as como amigas dos portugueses, ora como inimigas.
- o mau relacionamento que Gabriel Soares tinha com os padres da Companhia de Jesus.
- o quanto Gabriel Soares quis chamar a atenção do rei para todas as riquezas e potencialidades do Brasil, que evidenciavam o quanto a colônia poderia ser lucrativa e merecedora de investimentos reais.
- o imaginário europeu do século XVI, que alimentava a existência de seres monstruosos e maravilhosos além das fronteiras do mundo ocidental.

Resposta incorreta.

Comentário: apesar de ser um fato o interesse que Gabriel tinha de receber do rei Filipe II a mercê para explorar as riquezas minerais do Rio São Francisco (mercê esta que veio a ser concedida pelo rei a Gabriel), não é isso que está evidenciado no texto.

Os olhares do colono português Gabriel sobre os indígenas brasileiros do século XVI são o destaque da quarta e última página do objeto de aprendizagem:

Objeto de Aprendizagem (por Daniel Aroni Alves)

Anterior

O Tratado Descritivo do Brasil em 1587

Os viajantes e o imaginário do século XVI

A Bahia de Gabriel Soares de Sousa

[Os olhares sobre os indígenas](#)

Os olhares sobre os indígenas

Menu



Mesmo sendo narrado em terceira pessoa, com poucas e discretas passagens em primeira pessoa, a leitura do *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* permite perceber que Gabriel Soares de Sousa utilizou-se basicamente de seus conhecimentos, lembranças e experiências pessoais para contar a sua versão das histórias e realidades vivenciadas pela colônia em formação, mostrando como o imaginário do autor, ao descrever o Brasil, suas riquezas, “heróis” e suas gentes, pode ter sido influenciado por arquétipos e mitos de seu tempo e de tempos passados.

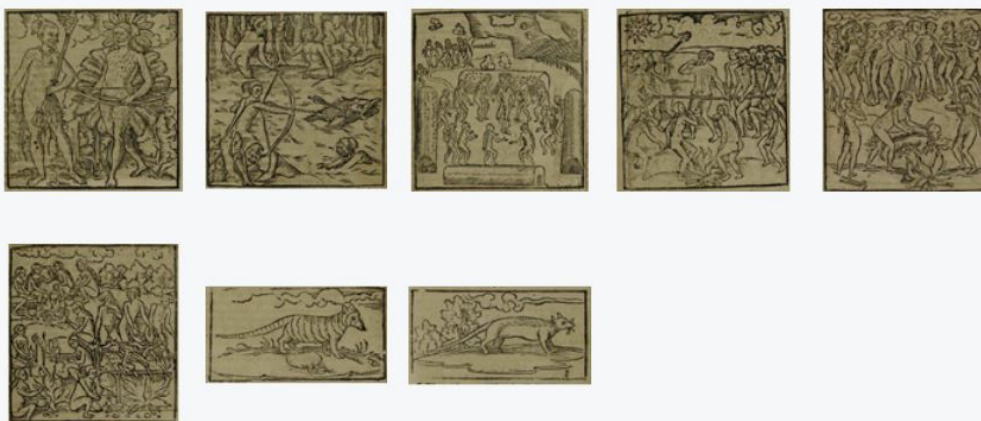
No *Tratado Descritivo*, os “heróis” de Sousa são os colonizadores do Novo Mundo, os donatários das capitanias e os primeiros governadores-gerais da colônia. Para o autor, os “heróis” colonizadores do Brasil eram aqueles que

Contudo, como o *Tratado Descritivo* não foi ilustrado por xilogravuras (assim como ocorreu com outras obras quinhentistas), a quarta página do O. A. apresenta imagens de etnias indígenas e rituais de antropofagia retiradas da obra *Duas viagens ao Brasil* (1557), do mercenário alemão Hans Staden:

Outras gravuras encontradas na obra do alemão Hans Staden



(séc. XVI). Clique sobre elas para ampliá-las.



Com a inserção no objeto de aprendizagem das xilogravuras presentes nas obras de outros cronistas do século XVI, como o frei francês André Thevet e o mercenário alemão Hans Staden, a meta é fazer com que os educandos se interessem pela pesquisa e contato direto com as versões originais das obras desses viajantes que estiveram no Brasil durante as décadas de 1500. Por fim, ainda na quarta página, o discente poderá assistir ao episódio da série *Histórias do Brasil*, da TV Brasil, intitulado *Antes do Brasil, Cabo Frio, 1530* (que retrata as primeiras décadas da colônia e as interpretações europeias sobre os indígenas), e responder atividades avaliativas de escolha múltipla:




Para saber mais, assista ao vídeo:



Intitulado *Antes do Brasil, Cabo Frio, 1530*, esse primeiro episódio da série *Histórias do Brasil* (série produzida pela TV Brasil), mostra a necessidade e a fragilidade das relações humanas na América portuguesa.



 Se quiser assistir ao vídeo acima no YouTube, [clique aqui](#).



Perguntas de escolha múltipla



Texto para as questões de 01 a 04.

Em que se declara o modo e a linguagem dos tupinambás.

Ainda que os tupinambás se dividiram em bandos, e se inimizaram uns com outros, todos falam uma língua que é quase geral pela costa do Brasil, e todos têm uns costumes em seu modo de viver e gentilidades; os quais não adoram nenhuma coisa, nem têm nenhum conhecimento da verdade, nem sabem mais que há morrer e viver; e qualquer coisa

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando aportou na Bahia de todos os Santos, por volta do ano de 1569, o português Gabriel Soares de Sousa trouxe consigo não apenas a sua ambição por enriquecimento fácil e por condições melhores de vida em comparação com as que ele provavelmente tinha em Portugal. Ao cruzar o Atlântico e chegar no Brasil, Sousa também possuía como bagagem todo o imaginário do homem europeu do século XVI. Imaginário este fértil em relação às possíveis novidades que poderiam ser encontradas além-mar, mas ao mesmo tempo limitante no que se referia aos povos indígenas.

Para Gabriel, assim como para a maioria dos viajantes quinhentistas, a outra margem do ocidente configurava um maravilhoso Novo Mundo, com abundância de recursos naturais, plantas, animais, comida e riquezas minerais, mas, ao mesmo tempo, povoado por habitantes bárbaros, bestiais e selvagens. O pensamento político-religioso português quinhentista chegava a negar a humanidade das etnias indígenas brasileiras, bem como seu sistema político, organização social e suas crenças. No imaginário luso, só era filho de Deus quem era branco, europeu, católico, civilizado, letrado e fidalgo. Para grande parte dos portugueses, os nativos do Brasil encontravam-se em um estágio evolutivo próximo aos animais, sendo considerados, portanto, servos naturais, da maneira conceituada e debatida por Aristóteles, Santo Agostinho e Ptolomeu de Lucca. Na condição de servos por natureza, os indígenas brasileiros deviam entregar suas liberdades aos seus senhores portugueses, responsáveis por tutelarem a salvação de suas almas inferiores.

Inspirado por relatos de viagens, como os de Colombo e Vespúcio, e por histórias de cavalaria, como a Demanda do Santo Graal e Amadís de Gaula, Gabriel Soares elencou heróis e vilões para o seu *Tratado Descritivo do Brasil*. De um lado, estavam os heróis colonizadores e colonos, que arriscavam suas próprias vidas em prol do desenvolvimento da colônia, que não poupavam esforços e recursos para garantirem o bem-estar de seus semelhantes portugueses e o bom usufruto da terra e de todas as suas abundantes riquezas. Eram aqueles que montavam engenhos e fortificações e exploravam novos territórios, lutando contra todo tipo de obstáculos e ameaças, como as investidas de corsários franceses e de nativos antropófagos. De outro, como vilões da história, estavam os próprios corsários franceses e aqueles grupos indígenas hostis, que se opunham à colonização e às vontades de seus senhores brancos. Nesse contexto, a antropofagia ritual praticada por algumas etnias brasileiras foi superdimensionada e deturpada pelos portugueses e por Gabriel, abrangendo praticamente todas as populações indígenas que imprimiam barreiras aos intentos lusitanos. Portanto, a acusação de “canibais”, bem como as guerras intertribais e a luxúria,

se tornaram justificativas centrais para a dominação portuguesa, a tomada de territórios, a guerra justa contra os indígenas hostis e a escravização dos mesmos.

Durante o século XVI, os manuscritos produzidos no Brasil e remetidos às coroas ibéricas foram redigidos, na maior parte das vezes, por funcionários dos reis ou por padres da Companhia de Jesus, que tinham a obrigação de prestarem contas aos seus superiores. Contudo, em uma direção diferente, esteve o português foco desta dissertação, pois não era nem um funcionário régio nem um religioso da Companhia. Conforme mencionamos, muito provavelmente o principal interesse de Gabriel, ao escrever e ofertar seu *Tratado* ao rei Filipe II, foi o de receber as permissões régias necessárias para realizar a sua busca por metais preciosos no Rio São Francisco.

No Brasil, o viajante Gabriel desenvolveu um outro lado de sua identidade, talvez o mais expressivo deles: o de um dos colonos do Novo Mundo. Na Bahia de Todos os Santos, criou raízes e se tornou um grande senhor de engenho. Contudo, também enfrentou muitos desafios, como a falta de mão de obra para as suas lavouras, os entraves colocados por padres jesuítas no que se referia ao trabalho forçado dos indígenas, a proibição da escravização dos nativos a partir de 1570 e a própria resistência indígena contra os excessos cometidos por seus senhores, a exemplo da insurreição anticolonialista conhecida como Santidade de Jaguaripe. Nesse contexto e tomado por suas ambições de enriquecimento e poder, Gabriel foi até Madri, durante o período da União Ibérica, para pedir ao rei Filipe II a mercê que lhe daria o aval necessário para a exploração de riquezas minerais pelo Rio São Francisco, no sertão baiano. Sabendo que o rei espanhol, a pouco tempo no comando das empresas ibéricas, necessitava do maior número possível de informações sobre as colônias, Sousa não hesitou em escrever e ofertar seus livros ao monarca, em um período em que havia essa expectativa por parte dos colonos de serem premiados pelo bom desempenho de seus trabalhos. Gabriel utilizou o seu *Tratado Descritivo* como um recurso de poder, para expor ao rei todo o seu conhecimento sobre a colônia e mostrar-se merecedor da mercê de *Capitão-mor e Governador da conquista e descobrimento do Rio São Francisco*. Gabriel guarneceu, então, Filipe II com todas as informações que ele julgava interessantes e estratégicas, como quais localidades necessitavam ser fortificadas ou melhor exploradas, quais eram as mazelas brasileiras que precisavam ser combatidas e, ao mesmo, quais eram as riquezas do país que podiam render bons retornos econômicos. Além disso, apresentou as regiões onde havia a esperança de se encontrar ouro e pedras preciosas e as etnias indígenas que poderiam ser facilitadoras ou dificultadoras dos processos de conquista e colonização do território brasileiro.

Sendo assim, o colono Soares de Sousa lançou em sua obra seus olhares sobre as etnias brasileiras, dividindo-as em duas grandes categorias: os bons e os maus selvagens, categorias estas que já se faziam presentes em relatos de viagens, como os de Colombo, e no regimento do

governador-geral Tomé de Sousa. Nesse sentido, Tapuias, maracás, tupiniquins, guaianases e carijós foram descritos por Sousa como bons selvagens, pois, além de não serem hostis para com os portugueses, auxiliavam os colonos ao repassarem informações estratégicas sobre a colônia e ao lutarem do lado lusitano na guerra contra os maus indígenas e os corsários franceses. Também eram bons porque forneciam escravos de guerra para os portugueses ou ainda porque se submetiam à servidão na lida com os engenhos e as lavouras de cana-de-açúcar. Por sua vez, os potiguares, os caetés, os aimorés, os goitacases, os tamoios, os tupinaés, os amoipiras, os ubirajaras e os tupinambás são os maus selvagens do livro. Maus selvagens porque causavam danos aos engenhos e prejuízos aos colonos, destruíam lavouras, matavam portugueses e escravos ou se aliavam aos franceses. Foi interessante notar como que, quanto mais hostil e má era considerada uma etnia, mais Gabriel associava a ela características negativas aos olhos europeus, como a guerra intertribal, a poligamia, a luxúria e, principalmente, o canibalismo.

Como destacamos, o olhar ambicioso e interesseiro de Sousa se faz muito presente no *Tratado*. Em toda a obra, parece haver um viés econômico muito intenso. Diante disso, é possível inferirmos que, ao inferiorizar algumas etnias brasileiras, Gabriel quis mostrar ao rei Filipe quais grupos indígenas mereciam ser castigados com a guerra justa, restando aos vencidos a também justa escravização para o trabalho nos engenhos. Com o objetivo de reforçar essa suposta inferioridade de algumas etnias brasileiras, Sousa, por diversos momentos, deixou transparecer seu olhar de espanto sobre a sodomia, o incesto, os conflitos intertribais e a antropofagia indígenas. Por outro lado, ao mostrar aquelas etnias boas, o colono pode ter tido como principal intuito notificar o rei sobre quais grupos ele poderia contar para a exploração econômica da colônia, para o trabalho nos engenhos e para a ampliação e proteção dos territórios conquistados.

Ao analisarmos o *Tratado Descritivo*, percebemos que os olhares sobre o *Outro* indígena são carregados eminentemente de construções negativas. O “diferente” aflora de forma conflituosa na obra, tão conflituosa quanto o próprio contexto em que o livro foi escrito. Os nativos brasileiros são elevados à categoria de animais irracionais, inferiores, bárbaros, selvagens, desconhecedores da fé católica e, na maior parte das vezes, entraves para a conquista e a colonização portuguesas. Concluimos também que os olhares do Gabriel Soares viajante cronista português se entrecruzam e se misturam com os olhares do Gabriel colono da Bahia quinhentista, junção esta que confere características únicas a esses olhares. Vale ressaltar ainda a forma como que os olhares sobre o *Outro* contribuem para reforçar a identidade de Soares de Sousa. Ao falar sobre os indígenas brasileiros, Gabriel, como se olhasse para um espelho, na realidade, trouxe à tona o seu imaginário de viajante cronista português e o contexto histórico por ele vivenciado enquanto colono da Bahia quinhentista. Nesse jogo de olhares refletidos, Sousa enalteceu os valores religiosos, econômicos e

políticos de si mesmo e de seus superiores. Da primeira à última linha de sua obra, não é eminentemente sobre o Brasil, suas riquezas e suas gentes que Soares trata, mas sim sobre seus próprios interesses, realidades, anseios, ambições e convicções. O *Outro* indígena não é compreendido por Gabriel, mas, sim, é inferiorizado, distorcido e inventado por ele.

Diante disso, constatamos que o *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* e, de forma geral, as narrativas europeias produzidas sobre a América portuguesa durante o século XVI, principalmente quando retratam as etnias indígenas, podem ser boas fontes de pesquisa, mas eminentemente para estudos sobre seus próprios autores e sobre as categorias que eles representavam (colonizadores, colonos, jesuítas, viajantes...), pois dão ênfase aos objetivos que eles tinham e aos intentos das coroas para as quais eles serviam. Essas fontes também podem ser consideradas para pesquisas relacionadas à história dos indígenas, contudo, é necessário ter muito cuidado, pois muito pouco dizem sobre, de fato, quem foram essas etnias, seus reais costumes, enfrentamentos e contribuições. Através desta dissertação, verificamos que os discursos encontrados nessas produções quinhentistas são capazes de refletir muito mais a ordem dominante, isto é, o Novo Mundo e suas gentes sob os olhares dos colonizadores e não dos colonizados. Tais obras evidenciam, na maior parte das vezes, o imaginário, o contexto histórico e os interesses econômicos, políticos e religiosos desses autores ibéricos. Mas, conforme mostramos, o *Tratado Descritivo* traz também elementos que nos permitem identificar que, em muitos momentos, a cultura e os conhecimentos indígenas foram apropriados pelos colonos, que viam nesse modo de viver dos nativos a chave para sobreviverem em um Novo Mundo, bem diferente da então conhecida Europa. Nesse sentido, são muitos os trechos da obra que mostram o quanto era interessante para os colonos saberem como era a cultura alimentar desses nativos, os alimentos que consumiam, como os obtinham e os preparavam; como se defendiam dos ataques de etnias inimigas, como guerreavam e as armas que utilizavam; como faziam uso de plantas e frutos medicinais para curarem e se prevenirem de doenças e, quando o objetivo era matar, como se apropriavam de ervas e substâncias venenosas. Da mesma forma, era importante para os colonos conhecerem as matérias-primas manuseadas pelos indígenas para a fabricação de seus utensílios e artefatos, bem como as localidades que eles percorriam, que eram seguras ou tomadas pela possibilidade de metais e pedras preciosas.

O objeto de aprendizagem (O. A.) aqui apresentado trouxe uma proposta construtivista de integração das temáticas abordadas pela dissertação, que estão contempladas pelo Conteúdo Básico Comum (CBC) de História para o ensino médio nas escolas estaduais mineiras e pela lei federal Nº 11.645/08, que institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura afro-brasileira e indígena nas escolas brasileiras públicas e privadas de ensino fundamental e de ensino médio. Com isso, por meio de uma plataforma digital gratuita e de fácil manuseio conhecida como *eXeLearning*,

conseguimos utilizar as tecnologias da informação e comunicação (TICs) em prol da educação e desenvolver um produto educacional para auxiliar os educadores de História nos processos de ensino e aprendizagem de conteúdos em sala de aula.

Ao mesclar textos, imagens e vídeos, o objeto de aprendizagem aqui desenvolvido se atentou para a diversidade de alunos, que podem ter gostos diversos no tocante à forma como os assuntos são disponibilizados. O moderno formato digital do objeto de aprendizagem promete cativar a atenção e o interesse dos adolescentes nativos digitais, que já estão acostumados com as tecnologias no cotidiano, podendo acessar o O. A. de qualquer tipo de computador ou dispositivos móveis, como *tablets* e *smartphones*. Mesmo estando em formato digital, o objeto de aprendizagem não necessita de internet para ser utilizado, o que pode ser muito interessante, tendo em vista a realidade de escolas públicas de Minas Gerais, que não possuem internet disponível para seus alunos. Por sua vez, os exercícios interativos presentes no O. A. podem ser boas ferramentas de treino e autoavaliação para os discentes. Associado a uma proposta de sequência didática de atividades, o objeto de aprendizagem busca ser uma ajuda ajustada para os discentes, para que tenham acesso aos olhares europeus lançados sobre os indígenas brasileiros do século XVI, de maneira que possam construir uma reflexão crítica sobre esse encontro entre portugueses e ameríndios e sobre como se deu a construção da imagem do *Outro* indígena.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos da história colonial**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/kp484>>. Acesso em: 24 out. 2018.

AGNOLIN, Adone. **O apetite da antropologia**. O sabor antropofágico do saber antropológico: alteridade e identidade no caso tupinambá. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

AZEVEDO, Ana Maria de. O Índio brasileiro (o “olhar” quincentista e seiscentista). In: CRISTÓVÃO, F. (coord.). **Condicionantes culturais da Literatura de Viagens**: estudos e bibliografias. Coimbra: Almedina, 2002. p. 303-335.

AZEVEDO, Gabriela Soares de. **Leituras, notas, impressões e revelações do Tratado Descritivo do Brasil em 1587 de Gabriel Soares de Sousa**. 2007. 153f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.bdttd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=760>. Acesso em: 27 out. 2018.

_____. **O Averso da Costura**: uma análise dos escritos de Gabriel Soares de Sousa (c.1540-1591). 2015. 135f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popUp=true&id_trabalho=2434188>. Acesso em: 23 out. 2018.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Recôncavo: território, urbanização e arquitetura. In: CAROSO, C.; TAVARES, F.; PEREIRA, C. (org.). **Baía de todos os santos**: aspectos humanos. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 205-253. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/jy7mt>>. Acesso em: 25 out. 2018.

BÉVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1081-1102, set./dez. 2009.

BOXER, Charles Ralph. **O império marítimo português 1415-1825**. Lisboa: Edições 70, 2014.

BRAGA, Juliana Cristina (org.). **Objetos de aprendizagem**: introdução e fundamentos. Santo André: Editora da UFABC, 2014. v.1.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 8.752 de 9 de maio de 2016**. Brasília, DF, 2016. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm>. Acesso em: 16 fev. 2018.

_____. Presidência da República. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.645 de 10 março de 2008**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em: 14 fev. 2018.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 44-67.

CAILLÉ, Alain. O político-religioso. Dezessete (e mais uma) teses embrionárias escritas em um espírito de tópica sociológica. **Sociófilo**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 300-307, 2014.

CAMÕES, Luís Vaz de. **Os Lusíadas**. Prefácio de Álvaro Júlio da Costa Pimpão; apresentação de Aníbal Pinto de Castro. 4. ed. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2000. 560 p.

CARVALHO, Teresa Margarida Duarte. Caminhos de Alteridade na Eneida e n'Os Lusíadas. **Biblos - Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra**, n. 2, p. 553 – 572, 2004. Disponível em: <<https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/handle/10316.2/39989>> Acesso em: 17 jun. 2017.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

CORREIA, João David Pinto. Deslumbramento, horror e fantasia: o olhar ingênuo na literatura de viagens. In: CRISTÓVÃO, Fernando (org.). **O olhar do viajante: dos navegadores aos exploradores**. Coimbra: Almedina, 2003. p. 11-33.

COSTA, Rodrigo Franco da. O contexto histórico de Portugal traduzido na épica camoniana Os Lusíadas. **Revista Tempo de Conquista**. n. 14, p. 01-23, dez. 2013. Disponível em: <<http://revistatempodeconquista.com.br/documents/RTC14/RODRIGOFRANCODACOSTA.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

COSTA, Sandra Regina Santana; DUQUEVIZ, Barbara Cristina; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. Tecnologias Digitais como instrumentos mediadores da aprendizagem dos nativos digitais. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 603-610, set. /dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v19n3/2175-3539-pee-19-03-00603.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

COUTO, Jorge. **A Contrução do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de quinhentos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CRISTÓVÃO, Fernando (org.). **O olhar do viajante: dos navegadores aos exploradores**. Coimbra: Almedina, 2003.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Tradução do prof. Lourenço Filho. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 13-87.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. Trad. Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 291-306.

FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. Prefácio. In: SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.fundar.org.br/bbb/index.php/project/tratado-descritivo-do-brasil-1587-gabriel-soares-de-sousa/>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

FERRAZ, Roberta Figueiredo. A viagem incompleta: destino e identidade em Os Lusíadas e Um Filme Falado. **Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura**, São Paulo, v. 09, n. 1, p. 135–141, 2007. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/662/593>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS JUNIOR, N. I. de; FREITAS, N. M. C. de. Objetos de aprendizagem para o ensino da história: uma busca na web. **Rev. Latino-Americana de História**. v. 2, n. 6, p. 752-766, ago. 2013.

FUJIMOTO, Juliana. **A guerra indígena como guerra colonial – as representações e o lugar da belicosidade indígena e da antropofagia no Brasil colonial (séculos XVI e XVII)**. 2016. 270f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10042017-123359/publico/2016_JulianaFujimoto_Vorig.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2019.

GIUCCI, Guillermo. **Viajantes do Maravilhoso: o Novo Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GRECCO, Gabriela de Lima. História e literatura: entre narrativas literárias e históricas, uma análise através do conceito de representação. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 06, n. 11, p. 39-53, jul. 2014. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/201/195>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

HANSEN, João Adolfo. A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o bárbaro. In: NOVAES, Adauto (org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 347-376.

JUNG, Carl Gustav. **O homem e seus símbolos**. Tradução de Maria Lucia Pinho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia**. Tradução de Francisco Cock Fontanella. 3. ed. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2002.

KUCHENBECKER, Valter. **O homem e o sagrado**. 8. ed. Canoas: ULBRA, 2004. p. 15-31.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão... [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

_____. **Heróis e maravilhas da Idade Média**. Tradução de Stephania Matousek. Petrópolis: Vozes, 2013.

MAURI, Teresa. O que faz com que o aluno e a aluna aprendam os conteúdos escolares? In: COLL, César et al. **O construtivismo na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2009. p. 79-121.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado de Educação. **Conteúdo básico comum (CBC) de história para o ensino médio**. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7B80A9F6A7-110D-42C2-ACB1-A52372D19CB6%7D_LIVRO%20DE%20HISTORIA.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

MIRANDA, Bruna Baldini de. **A trajetória editorial da obra de Gabriel Soares de Sousa**. 2015. 246f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3353312>. Acesso em: 23 out. 2018.

MONTEIRO, John Manuel. Prefácio. In: AGNOLIN, Adone. **O apetite da antropologia**. O sabor antropofágico do saber antropológico: alteridade e identidade no caso tupinambá. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

_____. **Tupis, tapuias e historiadores:** estudos de história indígena e do indigenismo. Tese (Livre Docência) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2001.

NOVAES, Adauto. **A outra margem do ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 07-14.

OLIVEIRA, Katia Aparecida da Silva. Entre cavaleiros e pícaros: literatura e sociedade na Espanha da idade média ao renascimento. **SIGNUM** – Revista da ABREM, v. 18, n.1, p. 104-122, 2017. Disponível em: <<http://www.abrem.org.br/revistas/index.php/signum/article/view/257/267>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

OLIVEIRA, Pedro Hermes de. **A companhia de Jesus no Brasil durante o reinado de Filipe II:** transformações e permanências. 2017. 168f. Dissertação (Mestrado em História Ibérica) – Programa de Pós-graduação em História Ibérica, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2017.

ONRUBIA, Javier. Ensinar: criar zonas de desenvolvimento proximal e nelas intervir. In: COLL, César et al. **O construtivismo na sala de aula.** São Paulo: Ática, 2009. p. 123-150.

PALAZZO, Carmem Lícia. **Entre mitos, utopias e razão:** os olhares franceses sobre o Brasil (séculos XVI a XVIII). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 61-77. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=hr5A5A1NepoC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Índios, naufragos, moradores, missionários e colonos em Kirimurê no século XVI: embates e negociações. In: CAROSO, C.; TAVARES, F.; PEREIRA, C. (org.). **Baía de todos os santos:** aspectos humanos. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 70-101. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/jy7mt>>. Acesso em: 25 out. 2018.

PERRENOUD, Philippe. A escola frente à complexidade. In: _____. **Ensinar:** agir na urgência, decidir na incerteza. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 29-59.

PIMENTA, Tamy de Macedo. **Da alteridade n'Os Lusíadas:** um olhar hegeliano sobre o outro no discurso identitário português. 2014. 18f. Trabalho de Pós-graduação – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.academia.edu/27961425/DA_ALTERIDADE_NOS_LUS%C3%8DADAS_UM_OLHAR_HEGELIANO_SOBRE_O_OUTRO_NO_DISCURSO_IDENTIT%C3%81RIO_PORTUGU%C3%8AS>. Acesso em: 02 dez. 2016.

PRATA, Maria Regina dos Santos. A produção da subjetividade e as relações de poder na escola: uma reflexão sobre a sociedade disciplinar na configuração da atualidade. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 28, p. 108-114, jan. / fev. / mar. / abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n28/a09n28.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

ROUANET, Sergio Paulo. O mito do bom selvagem. In: NOVAES, Adauto (org.). **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 417-440.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos codices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e acrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4795>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

_____. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos codices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e acrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda edição mais correcta e acrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4792>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

_____. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.fundar.org.br/bbb/index.php/project/tratado-descritivo-do-brasil-1587-gabriel-soares-de-sousa/>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

SOUZA, Genésio Seixas. Aspectos e reflexões do léxico da linguagem de marinharia em “Notícia do Brasil”, de Gabriel Soares de Sousa. In: Jornada – GELNE, 20, 2004, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste, 2004. p. 967-972. Disponível em: <<http://gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2004/PDF/Gen%E9sio%20Seixas%20Souza.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2017.

SOUZA, Laura de Mello e. **Inferno Atlântico: demonologia e colonização (séculos XVI-XVIII)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. A viagem e o seu relato. **Revista de Letras**, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 231-244, jan. / jun. 2006.

TYERMAN, Christopher. What the crusades meant to Europe. In: LINEHAN, Peter; NELSON, Janet L. (org.). **The Medieval World**. New York: Routledge, 2007, p. 521-575 (epub).

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. Ao Instituto Historico do Brazil. In: SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brazil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos codices manuscriptos existentes no Brazil, em Portugal, Hespanha e França, e acrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4795>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

_____. Additamento. In: SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brazil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos codices manuscriptos existentes no Brazil, em Portugal, Hespanha e França, e acrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda edição mais correcta e acrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4792>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

VASCONCELOS, Pedro. De redes a territórios: o Império colonial português. **Rev. de Geografia e ordenamento do território**, Porto, n. 10, dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-12672016000200003>. Acesso em: 24 out. 2018.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 13-51.

ZIEBELL, Zinka. **Terra de Canibais**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. p. 01-60.

**APÊNDICE A – Teses, dissertações e artigos com os temas “Gabriel Soares de Sousa” e
“Tratado Descritivo do Brasil em 1587”**

Quadro 1 – Teses e Dissertações com os temas “Gabriel Soares de Sousa” e “Tratado Descritivo do Brasil em 1587” encontradas no Catálogo da CAPES

(Continua)

Ano de publicação	Título do trabalho	Autor (a)	Instituição/ Especificidade	Link para download
2003	As ruínas da tradição: 'A Casa da Torre' de Garcia D'Ávila - família e propriedade no nordeste colonial	PESSOA, Angelo Emilio da Silva.	Doutorado em História Social (Universidade de São Paulo - USP)	http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03102005-103312/pt-br.php
2007	Revelações, impressões, notas e leituras do ‘Tratado Descritivo do Brasil em 1587’, de Gabriel Soares de Sousa	AZEVEDO, Gabriela Soares de.	Mestrado em História (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ)	http://www.bdttd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=760
2007	Cronistas de viagem e viajantes cronistas: o pêndulo da representação no Brasil Colonial	RINALDI, Lucinea.	Mestrado em Literatura Brasileira (Universidade de São Paulo - USP)	http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-05102007-151151/pt-br.php
2008	Honra e escravidão: um estudo de suas relações na América Portuguesa, séculos XVI-XVIII	FARIAS, Jackson Ferguson Costa de.	Mestrado em História Social (Universidade de São Paulo - USP)	http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01122008-144717/pt-br.php
2008	O mundo universal: alimentação e aproximação culturais no Novo Mundo ao longo do século XVI	PANEGASSI, Rubens Leonardo.	Mestrado em História Social (Universidade de São Paulo - USP)	http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30072008-110833/pt-br.php
2009	A interface entre o paradisíaco e o	GERVÁSIO, Eduardo	Mestrado em Letras e	https://repositorio.bc.

Quadro 1 – Teses e Dissertações com os temas “Gabriel Soares de Sousa” e “Tratado Descritivo do Brasil em 1587” encontradas no Catálogo da CAPES

(Continua)

Ano de publicação	Título do trabalho	Autor (a)	Instituição/ Especificidade	Link para download
	bestiário na cronística colonial brasileira	Vieira.	Linguística (Universidade Federal de Goiás - UFG)	ufg.br/tede/handle/tde/2453
2010	O domínium sobre os indígenas e africanos e a especificidade da soberania régia no Atlântico - Da colonização das ilhas à política ultramarina de Felipe III (1493 - 1615)	BONCIANI, Rodrigo Faustini.	Doutorado em História Social (Universidade de São Paulo - USP)	http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-24082010-145820/pt-br.php
2011	As representações da 'Natureza' nas obras de cronistas e viajantes do Brasil Colonial e seus fundamentos teóricos	PEREIRA, Marcio Henrique de Melo.	Mestrado em Literatura Brasileira (Universidade de São Paulo - USP)	http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-30032012-144223/pt-br.php
2013	No qual se trata do que há nos mares e rios deste Novo Mundo: a importância dos recursos pesqueiros na América Portuguesa do século XVI	CONCEIÇÃO, Gisele Cristina da.	Mestrado em História (Universidade Estadual de Maringá - UEM)	http://www.academia.edu/15506028/No_qual_se_trata_do_que_ha_nos_mares_e_rios_deste_Novo_Mundo_A_importancia_dos_recursos_pesqueiros_na_America_portuguesa_do_sculo_XVI

Quadro 1 – Teses e Dissertações com os temas “Gabriel Soares de Sousa” e “Tratado Descritivo do Brasil em 1587” encontradas no Catálogo da CAPES

(Continua)

Ano de publicação	Título do trabalho	Autor (a)	Instituição/ Especificidade	Link para download
2013	As pragas do paraíso: descrições dos insetos e animais considerados inferiores na América portuguesa do século XVI	FILHO, Wellington Bernardelli Silva.	Mestrado em História (Universidade Estadual de Maringá - UEM)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=749072
2013	Épocas, Notas e Citações: A Prática Historiográfica de Francisco Adolfo de Varnhagen na História Geral do Brasil (1854-1857; 1877)	SILVA, Jussara Rodrigues da.	Mestrado em História (Universidade Federal do Espírito Santo - UFES)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=99075
2014	Um estudo histórico da educação sexual do Brasil colonial a partir das representações do corpo feminino encontradas em crônicas e xilogravuras do século XVI	SCALIA, Anne Caroline Mariank Alves.	Doutorado em Educação Escolar (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp)	https://repositorio.une.br/bitstream/handle/11449/115933/000809850.pdf?sequence=1&isAllowed=y
2014	Em tempos de visitas: Inquisição, circulação e oralidade escrava na Bahia	SILVA, Dayane Augusta Santos da.	Mestrado em História (Universidade de Brasília - UnB)	http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17199/1/2014_DayaneAugustaSilva.pdf

Quadro 1 – Teses e Dissertações com os temas “Gabriel Soares de Sousa” e “Tratado Descritivo do Brasil em 1587” encontradas no Catálogo da CAPES

(Continua)

Ano de publicação	Título do trabalho	Autor (a)	Instituição/ Especificidade	Link para download
2015	O Averso da Costura: uma análise dos escritos de Gabriel Soares de Sousa (c.1540-1591)	AZEVEDO, Gabriela Soares de.	Doutorado em História (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ)	Apenas dos dois primeiros capítulos: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2434188
2015	A representação do Novo Mundo na Europa do século XVI a partir dos topoi da memória partilhada	CORREIA, Manoela Freire.	Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3353273
2015	A trajetória editorial da obra de Gabriel Soares de Sousa	MIRANDA, Bruna Baldini de.	Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa (Universidade de São Paulo - USP)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3353312
2015	O mestre de moços: Bento Teixeira e a cultura letrada na América portuguesa em fins do século XVI (c.1566 - c.1595)	SOUZA, Juarlyson Jhones Santos de.	Mestrado em História (Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2462800

Quadro 1 – Teses e Dissertações com os temas “Gabriel Soares de Sousa” e “Tratado Descritivo do Brasil em 1587” encontradas no Catálogo da CAPES

(Continua)

Ano de publicação	Título do trabalho	Autor (a)	Instituição/ Especificidade	Link para download
2016	As Amazonas no imaginário literário/iconográfico da Ibero-América no século XVI	OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de.	Mestrado em História (Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4708479
2016	Bichos bons de se comer, bichos bons de se ter: apropriações da fauna na América portuguesa quinhentista	OLIVEIRA, Natalia Fernanda Ramos de.	Mestrado em Geografia (Universidade Estadual de Maringá - UEM)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4921797
2016	Os Tupinambá no Brasil colonial: aspectos da transmissão musical	OLIVEIRA, Rafael Severiano de.	Mestrado em Artes (Universidade Federal do Pará - UFPA)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3648160
2017	Narrativas de autores ibéricos sobre os índios do Brasil no século XVI: alteridade e conquista	AGUIAR, Ademir Dias de.	Mestrado Profissional em História Ibérica (Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5633499

Quadro 1 – Teses e Dissertações com os temas “Gabriel Soares de Sousa” e “Tratado Descritivo do Brasil em 1587” encontradas no Catálogo da CAPES

(Conclusão)				
Ano de publicação	Título do trabalho	Autor (a)	Instituição/ Especificidade	Link para download
2017	Escritas antropofágicas na América Latina: releituras da História pela Ficção.	GASPAROTTO, Bernardo Antonio.	Doutorado em Letras (Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5943922
2017	A Representação do Índigena na Cartografia Portuguesa do século XVI	PINTO, Luciana de Queiroz.	Mestrado em História Social (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5857564
2018	Um Bestiário Atemporal	FURTADO, Matheus Silveira.	Mestrado em Artes (Universidade de Brasília - UnB)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6309455

Fonte: CAPES, Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em:

<<http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>. Acesso em: dez. 2017.

Quadro 2 – Artigos com os temas “Gabriel Soares de Sousa” e “Tratado Descritivo do Brasil em 1587” encontrados no Portal de Periódicos CAPES/MEC e na base de dados SciELO

(Continua)

Ano de publicação	Título do trabalho	Autor/instituição	Periódico/instituição	Link para download
1990	Imagens de índios do Brasil: o século XVI	CUNHA, Manuela Carneiro da. Universidade de São Paulo (USP).	Estudos Avançados (Universidade de São Paulo - USP)	http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141990000300005&script=sci_arttext&tln g=es
1999	Projetos de promessa: a literatura da expansão ultramarina portuguesa no Brasil (século XVI)	OLIVEIRA FILHO, O. J. de. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).	Revista de Letras (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp)	https://www.jstor.org/stable/27666710?readnow=1&refreqid=excelsior%3Ad919df35fc31e50f6b1dcf7b43bf2c5a&seq=1#page_scan_tab_contents
2000	Quem conta um conto aumenta um ponto: o mito do Ipupiara, a natureza americana e as narrativas da colonização do Brasil	CAMENIETZKI, Carlos Ziller; ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. Museu de Astronomia e Ciências Afins - MCT / Universidade de São Paulo (USP).	Revista de Índias	http://revistadeindias.revistas.sic.es/index.php/revistadeindias/article/view/585/652

Quadro 2 – Artigos com os temas “Gabriel Soares de Sousa” e “Tratado Descritivo do Brasil em 1587” encontrados no Portal de Periódicos CAPES/MEC e na base de dados SciELO

(Continua)

Ano de publicação	Título do trabalho	Autor/instituição	Periódico/instituição	Link para download
2002	Retórica e política sexual na conquista da América: topologias do discurso do gênero	FONSECA, P. C. Universidade Federal de Goiás (UFG).	Signótica - revista do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística e da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (UFG)	https://repositorio.bc.ufg.br/xmlui/bitstream/handle/ri/14639/Artigo%20-%20Pedro%20Carlos%20Fonseca%20-%202002.pdf?sequence=5&isAllowed=y
2002	Escravos de peleja: a instrumentalização da violência escrava na América portuguesa (1580-1850)	LIMA, Carlos A. M. Universidade Federal do Paraná (UFPR).	Revista de Sociologia e Política (Universidade Federal do Paraná)	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782002000100009&lng=pt&nrm=iso
2003	Identidades bestializadas na colônia: monstrosidade, gender e ordem política na cronística portuguesa sobre o Brasil dos séculos XVI e XVII	FONSECA, Pedro Carlos Louzada. Universidade Federal de Goiás (UFG).	Revista SIGNÓTICA – Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás (UFG)	https://www.revistas.ufg.br/sign/article/view/3767/3532

Quadro 2 – Artigos com os temas “Gabriel Soares de Sousa” e “Tratado Descritivo do Brasil em 1587” encontrados no Portal de Periódicos CAPES/MEC e na base de dados SciELO

(Continua)

Ano de publicação	Título do trabalho	Autor/instituição	Periódico/instituição	Link para download
2003	Unidade, diversidade e a invenção dos índios: entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Varnhagen	MONTEIRO, John Manuel. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).	Revista de História (Universidade de São Paulo - USP)	http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18967/21030
2006	Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil	CORRÊA, Dora Shellard. Centro Universitário Fundação Instituto de Ensino para Osasco (UNIFIEO).	Revista Brasileira de História (ANPUH)	http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882006000100005&script=sci_arttext&tlang=pt
2006	Os Padecimentos do Império: Gabriel Soares de Sousa e Sua Pequena Trágico-Marítima	LIMA, Francisco Ferreira de. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).	Scripta: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e do CESPUC (PUC Minas)	http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/13971/10973
2006	O sertão na obra de dois cronistas coloniais: a construção de uma imagem barroca (séculos XVI-XVII)	SILVA, Kalina Vanderlei. Universidade de Pernambuco (UPE).	Estudos Ibero-Americanos – periódico do Programa de Pós-graduação em História da PUC Rio Grande do Sul	http://revistaseltronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamerica/article/view/File/1356/1061

Quadro 2 – Artigos com os temas “Gabriel Soares de Sousa” e “Tratado Descritivo do Brasil em 1587” encontrados no Portal de Periódicos CAPES/MEC e na base de dados SciELO

(Continua)

Ano de publicação	Título do trabalho	Autor/instituição	Periódico/instituição	Link para download
2013	Panorama das representações da cultura oral e da figura indígena na literatura brasileira	AZAMBUJA, M. P. de. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).	Nau Literária (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)	http://www.seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/view/43585/27899
2013	A organização da defesa na Ilha de Itamaracá no período colonial: uma contribuição para a história do litoral de Pernambuco	OLIVEIRA, Ana Lúcia do Nascimento; SANTOS, Josué Lopes dos.	CLIO – Arqueológica (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)	https://www3.ufpe.br/cliuarq/images/documentos/V28N1-2013/2.pdf
2013	Uma breve análise acerca da atuação interétnica dos indígenas da costa brasileira sob a pena de viajantes europeus : (1500-1627)	PIRES, Vinicius. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).	História - revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11699.pdf
2013	Saberes guerreiros de índios e portugueses na formação do Brasil	SANTOS, João Marinho dos. Universidade de Coimbra (UC).	História Revista (Universidade Federal de Goiás - UFG)	https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/29851/22721
2014	A trajetória editorial da obra de Gabriel Soares de Sousa: aspectos linguísticos e filológicos	Miranda, Bruna Baldini de. Universidade de São Paulo (USP).	Revista do GEL (Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo)	https://revistadogel.emnuvens.com.br/rg/article/view/19/175

Quadro 2 – Artigos com os temas “Gabriel Soares de Sousa” e “Tratado Descritivo do Brasil em 1587” encontrados no Portal de Periódicos CAPES/MEC e na base de dados SciELO

(Continua)

Ano de publicação	Título do trabalho	Autor/instituição	Periódico/instituição	Link para download
2015	Música ameríndia no Brasil pré-colonial: uma aproximação com os casos dos Tupinambá e Tapajó	BARROS, Liliam; et al. Universidade Federal do Pará (UFPA).	OPUS – revista eletrônica da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM)	https://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/272
2015	As capitânicas hereditárias no mapa de Luís Teixeira	CINTRA, Jorge Pimentel. Universidade de São Paulo (USP).	Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material (Universidade de São Paulo - USP)	http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142015000200011&script=sci_arttext
2015	As tupi que comem e as que são "comida": antropofagia e representações femininas em crônicas dos séculos XVI e XVII	FARIAS, E. K. G. de; ALMEIDA, S. C. C. de; MEDEIROS, R. P. de. Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).	CLIO – Revista de Pesquisa Histórica (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)	https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24705/19980
2015	O feminino e a feminização da América dos descobrimentos e colonização	LOUZADA FONSECA, Pedro Carlos. Universidade Federal de Goiás (UFG).	Atas do V SIMELP - Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa	http://siba-ese.unile.it/index.php/dvaf/article/view/17928/15280

Quadro 2 – Artigos com os temas “Gabriel Soares de Sousa” e “Tratado Descritivo do Brasil em 1587” encontrados no Portal de Periódicos CAPES/MEC e na base de dados SciELO

(Conclusão)

Ano de publicação	Título do trabalho	Autor/instituição	Periódico/instituição	Link para download
2016	Valentes, diabólicos, invencíveis e aliados: Goitacazes, Temiminós, portugueses, franceses e jesuítas na Capitania do Espírito Santo	BOURGUIGNON, L. N. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).	Brasiliiana - Journal for Brazilian Studies	https://tidsskrift.dk/bras/article/view/23013/22104
2016	A imagem do índio brasileiro na crônica de viagem do Quinhentismo	Fernandes, Luiz Carlos. Universidade Estadual de Londrina (UEL).	Revista de Letras (Universidade Federal do Ceará - UFC)	http://periodicos.ufc.br/revletras/article/view/2187/1657

Fontes:

CAPES/MEC, Portal de Periódicos. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: dez. 2017.

Scientific Electronic Library Online – SciELO. Disponível em: <<http://www.scielo.br/?lng=pt>>. Acesso em: dez. 2017.

Quadro 3 – Artigos com os temas “Gabriel Soares de Sousa” e “Tratado Descritivo do Brasil em 1587” encontrados através do Google Acadêmico

(Continua)				
Ano de publicação	Título do trabalho	Autor/instituição	Periódico/instituição	Link para download
1987	Análise do padrão de estabelecimento os Tupi-Guarani: fontes etno-históricas e arqueológicas	SCATAMACCHIA, M.C.M.; MOSCOSO, F. Universidade de São Paulo (USP) / Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).	Revista de Antropologia (Universidade de São Paulo - USP)	https://www.jstor.org/stable/41825748?read-now=1&logged-in=true&seq=1#page_scan_tab_contents
1992	O Brasil e o índio na geografia dos descobrimentos portugueses – século XVI	BARRETO, L. F. Universidade de Lisboa.	RUN – Repositório Universidade Nova de Lisboa (Portugal)	https://run.unl.pt/handle/10362/6696
1999	Varnhagen e os relatos de viagem do século XVI: ensaio de recepção historiográfica	CEZAR, Temístocles. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).	Anos 90 – Revista do Programa de Pós-graduação em História (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)	http://www.ser.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6541/3893
2000	A construção do Brasil e as raízes das relações interétnicas	ATAÍDE, Yara Dulce Bandeira de. Universidade do Estado da Bahia (UNEB).	Revista da FAEEBA – Revista do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)	http://www.uneb.br/revistadafaeeba/files/2011/05/numero13.pdf#page=33
2000	No rastro de Cabral	COELHO, António Borges. (Universidade de Lisboa).	Revista USP	https://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/30105/31990

Quadro 3 – Artigos com os temas “Gabriel Soares de Sousa” e “Tratado Descritivo do Brasil em 1587” encontrados através do Google Acadêmico

(Continua)				
Ano de publicação	Título do trabalho	Autor/instituição	Periódico/instituição	Link para download
2000	A incorporação do índio à história no discurso quinhentista	FERNANDES, Luiz Carlos. Universidade Estadual de Uberlândia (UFU).	MOARA – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras (Universidade Federal do Pará - UFPA)	https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/3117/3563
2000	As descrições escritas e a identidade do Brasil: séculos XVI-XVIII	MAGALHÃES, Joaquim Romero. Universidade de Coimbra (UC).	Revista USP	https://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/30106/31991
2001	A presença do imaginário medieval no Brasil colonial: descrições dos viajantes	GIMENEZ, José Carlos. Universidade Estadual de Maringá (UEM).	Acta Scientiarum – Ciências Humanas e Sociais (Universidade Estadual de Maringá - UEM)	http://ojs.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSoSci/article/view/2796/1901
2002	Medida e desmedida na Bahia de Gabriel Soares de Sousa	LIMA, Francisco Ferreira de.	Légua & Meia – revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários (Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS)	http://periodicos.uefs.br/index.php/leguaEmeia/article/view/1725/1158

Quadro 3 – Artigos com os temas “Gabriel Soares de Sousa” e “Tratado Descritivo do Brasil em 1587” encontrados através do Google Acadêmico

(Continua)				
Ano de publicação	Título do trabalho	Autor/instituição	Periódico/instituição	Link para download
2002	Catequese dos Índios e Imposição Cultural – Brasil, Século XVI	PAIVA, José Maria de. Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP).	COMUNICAÇÕES – Caderno do Programa de Pós-graduação em Educação (Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP)	https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/viewFile/1622/1024
2004	A Análise Lingüística na Perspectiva da História: O <i>Outro</i> no Dizer do Cronista do Renascimento	FERNANDES, Luiz Carlos. Universidade Estadual de Londrina (UEL).	Signum: Estudos da Linguagem (Universidade Estadual de Londrina - UEL)	http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/3903/3136
2004	Aspectos reflexões do léxico da linguagem de marinharia em “Notícia do Brasil”, de Gabriel Soares de Sousa	e SOUZA, Genésio Seixas. Universidade do Estado da Bahia (UNEB) / Universidade Federal da Bahia (UFBA).	Anais da XX Jornada do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste – GELNE (João Pessoa/PB)	http://gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2004/PDF/Gen%20Seixas%20Souza.pdf
2005	Gabriel Soares de Sousa e o seu Tratado mais que descritivo do Brasil	LINDO, Luiz Antônio. Universidade de São Paulo (USP).	Atas da IV Jornada Nacional de Filologia (Rio de Janeiro, p. 79-84)	http://www.filologia.org.br/ivjnf/09.html

Quadro 3 – Artigos com os temas “Gabriel Soares de Sousa” e “Tratado Descritivo do Brasil em 1587” encontrados através do Google Acadêmico

(Continua)				
Ano de publicação	Título do trabalho	Autor/instituição	Periódico/instituição	Link para download
2005	A construção do Passado em História geral do Brasil	MOLLO, Helena. Universidade Federal do Tocantins (UFT).	Atas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades (Universidade Nova de Lisboa - UNL, Portugal)	http://cvc.insituto-camos.pt/ear/coloquio/comunicacoes/helena_mollo.pdf
2005	O escravo negro nos primeiros escritos coloniais (1551-1627)	PESSOA, Raimundo Agnelo Soares. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).	SAECULUM – Revista de História (Universidade Federal da Paraíba - UFPB)	http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/download/11326/6440
2005	A cultura monástica na colônia. Os laços sociais e culturais entre os monges beneditinos e a elite colonial no século XVI (Bahia, década de 1580)	TAVARES, Cristiane. Universidade Federal do Paraná (UFPR).	I Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – ENECULT (Universidade Federal da Bahia – UFBA)	http://www.cult.ufba.br/enecult2005/CristianeTavares.pdf
2007	A herança colonial: fontes históricas, conceitos e eurocentrismo	SANTOS, L. D. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).	Cadernos de História (UFPE)	https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/articloe/view/110015/21938

Quadro 3 – Artigos com os temas “Gabriel Soares de Sousa” e “Tratado Descritivo do Brasil em 1587” encontrados através do Google Acadêmico

(Continua)				
Ano de publicação	Título do trabalho	Autor/instituição	Periódico/instituição	Link para download
2010	História e literatura: os escritos coloniais de fins do século XVI e início do XVII	MENDES, Claudinei Magre. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).	Diálogos - revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História (Universidade Estadual de Maringá – UEM)	http://eduem.uem.br/ojs/index.php/Diálogos/article/viewFile/36242/18782
2010	O saber medicinal, a salubridade e a produção de significados nas crônicas do século XVI	PANEGASSI, R. L. Universidade de São Paulo (USP).	Histórica - Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo	http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao44/materia04/exto04.pdf
2011	Fronteiras e trocas Culturais: os primeiros contatos entre os Colonizadores Portugueses e os povos nativos da América no Século XVI	CONCEIÇÃO, Gisele Cristina da. Universidade Estadual de Maringá (UEM).	V Congresso Internacional de História (Universidade Estadual de Maringá - UEM)	http://www.cih.uem.br/ais/2011/trabalhos/241.pdf

Quadro 3 – Artigos com os temas “Gabriel Soares de Sousa” e “Tratado Descritivo do Brasil em 1587” encontrados através do Google Acadêmico

(Continua)				
Ano de publicação	Título do trabalho	Autor/instituição	Periódico/instituição	Link para download
2012	Gabriel Soares de Sousa e os Capítulos contra os padres da Companhia de Jesus no Brasil	AZEVEDO, Gabriela. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).	Anais do XV Encontro Regional de História da Associação Nacional de História (ANPUH-Rio)	http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338300485_ARCHIVE_GabrielSoaresdeSousaeOsCapituloscontraospadresdaCompanhiadeJesusnoBrasil.pdf
2012	A América dividida entre Gabriel Soares de Sousa e Cornelius de Pauw	LINDO, Luiz Antônio. Universidade de São Paulo (USP).	Revista Cadernos Prolam/USP – <i>Brazilian Journal of Latin American Studies</i> (Universidade de São Paulo - USP)	http://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/82503/108507
2012	As regras de edição de documentos no Brasil dos oitocentos: o trabalho de Francisco Adolfo de Varnhagen como editor	SILVA, J. R. da. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).	Revista de Teoria da História (Universidade Federal de Goiás – UFG)	https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28918/16097

Quadro 3 – Artigos com os temas “Gabriel Soares de Sousa” e “Tratado Descritivo do Brasil em 1587” encontrados através do Google Acadêmico

(Continua)				
Ano de publicação	Título do trabalho	Autor/instituição	Periódico/instituição	Link para download
2013	Mexericos de um peito azedo: os capítulos de Gabriel Soares de Sousa	AZEVEDO, Gabriela. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).	XXVII Simpósio Nacional de História (Associação Nacional de História – ANPUH)	http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371331113_A_RQUIVO_Mexericosdeumpeitoazedo2.pdf
2013	Natureza e gêneros da textualidade da Literatura Hispano-americana colonial de viagem do século XVI	COELHO, Rogério Mendes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).	Revista Rascunhos Culturais - revista do curso de Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	http://revistarascunhos.sites.ufms.br/files/2013/08/7ed_artigo_13.pdf
2013	Argonautas do extremo: o processo da conquista através das paisagens marítimas de um bom abrigo	DURAN, Leandro D. Universidade Federal de Sergipe (UFS).	Revista de Arqueologia Americana	https://bit.ly/2PUhK1f
2013	A historicidade do indígena na Capitania do Espírito Santo: a construção da desumanização e a invisibilidade do <i>Outro</i>	FÁCCIO, N. B.; COSTA, H. A. V. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) / Universidade de São Paulo (USP).	Dimensões – Revista de História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/7568/5245

Quadro 3 – Artigos com os temas “Gabriel Soares de Sousa” e “Tratado Descritivo do Brasil em 1587” encontrados através do Google Acadêmico

(Continua)				
Ano de publicação	Título do trabalho	Autor/instituição	Periódico/instituição	Link para download
2013	Práticas sexuais e homossexualidade entre os indígenas brasileiros	GOMES, Aguinaldo Rodrigues; NOVAIS, Sandra Nara da Silva. Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) / Universidade Federal de Goiás (UFG).	Espaço Feminino – Núcleo de Estudos de Gênero (Universidade Federal de Uberlândia – UFU)	http://www.eer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/24666/13726
2013	Doce deleite: diferentes aspectos acerca do consumo de doces de frutos no Velho e no Novo Mundo	OLIVEROS, Julianna Morcelli; SANTOS, Christian Fausto Moraes dos. Universidade Estadual de Maringá (UEM).	VI Congresso Internacional de História (UEM)	http://www.ciuh.uem.br/analises/2013/trabalhos/549_trabalho.pdf
2013	Pragas da colônia: insetos na América portuguesa do século XVI	SANTOS, Christian F. M. dos; SILVA FILHO, Wellington B. Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) / Universidade de Lisboa (ULisboa).	Revista Latino-Americana de História (Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS)	http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/142/280
2014	A mística das plantas, bebidas e alimentos no Brasil colonial	ALBUQUERQUE, Maria Betânia B. Universidade do Estado do Pará (UEPA).	Fênix – Revista de História e Estudos Culturais (Universidade Federal de Uberlândia - UFU)	http://www.revistafenix.pro.br/download-pdf.php?file=PDF34/Artigo_Maria%20Betania%20B.%20Albuquerque.pdf

Quadro 3 – Artigos com os temas “Gabriel Soares de Sousa” e “Tratado Descritivo do Brasil em 1587” encontrados através do Google Acadêmico

(Continua)				
Ano de publicação	Título do trabalho	Autor/instituição	Periódico/instituição	Link para download
2014	Entre mortes e lembranças: Notas sobre as reações dos Tupi à pandemia de varíola de 1562-64	ANZOLIN, André Soares. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).	Revista Latino-Americana de História (Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS)	http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/481/461
2014	Levantamento etnohistórico do uso de artefatos de fibras vegetais no Brasil quinhentista	COSTA, Rodrigo Lessa. Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).	Architecton – Revista de Arquitetura e Urbanismo (Faculdade Damas – Recife/PE)	http://www.faculdadedamas.edu.br/revistafd/index.php/arquitetura/article/view/304/291
2015	Mulher, música e educação indígenas: aspectos da prática e transmissão musical feminina Tupinambá no Brasil colonial	SEVERIANO, Rafael. Universidade Federal do Pará (UFPA).	XXV Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM)	https://www.anppom.com.br/congressos/index.php/25anppom/Vitoria2015/paper/viewFile/3507/1030
2015	Os Índios Brasileiros no olhar de Gabriel Soares de Sousa	SOARES, Kevin Carreira. Universidade de Coimbra (UC).	IV Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)	http://ejihm2015.weebly.com/uploads/3/8/9/1/38911797/kevin_soares_ejihm_2015.pdf

Quadro 3 – Artigos com os temas “Gabriel Soares de Sousa” e “Tratado Descritivo do Brasil em 1587” encontrados através do Google Acadêmico

(Continua)				
Ano de publicação	Título do trabalho	Autor/instituição	Periódico/instituição	Link para download
2016	Luxúria e selvageria na invenção do Brasil: enquadramentos coloniais sobre as sexualidades indígenas	FERNANDES, Estevão Rafael. Universidade Federal de Rondônia (UNIR).	Fronteiras: Revista de História (Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD)	http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRO-NTEIRAS/article/view/5836/2981
2016	Homossexualidade indígena no Brasil: Um roteiro histórico-bibliográfico	FERNANDES, Estevão Rafael. Universidade Federal de Rondônia (UNIR).	ACENO - Revista de Antropologia do Centro-Oeste (Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT)	http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/3849/pdf
2016	Quando o armário é na aldeia: colonialidade e normalização das sexualidades indígenas no Brasil	FERNANDES, Estevão Rafael. Universidade Federal de Rondônia (UNIR).	Anais do Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Ocidental (Universidade Federal do Acre - UFAC)	http://revistas.ufac.br/revista/index.php/simposiouvac/article/viewFile/820/418
2016	O canibalismo na América retratado pelos olhos do europeu	GASPAROTTO, B. A.; FLECK, G. F. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).	Muitas Vozes – revista do Programa de Pós-Graduação em Linguagem (Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG)	http://www.revistas2.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/viewFile/9726/5623

Quadro 3 – Artigos com os temas “Gabriel Soares de Sousa” e “Tratado Descritivo do Brasil em 1587” encontrados através do Google Acadêmico

(Continua)				
Ano de publicação	Título do trabalho	Autor/instituição	Periódico/instituição	Link para download
2016	Dissenção (e distinção) entre os Tupinambá Coloniais: deslocamentos e fluxos culturais	MAIA, Lígio de Oliveira. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).	Habitus – revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (PUC Goiás)	http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/5370/2942
2016	A conduta excêntrica: travestismo feminino e masculino no Antigo Regime português	SILVA, Ronaldo Manoel. Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul (PE).	Trama – Revista Científica (Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste)	http://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/13753/9659
2017	Influência do imaginário nos Diálogos das Grandezas do Brasil de Ambrósio Fernandes Brandão	ARAÚJO, Márcia Maria de Melo. Universidade Estadual de Goiás (UEG).	Atas do V Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa (Universidade de São Paulo - USP, p. 1679-1692)	http://simelp.flch.usp.br/sites/simelp.flch.usp.br/files/inline-files/LECCE_compressed-1666-1750.pdf

Quadro 3 – Artigos com os temas “Gabriel Soares de Sousa” e “Tratado Descritivo do Brasil em 1587” encontrados através do Google Acadêmico

				(Conclusão)
Ano de publicação	Título do trabalho	Autor/instituição	Periódico/instituição	<i>Link para download</i>
2017	Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica	CEZAR, Temístocles. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).	Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (Universidade Federal de Pelotas)	https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2017/02/06.-Temistocles_Cezar.pdf
2017	O imaginário do feminino e a retórica da feminização no descobrimento da América e na colonização do Brasil	FONSECA, Pedro Carlos Louzada. Universidade Federal de Goiás (UFG).	Atas do V Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa (Universidade de São Paulo - USP, p. 1709-1723)	http://simelp.fflch.usp.br/sites/simelp.fflch.usp.br/files/inline-files/LECCE.compressed-1666-1750.pdf
2018	Canibalismo, uma questão de gosto: representações antropofágicas nas cartas e tratados sobre os índios brasileiros no século XVI	LEMOS, F.; PINHEIRO, U. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).	O Eixo e a Roda - Revista de Literatura Brasileira (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG)	https://www.researchgate.net/publication/326528208_Canibalismo_uma_questao_de_gosto_representacoes_antropofagicas_nas_cartas_e_tratados_sobre_os_indios_brasileiros_no_seculo_XVI

Fonte: Google Acadêmico. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/>>. Acesso em: dez. 2017.

Em pesquisa ao Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (conforme Quadro 1 deste Apêndice), foram encontrados 24 trabalhos (publicados entre os anos de 2003 e 2018), que contêm as expressões “Gabriel Soares de Sousa” e/ou “Tratado Descritivo do Brasil em 1587”, sendo 05 teses de doutorado e 19 dissertações de mestrado. Quatorze (14) pesquisas são na área de História; as demais são na área de Letras e Linguística (02 trabalhos), Literatura Brasileira (02), Filologia e Língua Portuguesa (01), Artes (02), Geografia (01), Memória (01) e Educação Escolar (01).

Contudo, apenas os títulos de 03 trabalhos fazem referência direta ao *Tratado* ou a Gabriel. Dois destes trabalhos são a dissertação (intitulada *Revelações, impressões, notas e leituras do Tratado Descritivo do Brasil em 1587, de Gabriel Soares de Sousa*) e a tese (*O Averso da Costura: uma análise dos escritos de Gabriel Soares de Sousa*), na área de História, de uma mesma autora: Gabriela Soares de Azevedo, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES em 2007 e 2015, respectivamente. O outro trabalho intitulado *A trajetória editorial da obra de Gabriel Soares de Sousa* é a dissertação de Bruna Baldini de Miranda (2015), no mestrado em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP). Contudo, esses três trabalhos apresentam um exercício mais historiográfico por parte de suas autoras, não indo diretamente ao encontro do objetivo geral da dissertação aqui defendida, que pretende mostrar como os indígenas brasileiros do século XVI foram retratados por Soares de Sousa.

Por meio da análise do conteúdo das demais 21 pesquisas levantadas no portal da CAPES, concluiu-se que não tratam especificamente da obra de Gabriel. Nestes casos, o *Tratado* foi utilizado apenas como uma das fontes primárias, ao lado de outros autores. A USP é a universidade com mais trabalhos que utilizam o livro de Sousa como fonte para as pesquisas: foram encontradas 02 teses e 05 dissertações da Universidade no portal da CAPES. No entanto, todas as regiões do país estão representadas, pois, no levantamento, também apareceram pesquisas das seguintes instituições de ensino: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (03 trabalhos), Universidade Estadual Paulista – Unesp (01), Universidade Federal de Alenas - UNIFAL (01), Universidade Federal do Espírito Santo - UFES (01), Universidade Estadual de Maringá - UEM (03), Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste (01), Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD (01), Universidade Federal de Goiás – UFG (01), Universidade de Brasília - UnB (02), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (01), Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE (01) e Universidade Federal do Pará - UFPA (01). A região sudeste do Brasil, portanto, é a que mais apresenta teses e dissertações que utilizaram o *Tratado Descritivo* como fonte para as pesquisas: ao todo, são 13 trabalhos. Contudo, de Minas Gerais, só foi

encontrado um único trabalho, da própria Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) e, da Bahia, estado onde viveu Gabriel Soares, foi encontrado também apenas um trabalho.

Além das teses e dissertações, também foi realizada, como pode ser visto no Quadro 2 deste Apêndice, uma busca por artigos que contivessem as expressões “Gabriel Soares de Sousa” e/ou “Tratado Descritivo do Brasil em 1587”. A princípio, para a pesquisa dos artigos, foram utilizados o Portal de Periódicos CAPES/MEC e a base de dados *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*. Ao todo, foram encontrados 21 trabalhos (publicados entre 1990 e 2016), sendo 08 deles em publicações da área de Letras e Linguística, 07 em periódicos da área de História, 04 em publicações de área não específica, 01 trabalho na área de Música e outro na área de Sociologia e Política.

Desses 21 trabalhos, apenas 03 deles fazem menção em seus títulos a Gabriel Soares. O primeiro é o que mais se aproxima do objetivo desta dissertação: intitulado *Unidade, diversidade e a invenção dos índios: entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Varnhagen*, é de autoria de John Manuel Monteiro (Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp) e foi publicado em 2003 pela Revista de História da Universidade de São Paulo (USP). O segundo artigo foi publicado em 2006, com o título *Os Padecimentos do Império: Gabriel Soares de Sousa e sua Pequena Trágico-Marítima* e autoria de Francisco Ferreira de Lima (Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS), na Scripta - revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUC Minas. De autoria de Bruna Baldini de Miranda (USP), o terceiro artigo foi publicado em 2014 pela Revista do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, sob o título *A trajetória editorial da obra de Gabriel Soares de Sousa: aspectos linguísticos e filológicos*. Este também é o título da dissertação de Miranda no mestrado em Filologia e Língua Portuguesa da USP, publicada em 2015 no Catálogo da CAPES (confira no Quadro 1). No entanto, o segundo e o terceiro artigos aqui destacados trazem consigo outros objetivos, que não coincidem com o objetivo desta dissertação.

Analisando os demais 18 artigos, é possível perceber que eles utilizam o *Tratado* apenas como uma das fontes primárias, paralelamente com outras narrativas quinhentistas. De acordo com esse primeiro levantamento, a Bahia não possui periódicos que publicaram sobre o autor e Minas Gerais só está representada por um único artigo em uma publicação da PUC Minas. A USP e a Universidade Federal de Goiás (UFG) são as instituições com revistas que mais publicaram artigos sobre a obra de Gabriel: foram 03 artigos publicados por cada uma. As duas universidades também são as que mais possuem pesquisadores que publicaram sobre esse autor do século XVI: a USP possui 04 autores e a UFG tem 03. Contudo, através do Quadro 2 deste Apêndice, é possível identificar que as temáticas aqui em questão foram trabalhadas por pesquisadores de todo o País.

Como o número de artigos encontrados no Portal de Periódicos CAPES/MEC e na base de dados SciELO foi insuficiente para a proposta desta pesquisa, também optou-se pela busca de artigos através do site de busca *Google Acadêmico*. Neste site, foram identificados 45 trabalhos (publicados entre 1987 e 2018), conforme consta no Quadro 3 deste Apêndice, sendo 20 artigos em publicações da área de História, 11 nas áreas de Letras, Literatura, Linguagem e Filologia, 06 em periódicos de áreas não específicas, 02 em Antropologia, 02 em Educação, 01 em Cultura, 01 em Gênero, 01 em Arquitetura e Urbanismo e 01 em uma publicação na área de Música. A USP é a universidade com periódicos que mais publicaram artigos sobre o Gabriel Soares: a instituição publicou 06 trabalhos. Em segundo lugar, com 04 artigos publicados, estão os periódicos da Universidade Estadual de Maringá (UEM). A Bahia, estado onde morou Gabriel, ficou representada com apenas 03 publicações em periódicos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e Universidade Federal da Bahia (UFBA). Minas Gerais, por sua vez, também publicou por 03 vezes, em periódicos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). As temáticas em questão também chamaram a atenção de periódicos internacionais, como os da Universidade NOVA de Lisboa e Universidade do Porto. No entanto, Sousa e seu livro foram encontrados em artigos de cerca de 30 publicações e instituições diferentes. A USP é a instituição de ensino com mais pesquisadores que se interessaram por esses temas: foram encontrados os artigos de 04 pesquisadores. Todavia, as temáticas aqui expostas despertaram o interesse de pesquisadores de todas as regiões do País e de fora dele: foram encontrados 03 artigos de estudiosos de universidades de Lisboa e outros 02 de pesquisadores da Universidade de Coimbra, em Portugal.

Dos 45 artigos, apenas 08 tratam especificamente de Gabriel e de sua obra, mencionando o autor em seus títulos. São eles:

Quadro 4 – Artigos encontrados através do Google Acadêmico cujos títulos contêm o nome “Gabriel Soares de Sousa”

				(Continua)
Ano de publicação	Título do trabalho	Autor/instituição	Periódico/instituição	<i>Link para download</i>
2002	Medida e desmedida na Bahia de Gabriel Soares de Sousa	LIMA, Francisco Ferreira de.	Légua & Meia – revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários (Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS)	http://periodicos.uefs.br/index.php/leguaEmeia/article/view/1725/1158

Quadro 4 – Artigos encontrados através do Google Acadêmico cujos títulos contêm o nome “Gabriel Soares de Sousa”

				(Continua)
Ano de publicação	Título do trabalho	Autor/instituição	Periódico/instituição	Link para download
2004	Aspectos e reflexões do léxico da linguagem de marinharia em “Notícia do Brasil”, de Gabriel Soares de Sousa	SOUZA, Genésio Seixas. Universidade do Estado da Bahia (UNEB) / Universidade Federal da Bahia (UFBA).	Anais da XX Jornada do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste – GELNE (João Pessoa/PB)	http://gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2004/PDF/Gen%20Seixas%20Souza.pdf
2005	Gabriel Soares de Sousa e o seu Tratado mais que descritivo do Brasil	LINDO, Luiz Antônio. Universidade de São Paulo (USP).	Atas da IV Jornada Nacional de Filologia (Rio de Janeiro, p. 79-84)	http://www.filologia.org.br/ivjnf/09.html
2012	Gabriel Soares de Sousa e os Capítulos contra os padres da Companhia de Jesus no Brasil	AZEVEDO, Gabriela. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).	Anais do XV Encontro Regional de História da Associação Nacional de História (ANPUH-Rio)	http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338300485_ARQUIVO_GabrielSoaresdeSousaeOsCapituloscontraospadresdaCompanhiadeJesusnoBrasil.pdf
2012	A América dividida entre Gabriel Soares de Sousa e Cornelius de Pauw	LINDO, Luiz Antônio. Universidade de São Paulo (USP).	Revista Cadernos Prolam/USP – <i>Brazilian Journal of Latin American Studies</i> (Universidade de São Paulo - USP)	http://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/82503/108507

Quadro 4 – Artigos encontrados através do Google Acadêmico cujos títulos contêm o nome “Gabriel Soares de Sousa”

Ano de publicação	Título do trabalho	Autor/instituição	Periódico/instituição	(Conclusão) <i>Link para download</i>
2013	Mexericos de um peito azedo: os capítulos de Gabriel Soares de Sousa	AZEVEDO, Gabriela. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).	XXVII Simpósio Nacional de História (Associação Nacional de História – ANPUH)	http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371331113_ARQUIVO_Mexericosdeumpeitoazedo2.pdf
2015	Os Índios Brasileiros no olhar de Gabriel Soares de Sousa	SOARES, Kevin Carreira. Universidade de Coimbra (UC).	IV Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)	http://ejihm2015.weebly.com/uploads/3/8/9/1/38911797/kevin_soares_ejihm_2015.pdf
2017	Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica	CEZAR, Temístocles. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).	Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (Universidade Federal de Pelotas)	https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2017/02/06.-Temistocles_Cezar.pdf

Fonte: Google Acadêmico. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/>>. Acesso em: dez. 2017.

Dois desses artigos são de autoria de Gabriela Azevedo, pesquisadora da área de História formada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contudo, os artigos publicados pela autora, mesmo tratando especificamente de Gabriel Soares de Sousa, se distanciam do objetivo geral desta pesquisa. A dissertação e a tese de Gabriela Azevedo, sobre a obra de Gabriel, também foram localizadas e constam no Quadro 1 deste Apêndice. Outros dois artigos são de Luiz Antônio

Lindo, professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), mas também não se aproximam do foco desta dissertação. O mesmo ocorre com os outros 03 artigos restantes, de autoria de Francisco Ferreira de Lima (2002), Genésio Seixas Souza (2004) e Temístocles Cezar (2017). O único artigo que se encaixa bem na proposta aqui desenvolvida é o de Kevin Carreira Soares (2015), mestre em História Moderna pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Portugal), intitulado *Os Índios Brasileiros no olhar de Gabriel Soares de Sousa*, publicado em 2015 no IV Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna (Universidade do Porto, Portugal). Contudo, vale destacar que todas as teses, dissertações e artigos levantados foram estudados e considerados para esta dissertação.

**APÊNDICE B - Os “bons e os maus selvagens” de Gabriel Soares de Sousa, na obra
*Tratado Descritivo do Brasil em 1587***

Quadro 1 – Os “bons selvagens” de Gabriel Soares de Sousa, na obra *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*

(Continua)		
BONS SELVAGENS	Características positivas	Características negativas
Tapuias	“Gente branda e mais tratável e doméstica” (p. 14); “gente bem acondicionada, que não come carne humana nem faz mal à gente branca” (p. 108); auxiliavam os portugueses, viajando com eles em caravelões para buscar, junto à região costeira, escravos, porcos e galinhas, sem nunca terem tido desavenças com os lusitanos.	Andam nus e guerreiam entre seus diferentes grupos: “são contrários uns dos outros; entre os quais há grandes discórdias, por onde se fazem guerra muitas vezes e se matam sem nenhuma piedade” (p. 362).
Maracás	“Mais chegados aos povoadores da Bahia” (p. 359); não comem carne humana; tinham o costume de vender seus escravos indígenas de guerra para os portugueses.	Não são dispostos ao trabalho: “são [...] muito folgazões, e não trabalham nas roças, como os tupinambás, nem plantam mandioca, nem comem senão legumes” (p. 359).
Tupiniquins	“Vieram a fazer pazes” com os colonos, se tornando “muito fiéis e verdadeiros aos portugueses” (p. 67); “nas coisas de guerra são mui industriosos” e sempre estiveram do lado dos colonos nos conflitos contra os aimorés, tamoios e outros nativos hostis, se mostrando “valentes homens” (p. 68); “é gente de grande trabalho e serviço”, “mais doméstico e verdadeiro que todo o outro da costa”, “grandes pescadores de linha, caçadores e marinheiros” (p. 67-68).	Nos primeiros anos da colonização portuguesa, guerrearam e causaram muitos danos aos primeiros povoadores das capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo (p. 67). Travaram “cruel guerra” contra os goitacases e papanases (p. 77-78).

Quadro 1 – Os “bons selvagens” de Gabriel Soares de Sousa, na obra *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*

(Conclusão)		
BONS SELVAGENS	Características positivas	Características negativas
Guaianases	“Não são maliciosos, nem refalsados, antes simples e bem acondicionados, e facilimos de crer em qualquer coisa”; “grandes flecheiros e inimigos de carne humana” e, “se encontram com gente branca, não fazem nenhum dano” (p. 100).	Tinham constante guerra com os tamoios e os carijós, matando-se uns aos outros de maneira cruel. Não eram muito adeptos ao trabalho, nem à manutenção de lavouras: “quem acerta de ter um escravo guaianás não espera dele nenhum serviço, porque é gente folgazã de natureza e não sabe trabalhar” (p. 100).
Carijós	“De paz com os portugueses”, com quem tinham o costume de trocar produtos, “sem entre uns e outros haver desavença alguma” (p. 103); bom flecheiro, “doméstico, pouco belicoso, de boa razão; segundo seu costume, não come carne humana, nem mata homens brancos que com eles vão resgatar” (p. 104).	São contrários dos guaianases: “se matam uns aos outros” e “se fazem uns aos outros mui contínua e cruel guerra” (p. 104).

Fonte: SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.fundar.org.br/site/public/storage/Livros/50.pdf>>. Acesso em: ago. 2019.

Quadro 2 – Os “maus selvagens” de Gabriel Soares de Sousa, na obra *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*

(Continua)

MAUS SELVAGENS	Características positivas	Características negativas
Potiguares	“São grandes lavradores dos seus mantimentos, de que estão sempre mui providos, e são caçadores bons e tais flecheiros que não erram flechada que atirem. São grandes pescadores de linha, assim no mar como nos rios de água doce” (p. 28).	“Amigo dos franceses, a quem faz sempre boa companhia” e “inimigo dos portugueses” (p. 28). “Com o favor dos franceses”, queimaram engenhos e muitas fazendas das capitanias de Itamaracá e Pernambuco, matando ainda muitos homens brancos e escravos (p. 24). “É muito belicoso, guerreiro e atraído”, fazendo “crudelíssima guerra” contra os caetés, seus contrários: “costumam estes potiguares não perdoarem a nenhum dos contrários que cativam, porque os matam e comem logo” (p. 27-28).
Caetés	“Grandes músicos e amigos de bailar, são grandes pescadores de linha e nadadores” (p. 37).	Responsáveis por matar e comer o Bispo Sardinha e mais de cem portugueses que seguiam para Lisboa junto com ele, entre nobres, cônegos, mulheres e escravos. Além do mal que faziam aos portugueses, os caetés também capturavam e causavam muitos danos aos tupinambás, tapuias e tupinaés e sempre tinham “guerra cruel” com os potiguares: “se matavam e comiam uns aos outros em vingança de seus ódios” (p. 36). Eram “mui atraídos e sem nenhuma fé nem verdade” (p. 37).

Quadro 2 – Os “maus selvagens” de Gabriel Soares de Sousa, na obra *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*

(Continua)

MAUS SELVAGENS	Características positivas	Características negativas
Goitacases	Grandes flecheiros.	Foram os causadores de muitos danos às capitanias de Espírito Santo e da Paraíba, ocasionando a destruição de engenhos e fazendas, mortes e despovoamento. Também praticavam “cruel guerra” com outras etnias, como os tupiniquins, e “se matam e comem uns aos outros” (p. 77). Além de “muito bárbaro”, esse grupo “não granjeia muita lavoura de mantimentos: plantam somente legumes” (p. 77).
Tamoios	“Este gentio é de grande corpo e muito robusto, são valentes homens e mui belicosos” (p. 93). Grandes flecheiros, caçadores, mergulhadores, pescadores e grandes músicos e bailadores: “são grandes compositores de cantigas de improviso” (p. 94).	Grupo aliado dos corsários franceses, pois “os favorecia muito”, principalmente no Rio de Janeiro. “Mui belicosos”, sendo “contrários” de todas as demais etnias, com exceção dos tupinambás (p.93). Nessa relação de inimizade com os demais grupos, “se matam e comem uns aos outros” e “sem se perdoarem” (p. 94).
Tupinaés	“Músicos de natureza, e grandes cantores de chacotas” (p. 352-353).	São contrários de todas as demais etnias do Brasil, mas principalmente dos tupinambás: “têm-se por tão contrários uns dos outros que se comem aos bocados, e não cansam de se matarem em guerras” (p. 352). Se mostram mais atraídoados que os tupinambás e mais propensos a praticarem o canibalismo, “tanto que se lhes não acha nunca escravo dos contrários que cativam, porque todos matam e comem, sem perdoar a ninguém” (p. 352). “São os tupinaés mais fracos de ânimo que os tupinambás, de menos trabalho, de menos fé e verdade” (p. 352). Além disso, seriam os tupinaés mais suscetíveis de cometerem o “pecado nefando”, isto é, a sodomia (p. 353).

Quadro 2 – Os “maus selvagens” de Gabriel Soares de Sousa, na obra *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*

(Continua)

MAUS SELVAGENS	Características positivas	Características negativas
Amoipiras	Muito habilidosos com as flechas, conseguindo capturar muitos peixes e outras caças.	“Atraíoados e de nenhuma fé, nem verdade” (p. 355). Não comercializavam com os portugueses. Contrários dos tapuias e tupinaés, com quem praticavam “grandes assaltos” e “cruel guerra uns aos outros” (p. 354-355). Mas, seus principais inimigos seriam os ubirajaras, com quem possuíam uma relação de vizinhança bastante conflituosa: “têm guerra ordinariamente, e se matam e comem uns aos outros com muita crueldade, sem perdoarem as vidas, quando se cativam” (p. 356).
Ubirajaras	Além de bons caçadores, desempenham a peleja “mais notável do mundo”, pois “a fazem com uns paus tostados muito agudos, [...] com os quais atiram a seus contrários como com punhais; e são tão certos com eles que não erram tiro” (p. 357).	“Nação de gente bárbara”, com uma linguagem incompreensível por todas as outras etnias e que nunca tiveram contato com “gente branca” (p. 356). Tinham embates com os amoipiras: “cativam-se, matam-se e comem-se uns aos outros, sem nenhuma piedade” (p. 356).
Aimorés	“De maiores corpos e mais robustos e forçosos; [...] pelejam com arcos e flechas muito grandes, e são tamanhos flecheiros, que não erram nunca tiro; são mui ligeiros à maravilha e grandes corredores” (p. 57).	Responsáveis pelo despovoamento das ilhas de Tinharé e Boipeba, acarretando a destruição de fazendas e a morte de muitos escravos. Etnia responsabilizada pelo impedimento da expansão dos engenhos de açúcar entre os rios de Taipe e São Jorge (p. 54). Os aimorés “alarves” também foram acusados de espalharem o medo e a morte entre os moradores dos poucos engenhos que sobraram nas capitânicas de Ilhéus e Porto Seguro (p. 56). “Brutos”, “selvagens”, “mais que bárbaros”, “inimigos de todo o gênero humano” (p. 56-58). “Comem estes selvagens carne humana por mantimento” (p. 58). “Não costumam fazer roças, nem plantar alguns mantimentos”. Viviam de “saltar” as demais etnias, não guerreando com nenhuma delas “de rosto a rosto; toda a sua briga é atraíoadada” (p. 57-58).

Quadro 2 – Os “maus selvagens” de Gabriel Soares de Sousa, na obra *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*

(Conclusão)

MAUS SELVAGENS	Características positivas	Características negativas
Tupinambás	<p>“Bem feitos e bem dispostos, muito alegres do rosto, [...] todos têm bons dentes, alvos, miúdos, sem lhes nunca apodrecerem; têm as pernas bem feitas, [...] são homens de grandes forças e de muito trabalho” (p. 313). “São homens enxutos, mui ligeiros para saltar e trepar, grandes corredores e extremados marinheiros”, além de bons aprendizes dos portugueses no tocante a trabalhos manuais, tais como os de carpintaria e os labores no engenho de açúcar (p. 329). As mulheres tupinambás são ótimas aprendizes de cozinha e de costura para as mulheres portuguesas. Os tupinambás são grandes nadadores, pescadores, flecheiros, caçadores, lavradores e grandes conhecedores do lugar onde vivem.</p>	<p>Canibais; “inimigos tão cruéis” (p. 51); por serem “demasiadamente luxuriosos” (p. 313), alguns praticavam a poligamia, o incesto e a sodomia; não tinham fé, lei ou rei e “nenhum conhecimento da verdade” (p. 315); “bizarros” (p. 321) por conta de suas “bestialidades mui estranhas” (p. 321); “muito belicosos” (p. 337); “bárbaros tão carniceiros” (p. 339); “tão desamoráveis” (p. 349). Mantiveram comércio com os franceses anos antes do povoamento da Bahia. Guerreavam com seus contrários, como os potiguares, tupiniquins, caetés, tapuias, tupinaés e, até mesmo, outros grupos de tupinambás: “havia grande mortandade de parte a parte, e se comiam, e faziam escravos uns aos outros” (p. 314). Foram os causadores de danos e mortes aos primeiros povoadores da Bahia de Todos os Santos, queimando engenhos de açúcar, destruindo roças e fazendas e matando muitos portugueses. Traidores e assassinos de Francisco Pereira Coutinho, o primeiro donatário da capitania baiana. Responsáveis por gerar obstáculos à exploração de esmeraldas e safiras pela região do Rio Doce por parte de Antônio Dias Adorno. Não são bons com “coisa de conta, nem de sentido, porque são para isso muito bárbaros” (p. 329). As mulheres tupinambás são muito tendenciosas a se deitarem com os homens brancos.</p>

Fonte: SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. Disponível em:

<<http://www.fundar.org.br/site/public/storage/Livros/50.pdf>>. Acesso em: ago. 2019.